

Os Desempregados - Perspetivas de vida em contexto de mudança

Ana Rita Caldas Rodrigues

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção
do Grau de Mestre em Educação Social*

Orientada por

Mestre Graça Margarida Medeiros Teixeira e Santos

Bragança

Novembro, 2014

“A situação de desemprego (...) corre o risco de causar uma degradação do nível de vida dos indivíduos, um isolamento do resto da sociedade, uma marginalização, não obstante o grau académico atingido, mesmo de uma marginalização imposta pelo próprio por vergonha de não conseguir regressar ao mercado de trabalho. (...) É assim que temos: vidas quebradas e sonhos adiados”.

(Regado, 2012, p. 190)

Agradecimentos

A todas as pessoas que contribuíram para que esta dissertação fosse realizada, deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Agradeço particularmente à minha orientadora, Mestre Graça Santos, pelo saber, pela oportunidade, disponibilidade, apoio concedido ao longo do trabalho e utilidade das suas correções e recomendações.

Agradeço à minha família, por todos os sacrifícios, apoio incondicional e confiança em mim depositada, especialmente aos meus pais e irmão.

Agradeço a todos os amigos e a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, pelas palavras, companheirismo e ajuda.

Agradeço aos participantes pela disponibilidade e testemunhos enriquecedores, que permitiram a realização deste trabalho.

Um muito obrigado a todos.

Resumo

Neste trabalho incidimos sobre a análise do fenómeno do desemprego, que é um problema assumido como uma das maiores preocupações da sociedade atual. O desemprego pode ser entendido como uma situação de ausência de emprego/trabalho, que acarreta implicações a nível pessoal, profissional, económico, psicológico e social para o indivíduo. A história de vida de um indivíduo desempregado é marcada pela vulnerabilidade social, pelo percurso descontínuo a nível profissional, pela falta de confiança, pela diminuição da felicidade, pelo stress e pela ausência de expectativas acerca de um projeto de vida a longo prazo.

Neste estudo partimos da formulação do seguinte problema: *como é que os indivíduos desempregados perspetivam a sua vida em contexto de mudança?* Em função desta pergunta-problema definimos os seguintes objetivos: averiguar a forma como as pessoas que vivenciam a experiência de desemprego percecionam a sua vida num contexto de mudança; conhecer os sentimentos e as atitudes que o desemprego provoca no indivíduo desempregado; identificar os efeitos socioeducativos que o desemprego provoca na vida dos desempregados.

A metodologia utilizada neste estudo é de carácter qualitativo, com base na análise de conteúdo de respostas dos participantes que constituem a amostra por conveniência. A técnica de recolha de dados adotada foi a entrevista semiestruturada, realizada a cada um dos sete participantes, permitindo concretizar os objetivos definidos para o estudo.

Através dos dados recolhidos verificamos que o desemprego pode ser encarado de forma negativa e/ou positiva. Constatamos que os participantes preferem perspetivar a sua vida a curto prazo, uma vez que a ausência de um emprego leva o indivíduo desempregado a adiar alguns dos seus planos. Estes desempregados têm a expectativa de encontrar emprego num futuro próximo, para conseguir concretizar alguns dos seus projetos de vida. Os sentimentos destes desempregados são diversos, desde o otimismo numa primeira fase, até ao pessimismo, quando o desemprego se prolonga por muito tempo. Os participantes adotam atitudes de resiliência e de empreendedorismo. Numa componente social, os efeitos socioeducativos do desemprego podem ser os seguintes: a pobreza, a exclusão social e o isolamento social. Numa componente educativa e profissional detetamos os seguintes efeitos socioeducativos: autoemprego, empreendedorismo, aquisição de novos conhecimentos e reconversão profissional.

Abstract

In this work we will center our attention on the analysis of the phenomenon of unemployment, which is a problem given as one of the biggest concerns of current society. Unemployment can be understood as a situation of lack of job/work, which normally entails implications for personal, professional, economic, psychological and social for the individual. The history of life of an individual unemployed person, it is usually marked by social vulnerability, by discontinuous course at a professional level, by a lack of confidence, by reduction of happiness, by stress and by the absence of expectations about a project long-term life.

In this study we adopt the formulation of the problem: *how the unemployed individuals see their life in context of change?* On the basis of this question-problem we have defined the following objectives: to explore how the people who experience the experience of unemployment realize up his life in a context of change; to understand the feelings and attitudes that unemployment causes the individual unemployed person; identify the effects that youth unemployment causes in the life of the unemployed.

The methodology used in this study is of a qualitative nature, based on the content analysis of responses of participants in the sample by convenience. The technique of data collection adopted was the semi-structured interview, held in each of the seven participants, allowing the objectives defined for the study.

Through the data collected we note that unemployment can be seen in different ways, negative and/or positive. We found that the participants prefer forecast its short-term life, since in the absence of an employment leads the individual unemployed to postpone some of their plans. The unemployed provide find employment in the near future, to achieve some of their life projects. The feelings of the unemployed are different, since the optimism in a first phase until the pessimism, when unemployment continues for a long time. The attitudes of the unemployed can be: resilient attitudes and entrepreneurial attitudes. A social component effects of youth unemployment can be the following: poverty, social exclusion and social isolation. An educational and professional we detected the following educational effects: self-employed, entrepreneurship, acquisition of new knowledge and retraining.

Índice geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice geral	v
Índice de tabelas	vii
Índice de figuras	viii
Siglas	ix
Introdução.....	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	3
1. Do emprego ao desemprego	3
1.1. O emprego.....	4
1.1.1. Medidas ativas e passivas das políticas de emprego.....	7
1.1.2. Indicadores e taxas relativas ao emprego.....	9
1.2. O desemprego.....	10
1.2.1. Tipos de desemprego.....	13
1.2.2. Indicadores e taxas relativos ao desemprego	14
2. Estar na situação de desempregado(a)	17
2.1. Perspetivas de vida em contexto de mudança	20
2.1.1. A mudança.....	21
2.1.2. Sentimentos e atitudes de um(a) desempregado(a)	24
2.2. Efeitos socioeducativos na vida de um(a) desempregado(a)	34
Capítulo II - Investigação Empírica	43
1. Formulação do problema	43
2. Objetivos do estudo	43
3. Metodologia.....	44
4. Técnica de recolha de dados	45
4.1. O guião da entrevista semiestruturada - o processo de construção e de aplicação	46
4.1.1. Categorias, subcategorias e indicadores.....	47
5. Caracterização dos participantes.....	49
6. Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	51
6.1. Análise da categoria <i>Ajudas e Apoios</i>	51

6.1.1. Estado-proteção social.....	52
6.1.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social.....	53
6.1.3. Procura de emprego.....	54
6.2. Análise da categoria <i>Vivências do(a) desempregado(a)</i>	57
6.2.1. Situação de desempregado(a).....	57
6.2.2. Momentos de mudança.....	60
6.2.3. Efeitos socioeducativos	63
6.3. Análise da categoria <i>Perceção das mudanças de vida no futuro</i>	68
6.3.1. Sentimentos e atitudes perante a mudança.....	68
6.3.2. Perspetiva de vida no futuro.....	71
Considerações Finais	76
Referências Bibliográficas.....	79
Anexos.....	86
Anexo I - Termo de consentimento.....	87
Anexo II - Guião de entrevista dirigida aos desempregados.....	88
Anexo III – Análise de conteúdo das entrevistas	92

Índice de tabelas

Tabela 1 - Fatores explicativos da pobreza (Caleiras, 2011).....	37
Tabela 2 - Organização da categoria <i>Ajudas e Apoios</i>	48
Tabela 3 - Organização da categoria <i>Vivência de desemprego</i>	48
Tabela 4 - Organização da categoria <i>Percepção das mudanças de vida no futuro</i>	48
Tabela 5 - Caracterização sociodemográfica dos participantes.....	49
Tabela 6 - Trajetória profissional dos participantes	50

Índice de figuras

Figura 1 - Estrutura da população desempregada/empregada e inativa (Caleiras, 2011) ...	16
Figura 2 – Relação da taxa de desemprego com o nível de confiança, no período entre 1986-2008 (Caleiro, 2011).....	26
Figura 3 - A evolução da felicidade e do desemprego em Portugal, no período entre 1985- 2009 (Caleiro, 2009).....	27

Siglas

CE - Centro de Emprego

EUROSTAT - Gabinete de Estatística da União Europeia

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

GIP - Gabinete de Inserção Profissional

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

IGFSE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

KSAOs - Knowledge, Skills, Abilities and Others

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PNE – Plano Nacional de Emprego

PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo

RSI - Rendimento Social de Inserção

SD -Subsídio de Desemprego

SDP - Subsídio de Desemprego Parcial

SSD - Subsídio Social de Desemprego

UE - União Europeia

Introdução

O desemprego é um problema social da atualidade. Neste trabalho partimos da perspectiva dos indivíduos que são abrangidos pelo desemprego - os desempregados.

A atualidade é marcada por diversas mudanças, sendo o emprego considerado como um suporte para garantir a sustentabilidade do indivíduo. A escassez e a precariedade dos empregos em Portugal têm conduzindo os indivíduos a várias situações de desemprego. Para a maioria dos indivíduos desempregados, estar na situação de desempregado é um acontecimento negativo (Regado, 2012). As trajetórias de vida dos indivíduos desempregados são instáveis, quando se encontram nesta situação. Os desempregados são indivíduos que estão privados de ter um emprego. Quando essa situação se prolonga, poderá provocar no indivíduo consequências a nível pessoal, profissional, económico, psicológico e social. Segundo Caleiras (2011) os desempregados são marcados pela ausência de um plano de vida a longo prazo.

Em 2013, os desempregados inscritos no Centro de Emprego (CE) eram cerca de 6905 milhares de indivíduos (PORDATA, 2014a). Considerando que nem todos os desempregados estão inscritos no CE, torna-se fundamental estudar esta população, uma vez que a taxa de desemprego tem vindo a aumentar nos últimos anos, situando-se em 16,2 % em 2013.

A preocupação com a diminuição da taxa de desemprego tem sido evidente. Esta realidade é vivenciada em Portugal, bem como no resto do mundo. Porém é necessário procurar soluções e medidas para o abrandamento deste fenómeno. Vivemos numa sociedade em mudança e somos confrontados com diversos desafios.

No âmbito deste trabalho importa clarificar a formulação do problema: *como é que os indivíduos desempregados perspetivam a sua vida em contexto de mudança?* Mediante a clarificação do problema, definimos os seguintes objetivos: averiguar a forma como as pessoas que vivenciam a experiência de desemprego, percecionam a sua vida num contexto de mudança; conhecer os sentimentos e as atitudes que o desemprego provoca no indivíduo desempregado; identificar os efeitos socioeducativos que o desemprego provoca na vida dos desempregados.

Neste trabalho utilizámos uma metodologia de natureza qualitativa, a partir da análise de conteúdo de respostas dos sete desempregados, que constituem a amostra por

conveniência. Como técnica de recolha de dados utilizámos a entrevista semiestruturada, aplicada a cada um dos participantes.

Quanto à estrutura, o presente trabalho encontra-se organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a fundamentação teórica, procurando explorar o tema em análise, segundo a perspectiva de diversos autores. Abordamos a temática que se estende *do emprego ao desemprego*, referindo alguns aspetos que consideramos relevantes, nomeadamente as medidas ativas e passivas das políticas de emprego, os tipos de desemprego, os indicadores e as taxas subjacentes ao emprego e ao desemprego. De seguida, analisamos o que é *estar na situação de desempregado(a)*, dando uma maior ênfase às perspectivas de vida em contexto de mudança e aos efeitos socioeducativos na vida de um desempregado.

No segundo capítulo deste trabalho apresentamos a investigação empírica. Neste ponto apresentamos o problema subjacente a este estudo, os seus objetivos, a metodologia utilizada e a técnica de recolha de dados. De seguida, expomos o processo de construção do guião da entrevista e sua aplicação, definindo as categorias, as subcategorias e os respetivos indicadores. Apresentamos a caracterização sociodemográfica dos participantes neste estudo e a sua trajetória profissional. Em seguida, procedemos à análise de conteúdo das respostas, apresentação e discussão dos resultados, tendo por base as categorias e subcategorias, e evocando os autores e estudos referidos no primeiro capítulo deste trabalho.

Por fim, apresentamos as considerações finais, destacando os principais resultados deste estudo e propondo eventuais pistas para trabalhos futuros de investigação.

Capítulo I - Enquadramento teórico

No capítulo I iremos abordar um fenómeno que assume particular relevo na atualidade - o desemprego. Procuramos realçar os pressupostos teóricos que consideramos relevantes, ao analisar o emprego e o desemprego, referindo alguns conceitos-chave e certos indicadores para melhorar a compreensão desta temática. Pretendemos perceber como os desempregados perspetivam as suas vidas no momento presente e no futuro, referindo alguns dos sentimentos e atitudes que podem adotar num contexto de mudança. Pretendemos ainda enunciar os efeitos socioeducativos na vida dos desempregados, que foram considerados no âmbito deste trabalho.

1. Do emprego ao desemprego

Neste ponto realizamos uma abordagem acerca do emprego, abordando alguns conceitos-chave, como por exemplo, a empregabilidade, as políticas de emprego, os indicadores (empregado e população ativa) e a taxa de emprego, de modo a expor a realidade da atualidade portuguesa. De seguida abordamos o desemprego, como conceito e como problemática social relevante, analisando alguns aspetos teóricos sobre o desemprego e tentando perceber ao longo deste trabalho, o que é estar na situação de desempregado(a).

Ter emprego permite que o indivíduo se torne num agente ativo na sociedade, sentindo-se incluído e gozando de um determinado estatuto social, de modo a usufruir de uma remuneração e a garantir a sua subsistência.

Na atualidade, o mercado de trabalho tem sofrido transformações, destacando-se o fenómeno do desemprego. Neste contexto, um indivíduo empregado pode tornar-se num indivíduo desempregado. No século XXI, a questão da precariedade do emprego e do desemprego constitui uma das maiores preocupações pessoais e sociais. Atualmente os indivíduos não perspetivam um emprego para a vida, uma vez que os sistemas de emprego são cada vez mais precários e instáveis.

Segundo Fernandes (2011) a ausência de emprego “emergiu com o desenvolvimento da sociedade industrial, do emprego assalariado e com as transformações das relações de trabalho” (p. 4). Entendemos que o desemprego pode ter diversas causas associadas, uma vez que o mundo de trabalho tem evoluído

progressivamente, sofrendo mudanças suscitadas pelas exigências a nível tecnológico e pela competitividade de mercados nacionais e internacionais. As empresas são pressionadas a reestruturarem-se e a modernizarem-se, acionando-se a relação com a produtividade e com a redução do número de trabalhadores.

O desemprego tem sido uma das maiores preocupações do país, tendo sofrido várias oscilações. Atualmente, verifica-se uma tendência para a diminuição do desemprego, mas a situação é instável. De seguida, iremos abordar algumas noções sobre o emprego e o desemprego, de modo a compreender esta problemática social.

1.1. O emprego

O conceito de emprego surgiu a partir do conceito de trabalho. As noções de emprego e de trabalho são atualmente consideradas como sobrepostas, tendo o termo trabalho ficado associado à noção de emprego, e por sua vez o emprego ficou associado ao trabalho renumerado. Costa (1998) considera o emprego como trabalho renumerado, referindo-se ao trabalho como uma dimensão fundamental da existência humana, podendo ser renumerado ou não.

O conceito de emprego surgiu com a Revolução Industrial, enfatizando a relação do indivíduo com a sociedade, ou seja, um indivíduo empregado era considerado como um indivíduo com um *status* social, que estabelecia relações de interação com a sociedade. Assim, o “emprego constitui o *habitat* social dos indivíduos” (Kovács, Casaca, Ferreira, & Sousa, 2006, p.7). Um indivíduo empregado assume um papel social, com recompensas materiais e simbólicas, ocupando uma determinada posição na sociedade.

Cachapa (2007, citado por Lopes, 2011) refere que o emprego tem duas dimensões subjacentes: a pessoal e a social. Na pessoal, o indivíduo realiza-se e assegura a sua subsistência. Na social, o indivíduo sai do seu círculo familiar e integra-se num determinado grupo profissional, estabelecendo relações e promovendo a interação com a sociedade.

Savickas (1997, citado por Fraga, 2012) refere que o emprego permite que os indivíduos sejam ativos na construção do seu projeto de vida. Atualmente assistimos a inúmeras mudanças no que se refere ao emprego, implicando que o indivíduo mude de emprego várias vezes ao longo da vida. Fraga (2012) refere que o “trabalhador do

século XXI enfrenta desafios de mudança, de flexibilidade e de aprendizagem” (p. 16). Atualmente, a ideia de um emprego para a vida está fragilizada, obrigando o indivíduo a adaptar-se a novos e diferentes contextos, tornando a sua carreira mais versátil, podendo trabalhar na mesma ou em diferentes áreas profissionais ao longo da vida.

O significado atribuído ao emprego provocou a emergência de novos conceitos, designadamente, a empregabilidade e o desemprego. O desemprego pode ser entendido como uma situação que antecede o emprego e que eventualmente poderá proceder ao mesmo. Um indivíduo pode encontrar-se no desemprego (estar desempregado), mas ao encontrar novamente um emprego, passa a estar empregado; quando acaba o vínculo contratual, poderá voltar ao desemprego (volta a estar desempregado). O mercado de trabalho atua como um ciclo vicioso, alternando situações de emprego e de desemprego.

Conseguir encontrar e/ou manter um emprego é fundamental, porém constitui uma tarefa difícil. É essencial adquirirmos um conjunto de atitudes e aptidões, tornando os indivíduos criativos, motivados, persistentes e dotados de iniciativa, trabalhando para a empregabilidade.

O conceito de *empregabilidade* começou a ser utilizado no século XIX, em Inglaterra, “para diferenciar os indivíduos que eram empregáveis” dos que não o eram (Betterncourt, 2012, p. 32). Oliveira (2004, citado por Rodrigues, 2012) refere-se a este conceito como a capacidade que o indivíduo revela para obter e manter o emprego, bem como para conseguir uma nova colocação. Bettencourt (2012) considera essa perspectiva exagerada, podendo o indivíduo desempregado sentir-se culpado por não obter a empregabilidade. Assim, este conceito deve ser considerado não só como uma responsabilidade do indivíduo, mas também pode ser assumido pelas empresas, pelos sistemas educativos e pelos apoios sociais. Segundo Bettencourt (2012), esta junção de perspetivas remete para uma responsabilidade partilhada. Para assumir essa responsabilidade de forma partilhada é fundamental considerar a existência de alterações nos sistemas educativos e sistemas políticos, senão mantém-se a valorização de uma responsabilidade individual, tornando o indivíduo como o único responsável por encontrar emprego e posteriormente por mantê-lo. É neste sentido que Caleiras (2011) refere o conceito de empregabilidade, através da ideia de responsabilidade individual. A empregabilidade assume particular relevância no momento de inserção na vida ativa e ao longo da vida profissional.

A empregabilidade é expressa como a capacidade de manter o emprego, para agradar aos empregadores e para desenvolver um itinerário profissional. A

empregabilidade é manifestada através do indivíduo, transversalmente a vários fatores: formação, idade, sexo, trajetória profissional. Não se trata de uma qualidade inata, mas de uma construção social, em que o indivíduo atua ou está inserido.

Rodrigues (2012) refere que a empregabilidade acarreta algumas dimensões essenciais para alcançar o sucesso, tais como: a *adaptabilidade* – que abrange a vontade e a capacidade de modificar comportamentos, sentimentos e pensamentos face às alterações do meio envolvente; o *capital humano* – consiste em investir na aprendizagem contínua, que pode potenciar o capital humano, estimulando a construção da empregabilidade. Oliveira (2006, citado por Rodrigues, 2012) caracteriza o capital humano pelo “acrónimo *KSAOs - Knowledge, Skills, Abilities and Others*, ou seja, conhecimentos, competências, capacidades e outras características procuradas pelas empresas e que possibilitam ao trabalhador reconhecer novas oportunidades” (p. 7).

Não só o capital humano é importante para a empregabilidade, como também o capital social, ou seja, os apoios sociais e as redes de conhecimento, que caracterizam o aspeto interpessoal da empregabilidade. O capital social é fundamental para a empregabilidade, uma vez que se pode obter informação sobre oportunidades profissionais e assim, reduzir situações não esperadas (por exemplo, o desemprego).

Oliveira (2004, citado por Lopes, 2011) afirma que nos anos 60 a 70, quem tinha algum nível de escolaridade garantia a sua sustentabilidade. Atualmente, o conceito de empregabilidade tem vindo a ganhar importância no discurso académico e político. Neste sentido, apesar de uma escolaridade elevada, como por exemplo, possuir como habilitação académica o doutoramento, essa sustentabilidade não está garantida pelo indivíduo. Lopes (2011) refere que, mesmo quem detém um nível de escolaridade elevado, pode não garantir um lugar no mercado de trabalho. Por outro lado, as empresas procuram trabalhadores qualificados e por isso é necessário continuar a valorizar a formação académica e profissional.

Vivemos num contexto de mudança e de adaptação, sendo necessário investir numa formação contínua, para potenciar o desenvolvimento do indivíduo empregado, bem como das empresas empregadoras. Eraut (1987, citado por Santos, 2004) afirma que a formação contínua apresenta-se através: “da deficiência, do crescimento, da mudança e de soluções de problemas” (p. 208). Assim sendo, a formação contínua é fundamental para acompanhar a evolução da sociedade, em particular o combate ao desemprego.

Carneiro (2005, citado por Lopes, 2011) refere que em tempo de crise económica, os indivíduos devem adquirir competências-chave, tais como, desenvolver capacidades e conhecimentos na língua materna e em línguas estrangeiras, aprofundar o conhecimento na área da matemática, promover o desenvolvimento de relações interpessoais e cívicas, desenvolver capacidades empreendedoras, de modo a facilitar a integração no mercado de trabalho e a sua realização pessoal. O indivíduo tem que se adaptar aos novos desafios profissionais e sociais, tendo por base a continuidade de uma formação relevante para o mundo de trabalho, como por exemplo, o domínio das tecnologias da informação e comunicação, e de outras competências relevantes para a inserção e/ou reinserção no mundo de trabalho.

De seguida referimo-nos às medidas ativas e passivas das políticas de emprego adotadas no nosso país, nos últimos anos.

1.1.1. Medidas ativas e passivas das políticas de emprego

Várias estratégias de promoção e manutenção do emprego têm vindo a ser desenvolvidas no nosso país. Segundo Bettencourt (2012), as políticas de emprego podem ser classificadas como *passivas* ou *ativas*. As *políticas passivas* de emprego são estratégias de proteção social em situação de desemprego, isto é, são políticas de subsídio de desemprego e de apoio (por exemplo, subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego). As *políticas ativas* visam manter e/ou incrementar o emprego. As políticas ativas de emprego são as seguintes: medidas de partilha de tempo de trabalho; medidas de fomento de emprego; apoio à contratação; baixa do custo de trabalho; aumento de trabalho; medidas de incentivos fiscais; medidas de fomento de atividade; medidas de partilha do trabalho; medidas de *job rotation* (ocupação por várias pessoas de um mesmo posto de trabalho); flexibilização da regulamentação do trabalho; rigidez da regulamentação do trabalho; medidas de ocupação; estágios; medidas de formações profissionais; e as medidas de conciliação da vida familiar com a vida profissional (Bettencourt, 2012).

Em Portugal estruturou-se um regime de proteção no desemprego, através da publicação do Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de abril. Este decreto-lei estabeleceu a ação combinada de medidas passivas e ativas, procurando manter as taxas de emprego elevadas e as taxas de desemprego reduzidas.

Estas medidas pretenderam facilitar a inserção e a reinserção do indivíduo desempregado, permitindo uma maior eficácia na colocação no mercado de trabalho e na proteção social. Na sequência do decreto-lei supracitado surgiu o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, que tinha como função promover uma intervenção individualizada. Este decreto previa mecanismos de ativação do indivíduo que beneficiava destas medidas (passivas/ativas), procurando reforçar o papel dos serviços públicos de emprego, para promover uma intervenção personalizada, suscitando a oportunidade de obter qualificações e de melhorar a empregabilidade.

A dimensão da proteção social em Portugal não tem sido suficientemente forte para ultrapassar os problemas estruturais. A este propósito, vários autores têm manifestado a sua opinião, por vezes contraditória. Hespanha (2007, citado por Gennari & Albuquerque, 2011) refere que em Portugal “a lógica da condição salarial não foi inteiramente assimilada, nem as políticas passivas, longe dos níveis atingidos na generalidade dos parceiros europeus, cobrem as necessidades sociais decorrentes do emprego” (p. 61).

Gennari e Albuquerque (2011) referem que a implementação de políticas sociais de incentivo ao emprego e de controlo de desemprego incidem mais sobre os efeitos do que propriamente sobre as causas dos problemas sociais.

No nosso entender, as políticas ativas favorecem o sucesso do indivíduo, enquanto que as políticas passivas geram algumas incertezas. Sendo as medidas passivas consideradas como políticas de subsídio, ou seja, como um apoio para a reinserção no mercado de trabalho, consideramos que os indivíduos podem não beneficiar da medida da mesma forma. Sá (2014) afirma que os indivíduos quando subsidiados, podem-se adaptar facilmente ao subsídio, retardando a reinserção no mercado de trabalho e trocando o emprego pelo lazer, uma vez que estão a auferir de um rendimento. Por outro lado, verificamos que existem indivíduos a beneficiar de medidas passivas, mas com uma procura de emprego ativa.

As políticas de emprego são medidas que favorecem a integração no mercado de trabalho. Em 2011, em Portugal, “as medidas de formação representavam cerca de 70% da despesa em medidas ativas e os incentivos à contratação representavam 23,5%” (Valente, Soares e Fialho, 2013, p. 6). Atualmente, a medida de estágios promove a inserção de jovens no mercado de trabalho, bem como a reconversão profissional de desempregados. Porém, a população com 15-24 anos continua ainda a ser afectada pelo desemprego, situando-se a taxa de emprego jovem em 21,6% (PORDATA, 2014a), o

que implica a aplicação de novas medidas e incentivos. Segundo Dias e Varejão (2012), em Portugal, entre 2006 e 2009, a despesa com as medidas passivas foi, em média, 2,5 vezes superior à despesa com as medidas ativas.

De seguida, apresentaremos alguns indicadores e taxas subjacentes ao emprego em Portugal, referentes ao período de 2008 a 2013.

1.1.2. Indicadores e taxas relativas ao emprego

Os indicadores mais utilizados relativamente ao emprego são a *taxa de emprego*, a *população ativa* e os *empregados*. Os indicadores e as taxas subjacentes ao emprego podem ser consultados a partir da base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA) e do Gabinete de Estatística da União Europeia (EUROSTAT).

A *taxa de emprego* “permite definir a relação entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade” (PORDATA, 2014a). A taxa de emprego em Portugal tem vindo a diminuir drasticamente, desde 2008. Em 2013, a taxa de emprego era de 49,6%. A taxa de emprego pode ser apresentada atendendo ao sexo, idade ou nível de escolaridade. Relativamente ao sexo, concluiu-se que em 2013, a taxa de emprego no sexo masculino era de 54,6% e no sexo feminino de 45,3% (PORDATA, 2014a). Relativamente à idade, a base de dados PORDATA indica que a taxa de emprego é predominante nos grupos com idades entre os 25 e os 34 anos (75,1%), seguindo-se o grupo com idades entre os 45 e os 54 anos (73,2%), depois o grupo com idades entre os 55 e os 64 anos (46,9%), seguindo-se o grupo etário dos 15 aos 24 anos com uma percentagem de 21,6% e por fim, o grupo com 65 ou mais anos, com uma percentagem de 13,2%.

Em 2013, a União Europeia (UE) situou a taxa de emprego em 64,1% (EUROSAT, 2014a), porém Portugal não atingiu esse valor (apenas 50,4%), tendo aumentado a taxa de desemprego.

A *população ativa* consiste num “conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência¹, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)” (PORDATA, 2014a). Assim sendo, referimo-nos à população ativa

¹ Nos dados apresentados pela PORDATA (2014), o período de referência corresponde a 12 meses.

quando mencionamos um conjunto de indivíduos que exercem uma atividade profissional remunerada e de pessoas sem emprego, mas que estão à procura de emprego (Germe, 2007, citado por Fraga, 2012). O facto de ter emprego permite pertencer à população ativa, favorecendo o aumento da taxa de emprego.

A taxa de emprego tem vindo a diminuir nos últimos anos, tal como a população ativa, sendo que em 2013, em Portugal, o total da população ativa correspondia a 76,9%, ou seja, 52846 indivíduos e a população inativa corresponde 40,7%, ou seja, 51647 indivíduos (PORDATA, 2014a).

O indicador *empregado* abrange todos os “indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontravam numa das seguintes situações: a) tinham efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinham um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinham uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estavam em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência” (PORDATA, 2014a).

Embora este indicador saliente uma visão económica, podemos questionar os seus efeitos sociais, originando situações de precariedade de emprego.

De seguida abordaremos o fenómeno do desemprego, apresentando a definição de determinados tipos de desemprego e de alguns indicadores e taxas, que são frequentemente considerados no estudo do desemprego.

1.2. O desemprego

Numa perspetiva histórica, o estudo de desemprego surgiu em 1970. A suspensão do trabalho no período do pós-guerra (desde 1945) contribuiu para o agravamento deste fenómeno. Porém, só na década de 80 do século XX é que o desemprego se tornou no centro das atenções para os investigadores das ciências sociais, em particular na área da economia.

O conceito de desemprego pode ser assumido de diversas formas. Marx (1983, citado por Campos, 2009) refere que a noção do desemprego está associada à força de trabalho como forma de obter um rendimento para satisfazer as necessidades de cada indivíduo. Segundo Caleiras (2011), o desemprego corresponde “à condição dos

trabalhadores que, embora disponíveis para o trabalho, num determinado momento da sua vida activa estão involuntariamente privados de um trabalho” (p. 27). Atualmente, Sena (2013) entende que o conceito de desemprego é “o estado de estar desempregado ou não envolvido numa ocupação com ganhos; ou como inatividade profissional involuntária, situação de não ter emprego” (p. 14).

Serra (1999, citado por Campos, 2009) refere que estudos sobre o desemprego têm revelado consequências a nível social e psicológico. No âmbito deste estudo consideramos o desemprego como a falta de trabalho, ou seja, a situação de não ter emprego e de não usufruir de rendimentos. O desemprego não incide só na vertente económica, quando um indivíduo não possui qualquer rendimento, mas também pode ser analisado através das consequências que acarreta a longo prazo.

Segundo Ganhão (1997, citado por Lopes, 2011), desde a década de 80 do século XX até à atualidade, a evolução do desemprego em Portugal tem sido perspetivada de uma forma negativa, tal como por toda a Europa. O desemprego é uma preocupação para alguns países europeus, devido aos efeitos das crises económicas, com implicações a nível internacional. Segundo dados do EUROSTAT, em 1991 iniciou-se uma quebra bastante acentuada do desemprego, tal como aconteceu em 2002, seguindo-se uma recuperação significativa do emprego. Em 2009, Portugal encontrava-se numa depressão generalizada (Caleiro, 2009). Porém, a Holanda, a Austrália e o Luxemburgo, em 2012 apresentavam as taxas de desemprego mais reduzidas. Segundo o EUROSTAT (2014b), as taxas de desemprego mais elevadas atingiram diversos países, tais como, Portugal, Espanha e Grécia. O fraco crescimento económico tem sido apontado como o responsável pelo aumento da taxa de desemprego em Portugal (Lopes, 2011). Não sendo só um problema a nível nacional, o desemprego tem sofrido várias alterações no seu conteúdo e significado, devido às transformações existentes perante as relações com o emprego.

O fenómeno do desemprego constitui uma manifestação muito visível das transformações que, sobretudo nas últimas três décadas, têm ocorrido no mundo do trabalho. O desemprego contribuiu para a existência de “processos profundos e multidimensionais de precarização das condições de vida da população”, que são cada vez mais heterógenas (Gennari e Albuquerque, 2011, p. 58).

Leite (2009, citado por Gennari e Albuquerque, 2011) refere que a inserção profissional deve ser inovadora, para que não existam transfigurações no mercado de trabalho. Caso contrário e num contexto de globalização, “o mercado de trabalho

adquire novos significados e novas configurações” (p. 57). Num contexto de globalização, é fundamental que os indivíduos adquiram qualificações para obter e/ou manter o acesso ao mercado de trabalho. Caso contrário serão penalizados os grupos mais vulneráveis, como por exemplo, os que têm menos qualificações ou menos experiência profissional.

Ganhão (1997, citado por Lopes, 2011) apontava as causas de desemprego da seguinte forma: fatores económicos (por exemplo, o abrandamento da atividade económica e a falência de empresas); fatores demográficos (deslocalização de empresas); à reconversão tecnológica (reconversão dos regimes laborais); obsolência das qualificações, desinstrualização (os processos de reestruturação industrial); e desregulação do mercado de trabalho (escassez ou desadequação da oferta de novos empregos e consequentes vagas de redução de pessoal).

O aumento do número de desempregados pode indicar um ciclo vicioso, ou seja, a redução dos salários pode provocar a insatisfação do indivíduo, conduzindo-o para o desemprego voluntário. O indivíduo desempregado, seja de forma voluntária ou involuntária, deve ser flexível e resiliente. Francisco (2004, citado por Dimas et al., 2013) refere que o desemprego exige do indivíduo o desenvolvimento de capacidades de adaptação, tornando capaz para se adaptar a um certo grau de mudança e de incerteza.

O desemprego pode afetar com maior intensidade o indivíduo, em certos momentos da sua trajetória profissional (Fraga, 2012). O indivíduo desempregado tem de se confrontar “com a diminuição dos seus rendimentos, com a alteração do seu estatuto social, a modificação do relacionamento com os outros, um sentimento de fracasso, de isolamento, e de perda de sentido da vida” (Serra, 1999, citado por Campos, 2009, p.12).

O indivíduo desempregado também pode ser afetado por fatores sociais (relação com a sua rede social que se irá desestruturar), fatores pessoais (pensamentos pessimistas), e fatores profissionais (sentimento de fracasso na sua carreira).

De seguida, apresentamos os tipos de desemprego, segundo diferentes perspetivas.

1.2.1. Tipos de desemprego

Cada desempregado tem a sua própria história, com sucessivas experiências de vida. Vários autores (Caleiras, 2011; Lopes, 2011; Fraga, 2012; Sá, 2014) referem diversos tipos de desemprego.

No entender de Sá (2014) existem três tipos de desemprego: o *estrutural*, o *friccional* e o *cíclico*. O *desemprego estrutural* é resultante da própria estrutura da economia. Normalmente é fruto de avanços tecnológicos e/ou das falências, em que o trabalhador é substituído pelas máquinas ou por processos produtivos modernos (Sá, 2014). Oliveira (2004, citado por Lopes, 2011) refere que o desemprego estrutural associa-se ao setor industrial. O *desemprego friccional* geralmente ocorre num intervalo de tempo em que os indivíduos empregados deixam um emprego e não conseguem obter outro (Sá, 2014). O *desemprego cíclico*, normalmente surge associado aos ciclos económicos, ou seja, ao reduzir o crescimento económico, geralmente reduz a produção, provocando o aumento do desemprego (Sá, 2014).

Por outro lado, Pochmann (1998, citado por Caldana e Figueiro, 2002) distingue quatro tipos de desemprego: *de inserção* – “que atinge a população com menos de 25 anos de idade e que está procurando o seu primeiro emprego”; *repetitivo* - marca uma redução dos níveis de emprego, fazendo que os jovens não consigam mais se fixar no posto de trabalho a médio e longo prazo; *de reestruturação* - abrange indivíduos entre os “25 e os 50 anos de idade e que trabalham em setores económicos” que estão a reestruturar-se; *de exclusão* – “atinge pessoas com mais de 50 anos de idade, que encontram cada vez mais dificuldade para voltar ao mercado de trabalho” (p. 20).

No mesmo sentido, Germe (2007, citado por Fraga, 2012) refere diferentes tipos de desemprego: *de inserção* - resultante das dificuldades no acesso ao primeiro emprego, após a conclusão de uma formação ou na retoma de uma atividade; *de conversação* - pode suceder ao longo da vida ativa e resulta do desaparecimento de certas profissões ou da redução de efetivos em certos setores da atividade económica; e *repetitivo* - afeta aqueles que ocupam empregos precários sucessivos.

Relativamente ao desemprego *repetitivo* e de *inserção*, Pochmann (1998, citado por Caldana e Figueiro, 2002) acrescenta o fator da idade, afastando deste tipo de desemprego os indivíduos com mais de 25 anos.

Loison (2002, citado por Caleiras, 2011) realizou um estudo sobre as experiências de desemprego vividas em Portugal, em áreas urbanas e rurais, e detetou

quatro tipos de desemprego: o *negociado*, o *neutralizado*, o *transformado* e o *angustiante*. O *desemprego negociado* é mais frequente em contextos urbanos. Caracteriza-se por indivíduos qualificados que compreendem a situação que estão a vivenciar e encontram outros meios para contornar essa experiência negativa. Loison (2002, citado por Caleiras, 2011) define este tipo como “um parêntesis na vida ativa e vivido de uma forma relativamente desdramatizada” (p. 80). O *desemprego neutralizado* é caracterizado como “a fraca ligação à condição salarial”, uma vez que a procura de emprego é quase nula. Neste tipo de desemprego, a família é um apoio fundamental para o desempregado. O *desemprego transformado* é caracterizado por indivíduos perto da idade da reforma, o que leva a vivenciar esta situação com mais tranquilidade. Este tipo de desemprego é comum, tanto em meios rurais, como em meios urbanos. No *desemprego angustiante*, os indivíduos vivenciam momentos dolorosos. Os homens são os mais afetados e normalmente são indivíduos que são considerados como velhos para um novo emprego, mas também como sendo novos para a reforma. Para algumas pessoas, o choque de estar no desemprego numa idade em que assumem certas obrigações pessoais e familiares, traduz-se num sentimento de humilhação e angústia.

De seguida, apresentamos alguns indicadores e taxas correspondentes ao desemprego, de modo a analisar o fenómeno do desemprego.

1.2.2. Indicadores e taxas relativos ao desemprego

Quando analisamos o desemprego, importa referir alguns dos principais indicadores e taxas subjacentes, que podem ter várias fontes. Para o nosso estudo optámos por apresentar dados do INE, do IEFP, do EUROSTAT e da PORDATA.

No estudo do desemprego, os indicadores e as taxas mais frequentemente analisadas são: o *desempregado*, a *taxa de desemprego*, os *números de desempregados registados* e a *população desempregada*.

Segundo o INE (2014) o *desempregado* é um “indivíduo, com idade mínima de 15 anos que se encontra simultaneamente nas seguintes situações: a) não tem trabalho remunerado nem qualquer outro; b) está disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tem procurado um trabalho”. O IEFP considera *desempregado* como o “candidato inscrito num centro de emprego (CE) que não tem trabalho, procura

um emprego por contra de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho” (IEFP, 2014c).

Segundo o IEFP (2014c), o indivíduo desempregado pode ainda ser classificado como: de *curta duração*, de *longa duração*, à *procura do primeiro emprego, jovem, adulto* e à *procura de um novo emprego*. O *desempregado de curta duração* é um “trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há menos de 12 meses”. Já o *desempregado de longa duração* é um “trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais”. Para Costa (1998), a situação de desempregado de longa duração é a mais complexa, uma vez que estes indivíduos terão muita dificuldade ou nunca regressarão ao mercado de trabalho. O *desempregado à procura do primeiro emprego* é um indivíduo que “nunca teve emprego” (IEFP, 2014c). O *desempregado jovem* é um “candidato desempregado com menos de 25 anos” (IEFP, 2014c). O *desempregado adulto* é um “candidato desempregado com mais de 25 anos” (IEFP, 2014c). O *desempregado à procura de um novo emprego* é um “indivíduo desempregado que já teve emprego” (PORDATA, 2014).

Segundo o INE (2014), a *taxa de desemprego* permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa. A taxa de desemprego é calculada pelo INE, em Portugal, e a nível europeu, pelo EUROSTAT. Este indicador é o mais utilizado para analisar o nível de desemprego.

A taxa de desemprego em Portugal tem vindo a aumentar drasticamente, desde 2000. No ano 2000, a taxa de desemprego no nosso país era de 3,9%, e de 10,8% em 2010. De salientar, que a taxa de desemprego em Portugal, segundo o EUROSTAT (2014b) é a quinta taxa mais elevada da UE. Atrás de Portugal encontram-se países como a Grécia (27,4%), a Espanha (26,4%), a Croácia (18,6%) e o Chipre (17,3%). Em 2013, a taxa de desemprego em Portugal situava-se em 16,2%, tendo recuado para 14% em julho de 2014.

Através destes valores podemos constatar a enorme fragilidade que subsiste no mercado de trabalho em Portugal, particularmente em períodos de crise económica, como a que vivemos desde 2008.

Os *números de desempregados registados* correspondem aos indivíduos inscritos nos serviços públicos de emprego, nomeadamente no IEFP. Em dezembro de 2013, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional em Portugal era de 690,5 milhares de indivíduos (PORDATA, 2014a).

Segundo Caleiras (2011), a *população desempregada* refere-se aos indivíduos que não têm emprego, mas que o procuram ativamente. Segundo os resultados do Inquérito ao Emprego do INE, entre outubro e dezembro de 2013, a população desempregada era constituída por 826,7 mil pessoas. Por outro lado, a população empregada diminuiu, isto é, situa-se em cerca de 4,56 milhões de pessoas. Na figura 1 apresentamos a distribuição da população ativa e da população inativa. Segundo a PORDATA (2014a), a população inativa corresponde ao “conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados”.

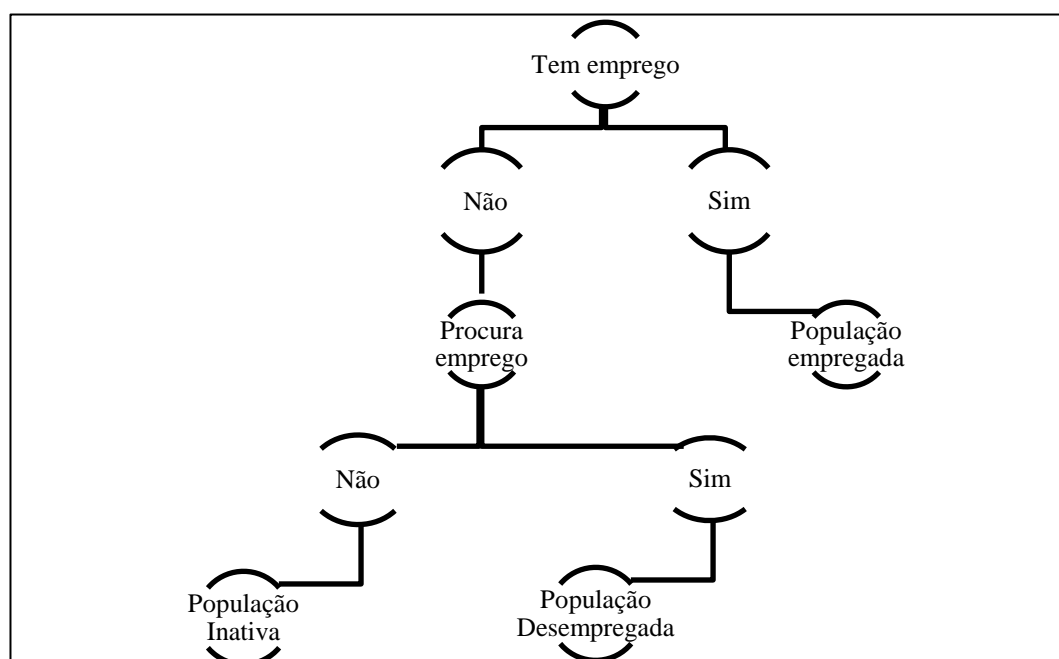


Figura 1. Estrutura da população desempregada/empregada e inativa. (Fonte: Adaptado de Caleiras, 2011).

Segundo Freyssinet (1994, citado por Caleiras, 2011) a figura 1, identifica a população desempregada através de duas questões básicas. Primeiro procura saber se o indivíduo tem emprego. No caso da resposta ser positiva, trata-se de um indivíduo que pertence à população empregada (população ativa). Caso contrário, é necessário colocar uma segunda questão, que nos permite saber se o indivíduo procura ou não emprego. Se procurar emprego, mesmo estando desempregado, esse indivíduo integra-se na população desempregada. Porém, se o indivíduo está desempregado e não procura

emprego, então inclui-se na população inativa (por exemplo, estudantes, as mulheres domésticas, os reformados, entre outros).

Após abordarmos alguns pressupostos teóricos e indicadores e taxas acerca da população portuguesa, relativamente ao emprego e ao desemprego, importa desenvolver o segundo ponto deste capítulo – *Estar na situação de desempregado(a)*. Pretendemos referir algumas das prestações sociais ao alcance do desempregado, bem como as perspetivas de vida para o indivíduo desempregado e os efeitos socioeducativos do desemprego.

2. Estar na situação de desempregado(a)

No âmbito deste estudo importa perceber o que é estar na situação de desempregado(a). Pretende-se saber quais as possíveis implicações do desemprego na vida do indivíduo, os seus efeitos socioeducativos e as suas perspetivas de vida, percebendo algumas das atitudes e dos sentimentos, através da análise das suas respostas nas entrevistas. Consideramos a expressão “estar na situação de desempregado(a)”, por entendermos que pode ser uma situação transitória e não um atributo ou uma característica do indivíduo.

Enquanto estiver na situação de desempregado(a), um indivíduo confronta-se com várias situações, podendo dispor de um conjunto de prestações monetárias e apoios sociais.

O sistema integrado de Segurança Social, criado após o 25 de abril de 1974 em Portugal, tinha como funções melhorar e ampliar as prestações sociais existentes. Referimo-nos por exemplo, ao abono de família e a sua extensão aos desempregados; à criação de novas medidas e alargamento para outros grupos sociais, nomeadamente a pensão social e o subsídio de desemprego (Hespanha et al., 2000). Atualmente, a referência a apoios para quem está no desemprego ou em carência económica, inclui um conjunto de prestações monetárias e apoios sociais, medidas de reparação da situação de desemprego ativas e passivas (abordadas no ponto 1.1.1. deste trabalho).

Tal como já referimos anteriormente, o Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de novembro teve como função sustentar as taxas de emprego e minimizar as taxas de desemprego. De acordo com os objetivos desse decreto-lei e que foram definidos na

Estratégia de Lisboa², no Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego, onde se integra o Plano Nacional de Emprego (PNE)³, destaca-se o papel dos Centros de Emprego (CE), visando a inserção no mercado de trabalho, ao prestar atendimento personalizado e dando orientações, no sentido de melhorar a empregabilidade do indivíduo.

Segundo o decreto-lei supracitado, para quem beneficia de alguma prestação passa a ser exigido o cumprimento de deveres, tais como, demonstrar uma procura ativa de emprego e a apresentação quinzenal ao CE, tendo como intuito ultrapassar a situação de desempregado.

As prestações, tais como, o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego, o subsídio de desemprego parcial, rendimento social de inserção, contrato-inserção e contrato- inserção⁺ têm como objetivos gerais compensar os desempregados da falta de um salário e promover a criação do próprio emprego.

Embora estas medidas não se apliquem apenas a indivíduos desempregados, clarificamos o que se entende por cada uma destas prestações:

- *Subsídio de desemprego (SD)* “é uma prestação em dinheiro atribuída ao trabalhador para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego”. De acordo com o artigo 22.º do capítulo III (Condições de Atribuição das Prestações), do Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de novembro - “o prazo de garantia para a atribuição do SD é de 450 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de renumerações num período de 24 meses imediatamente antes à data do desemprego.”
- *Subsídio social de desemprego (SSD)* “é uma prestação em dinheiro atribuída ao beneficiário, quando este já recebeu a totalidade do subsídio de desemprego a que tinha direito”. De acordo com o artigo 22.º do capítulo III (Condições de Atribuição das Prestações), do Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de novembro - “o prazo de garantia para a atribuição do SSD é de 180 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de renumerações num período de 12 meses imediatamente antes à data do desemprego.”
- *Subsídio de Desemprego Parcial (SDP)* - destina-se aos desempregados que estão a receber subsídio de desemprego e iniciem atividade com contrato a tempo parcial. Consiste numa prestação em dinheiro (Segurança Social, 2014).

² A Estratégia de Lisboa é um plano de desenvolvimento estratégico da União Europeia. Foi aprovado pelo Conselho Europeu em Lisboa em março de 2000. Em 2004 sofreu algumas alterações relativamente ao plano económico. O objetivo estratégico consiste em converter a economia da União Europeia “na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, antes de 2010, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e uma maior coesão social”.

³ Segundo o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), o Plano Nacional de Emprego (PNE) é um “documento estratégico integrado de renovação e modernização do sistema de emprego português”. Disponível em: www.igfse.pt, acedido a 06.10.2014.

- *Rendimento social de inserção (RSI)* - é uma prestação monetária diferencial, sujeita a condições como o cumprimento do contrato de inserção. Não se destina só a desempregados, como também a pessoas com carência económica (Segurança Social, 2014);
- *Contrato Emprego-Inserção*⁴ - destina-se a “desempregados inscritos nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego”. Têm prioridade desempregados subsidiados com uma renumeração igual ou inferior à renumeração mínima mensal garantida e aqueles que se encontrem nas seguintes condições: pessoa com deficiências e incapacidades; desempregado de longa duração; idade igual ou superior a 45 anos; ex-reclusos ou pessoas que cumpram pena em regime aberto voltado para o exterior ou outra medida judicial não privativa de liberdade; vítimas de violência doméstica (IEFP, 2014b);
- *Contrato Emprego-Inserção*⁺ - usufruem deste apoio desempregados inscritos nos centros de emprego e beneficiários do RSI (IEFP, 2014b).

As entidades promotoras do Contrato Emprego-Inserção e do Contrato Emprego-Inserção⁺ podem ser coletivas, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, designadamente, autarquias locais e entidades de solidariedade social. Estas entidades estão inseridas na medida de apoio ao emprego, intitulada como Emprego-Inserção. A ligação dos parceiros locais é fundamental para viabilizar o sucesso das políticas sociais implicadas na resolução deste problema.

Segundo o IEFP (2014b) existem outros apoios⁵ e medidas direcionadas ao indivíduo desempregado. Apresentamos uma síntese desses apoios, incentivos em diferentes áreas de intervenção: *empreendedorismo* (a criação do próprio emprego, a criação de empresas, o microcrédito e *investe Jovem*); *apoio à contratação* (estímulo emprego, incentivo emprego, dispensa de atribuições); *estágios* (estágios emprego,

⁴ Consiste na “realização, por desempregados subsidiados, de trabalho socialmente necessário que satisfaça necessidades sociais ou coletivas temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses” (IEFP, 2014). Acedido a 03.02.2014 em <http://www.iefp.pt/apoios/candidatos/Paginas/ContratoEmprego-Insercao.aspx>

⁵ Por exemplo, para os desempregados que querem ser empreendedores, o IEFP em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), abrange um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, nomeadamente o COOPJOVEM que tem como função apoiar os jovens na criação das suas próprias cooperativas ou Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), facilitando a inserção profissional e a definição da trajetória de vida. Estes apoios abrangem ainda o Programa Nacional de Microcrédito, que facilita o acesso ao crédito até vinte mil euros. Esta parceria abarca outros programas, nomeadamente o SOCIAL INVESTE, que consiste num programa de apoio à Economia Social e o ESJOVEM, que consiste num programa que dá a conhecer aos jovens o setor da Economia Social.

estágios financiados); *reabilitação profissional* (apoios à integração, emprego apoiado, prémio mérito, produtos de apoio); *Incentivo à aceitação de ofertas*; *regionais e setoriais*; entre outras medidas, por exemplo, emprego jovem ativo, empresas de inserção, vida-emprego.

O IEFP disponibiliza ainda os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) que apoiam os indivíduos desempregados no seu percurso de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho.

Para que a inserção e reinserção no mercado de trabalho sejam concretizadas, o EUROSTAT criou a estratégia 2020, que consiste numa estratégia europeia de garantir o emprego. No âmbito desta estratégia, as metas a alcançar são as seguintes: 75 % das pessoas na faixa etária dos 20 aos 64 anos com emprego; reduzir o abandono escolar precoce para menos de 10 % e pelo menos 40 % das pessoas na faixa etária dos 30 aos 34 anos, com o ensino superior concluído; reduzir pelo menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social (EUROSTAT, 2014a).

Estas metas definidas pelo EUROSTAT são ambiciosas. A taxa de emprego continua a registar uma tendência negativa e é fundamental que se faça uma inversão dos números para alcançar a meta da estratégia 2020, relativamente ao grupo etário entre os 20 anos e 64 anos. Em 2013, Portugal encontrava-se com uma taxa de emprego de 49,6%, tendo sofrido oscilações e algumas melhorias em meados de 2014. Se o desemprego não diminuir, o número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social não irá reduzir. Relativamente às outras metas, consideramos que estão interligadas com o desemprego, a pobreza e a exclusão social e que é necessário implementar outras medidas para as alcançar.

Estas fragilidades podem levar o indivíduo desempregado a alterar as suas perspetivas de vida num contexto de mudança. De seguida, apresentamos algumas considerações teóricas acerca da mudança e de alguns sentimentos e atitudes adotados pelos desempregados numa situação de desemprego.

2.1. Perspetivas de vida em contexto de mudança

Quando se encontra na situação de desemprego, o indivíduo confronta-se com inúmeras mudanças. Segundo Caleiras (2011) a história de vida de um(a) desempregado(a) é frequentemente caracterizada pelo tédio e pela ausência de

expectativas acerca de um projeto de vida a longo prazo. No mesmo sentido, Regado (2012) refere que o indivíduo desempregado encara o desemprego com vergonha, dificultando a sua relação com a sociedade, considerando-se como um inútil e com dificuldades em projetar o seu futuro.

As novas concepções do mundo de trabalho envolvem a fragmentação dos projetos individuais. Antigamente, a escolarização permitia o ingresso no mundo do trabalho. Atualmente, a situação começa a ser inversa, ou seja, à medida que se adquirem habilitações literárias cada vez mais elevadas, só mais tarde é que se poderá usufruir de alguma oportunidade de emprego. Com o tempo, o indivíduo desempregado já não se preocupa com a renumeração, mas sobretudo com a necessidade de ter um emprego, para conseguir construir um projeto de vida.

No ponto seguinte referimos a noção que adotámos neste trabalho para o conceito de mudança, apresentando alguns exemplos sobre os sentimentos e as atitudes que um indivíduo desempregado pode adotar.

2.1.1. A mudança

Vivemos num mundo em mudança tecnológica, económica, política, biológica, cultural, social, entre outras. Caleiras (2011) refere que “no contexto de mudança, que caracteriza o mundo contemporâneo, praticamente todos os domínios foram afetados: a natureza, as classes, as famílias, o público e o privado, o trabalho e o emprego (...)” (p.83). Neste estudo consideramos as mudanças sociais como fundamentais, apesar do indivíduo desempregado também poder passar por outros tipos de mudança.

Não existe uma definição rigorosa acerca da mudança. A mudança está presente na vida do indivíduo, sendo valorizadas facetas positivas e/ou negativas. A mudança pode ser caracterizada pelo efeito de transformação, de modificação, como por exemplo, a perda de um emprego, considerando-se esta como uma fase negativa, de instabilidade.

Camara et al. (1997, citado por Cruz, 2007) considera a mudança do ponto de vista físico, como *intrínseca* e *extrínseca*. A *mudança intrínseca* surge de alterações organizacionais (fatores internos); e a *mudança extrínseca* pode derivar de fatores externos, como por exemplo, choques económicos, que levam as organizações a reagir, surgindo por vezes os despedimentos (individuais e/ou coletivos).

Hayes (2002, citado por Cruz, 2007) afirma que a mudança ocorre quando ocorre um “*future shock*”. Este termo é utilizado para determinar um estado psicológico do indivíduo, definido pelo resultado de três fatores interrelacionados: a efemeridade, a novidade e a diversidade. A efemeridade é uma característica da sociedade atual, atendendo à rotatividade dos produtos e aos estilos de vida pouco definidos. A novidade ocorre através do confronto com situações inesperadas, que são capazes de alterar o ritmo de um sistema. A diversidade define-se pelo excesso de informação. Tal significa que no mundo contemporâneo, a mudança normalmente está relacionada com o indivíduo ou com a capacidade de adaptação. O indivíduo tem de ser capaz de se adaptar, e por vezes ser resiliente para superar esta nova fase da vida.

Para a psicologia social, a mudança é observada como um processo que sustenta vários elementos, englobando o psicológico e o sociológico. Por exemplo: “um novo emprego ou a perda deste constitui uma mudança que implica para o indivíduo a inserção numa nova situação e necessita das respostas pessoais que, em parte, serão dadas em função desta nova situação” (Fischer, 1994, p.172).

O estudo da mudança no indivíduo pode ser observado a partir da vertente psicológica, mas também numa perspetiva interdisciplinar. Rocher (s/d, citado por Fischer, 1994) define a mudança social como “Todas as transformações observáveis no tempo, que afectam, de uma maneira que não seja provisória ou efémera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de uma coletividade dada e modificam o curso da sua história” (p.181).

A mudança social é uma mudança de estrutura, ou seja, pode ocorrer a nível individual ou coletivamente. Segundo Fischer (1994) os fatores de mudança podem ser:

- *Fatores pessoais* - elementos de ordem pessoal que intervêm no processo de mudança;
- *Fatores situacionais* - correspondem aos fatores que os indivíduos têm de enfrentar ao longo da vida. Um exemplo de fator situacional é a entrada na reforma ou no desemprego de longa duração num período de vida não correspondente;
- *Fatores socioculturais* - correspondem ao facto de as culturas não evoluírem todas da mesma forma;
- *Fatores técnico-económicos* - têm a ver com o desenvolvimento tecnológico, o crescimento económico e o processo de modernização;
- *Fatores sociais* - a mudança pode ser caracterizada por fatores exógenos (a partir do exterior de um sistema social) e endógenos (surgem do interior de um sistema social).

A perda de emprego pode relacionar-se com os fatores acima mencionados, existindo uma mudança coletiva (conjunção de todos fatores) na vida do indivíduo. A situação de desemprego constitui uma mudança na vida dos indivíduos. Os fatores de mudança podem ser variados, dependendo de indivíduo para indivíduo. O indivíduo deve habilitar-se para que o impacto da mudança seja menor na sua vida, trabalhando precisamente para a empregabilidade (encontrar/manter o emprego) e para ser resiliente.

Como já afirmamos anteriormente, a economia global e o mundo de trabalho caracterizam-se por uma mudança permanente. Esta mudança é frequentemente acompanhada pelo fenómeno de desemprego, o que leva os indivíduos a perderem o trabalho involuntariamente, independentemente do seu nível das qualificações.

Perante a mudança é necessário adotar estratégias que favoreçam a adaptação, para fazer face às novas situações. A eficácia destas estratégias assenta em três condições fundamentais: a capacidade de recolher informação relevante; a manutenção de sentimentos positivos; e a elaboração de novos modos de vida (Cruz, 2007). Os indivíduos desempregados devem ser capazes de se adaptar a novas situações, usando por exemplo, estratégias de *coping*, utilizadas para lidar com o stresse causado por novos desafios ou com situações ameaçadoras. Estas estratégias têm como objetivo “manter a esperança e o optimismo, negar tanto a situação como as suas consequências ou actuar como se as circunstâncias não importassem” (Tamayo e Tróccoli, 2001, citados por Pereira e Fernandes, 2008, p. 8). A relação entre optimismo e as estratégias de *coping*, leva os indivíduos desempregados otimistas a se adaptarem mais facilmente às suas respostas de *coping*. A resolução de problemas como estratégia de *coping* relaciona-se com a capacidade que o indivíduo tem de procurar a informação, analisar e identificar o problema, gerando alternativas e implementando um plano (Giebels, 2013). Por exemplo, um indivíduo otimista adota uma estratégia de *coping*, promovendo uma adaptação positiva, o que não afeta o seu bem-estar psicológico.

Sempre que possível, os desempregados devem encarar esta fase da sua vida de uma forma positiva, tentando delinear um projeto para futuro.

A mudança pode conduzir também a vários estados emocionais, isto é, os indivíduos nem sempre conseguem ultrapassar a mudança da mesma forma e ao mesmo tempo, reagindo emocionalmente de diferentes formas. Segundo Hayes (2002, citado por Cruz, 2007), a mudança pode ser entendida como a passagem de uma situação para a outra, acarretando diversos estados emocionais. Para Hayes (2002, citado por Cruz,

2007), esses estados emocionais são os seguintes: *choque* - sentimento de ansiedade, que pode impedir o indivíduo de ser capaz reagir positivamente; *negação* - a mudança é rejeitada pelo indivíduo; *depressão* - o indivíduo encara a mudança como algo que não está ao seu alcance; *ultrapassagem* - o indivíduo aceita a realidade (normalmente esta fase é vivida com alguma tristeza); *teste* - o indivíduo sente-se ativo e experimenta novas formas de fazer, ser e estar; *consolidação* - o indivíduo adota os seus novos comportamentos, e passa a integrar-se numa nova identidade; *interiorização* - consiste na transição para o seu novo comportamento, assumindo-o como algo natural. O autor refere que se trata de um processo sequencial que aparenta ser linear. É possível que alguns indivíduos regridam nessa sequência e experimentem de novo o mesmo estado emocional, como por exemplo, estar na fase de teste e voltar ao estado de choque. O indivíduo pode fixar-se num determinado estado e não alcançar o último, mas o pretendido é alcançar o último estado emocional e não regredir.

Woodward e Hendry (2004) referem que o indivíduo, ao ser responsável e ao trabalhar a autonomia e o autocontrolo, tem uma maior probabilidade de alcançar a última fase dos estados emocionais- a interiorização - ou adaptar-se melhor à mudança, não tendo que passar pelos estados anteriores.

Atualmente, é necessário saber viver num contexto de mudança, devido à competitividade dos mercados e também à mudança tecnológica e científica, que implicam uma constante capacidade de adaptação.

De seguida, apresentamos alguns dos sentimentos e atitudes dos indivíduos em situação de desemprego.

2.1.2. Sentimentos e atitudes de um(a) desempregado(a)

O desemprego pode desencadear nos indivíduos desempregados diversos sentimentos e atitudes, assumidos de forma negativa e/ou positiva. O sentimento geralmente é acompanhado por emoções. Damásio (2010, citado por Afonso, 2013) distingue o sentimento da emoção da seguinte forma: enquanto que o sentimento é orientado para o interior, a emoção é orientada para o exterior. Isto significa que o indivíduo experimenta a emoção (por exemplo, pânico), provocando o sentimento interno (por exemplo, medo).

Segundo Afonso (2013), os sentimentos são

imagens de acções e não acções em si; (...) sentimentos emocionais – fenómenos frequentes na nossa vida de quotidianos – e muito importantes no mundo relacional, como (...) percepções daquilo que o nosso corpo faz durante a emoção, a par das percepções do estado da nossa mente durante o mesmo período de tempo (p.14).

Segundo Lopes (2011), o desespero, a perda de esperança, o desamparo, a tristeza, a revolta e a desorientação são sentimentos normalmente verbalizados e expressos pelos desempregados.

Definir o conceito de atitude é uma tarefa complexa. Entendemos as atitudes como a maneira de ser e as posições aprendidas que permitem organizar e interpretar as experiências.

Estramiana (1992, citado por Partilhó, 2013) refere diferentes atitudes de um indivíduo desempregado. Na atitude “*the unbroken*”, os desempregados “não adotam uma atitude de resignação, pelo contrário levam a cabo um conjunto de ações de forma a mudar a situação existente”. A atitude “*the resigned*” é definida por uma “situação de apatia à resignação face à condição de desempregado”. A atitude “*the distressed*” é descrita pelo “retraimento e desespero, devido à perda de perspetivas face ao futuro” (p. 27).

No âmbito deste trabalho referimos alguns sentimentos e atitudes que um desempregado pode experienciar, considerando como relevantes e mais frequentes, os seguintes: a confiança, a felicidade, o bem-estar, o stresse, a depressão, o isolamento social, a resiliência e o empreendedorismo.

Relativamente à confiança, Savickas (2012, citado por Fraga, 2012) afirma que é necessário o autoconhecimento e uma maior confiança para aceder ao mundo do trabalho.

De seguida, na figura 2, apresentamos um estudo⁶ em Portugal relativo ao período entre 1986 e 2008, sobre a relação da taxa de desemprego com o nível de confiança em termos económicos. Ao estudar a relação entre o nível de confiança e de

⁶ “A gravidade da crise económica actual tem justificado o apelo à instituição de uma nova ordem económica. De facto, parte daquela gravidade pode ser atribuída ao desconhecimento (ou à falta de reconhecimento) das relações que se estabelecem entre variáveis económicas chave, quer ao nível da esfera real quer ao nível da esfera monetária. Deste ponto de vista, o sucesso de uma nova ordem económica depende do (re)conhecimento daquelas relações, sendo especialmente importantes as que envolvam o nível de confiança (e, particularmente, também a taxa de desemprego) dadas as características da actual crise económica (em Portugal). Em trabalho anterior mostrou-se, precisamente, que o nível de confiança se relaciona com a taxa de desemprego muito mais do que seria aparente, pelo menos em Portugal” (Caleiro, 2009, p.1).

desemprego em Portugal, Caleiro (2009) concluiu que entre junho de 1986 e abril de 2004, o nível de confiança se relacionava de forma inversa, com a taxa de desemprego – o desemprego aumentava, o nível de confiança diminuía.



Figura 2 - Relação da taxa de desemprego com o nível de confiança no período entre 1986-2008. Fonte: Caleiro, (2009, p.5).

A felicidade envolve uma sensação de confiança. Num estudo sobre a felicidade, Seligman (s/d, citado por Caleiro, 2011) afirma que esta se relaciona com cinco aspetos: o prazer; os engajamentos⁷; as relações; o significado; e as realizações.

O nível de felicidade está relacionado com aspetos económicos, podendo aumentar mesmo em tempos de crise económica. Vários autores, tais como Kenny, (1999; Di Tella e MacCulloch, 2006, citados por Caleiro, 2011) só detetaram a felicidade quando havia uma fonte de rendimentos. Outros autores, tais como Radcliff, (2001, Kahey e Smyth, 2004, citados por Caleiro, 2011) perspetivam a felicidade através de questões culturais. Para estes autores, por exemplo, se um indivíduo viver num país pobre, o seu nível de felicidade por si só irá diminuir; por outro lado, vivendo num país rico, mesmo estando desempregado ou em condição de pobreza, o nível de felicidade pode aumentar.

A figura 3 refere-se ao estudo⁸ de Caleiro (2011), acerca da evolução do desemprego e da felicidade (entendida como indicador económico), em Portugal, no período entre 1985 e 2010.

⁷ Por exemplo, ligação em atividades cujo desafio seja apreciado.

⁸ Nas palavras do autor, “Em termos tradicionais, a riqueza de uma economia é medida pelo seu nível de produção. Mais recentemente, tem vindo a ser sugerida uma outra medida que se baseia no grau de felicidade, o qual se associa aos níveis de satisfação ou qualidade de vida. Por alguns considerado paradoxal é o facto de aquelas duas medidas não se apresentarem perfeitamente correlacionadas. De facto, existem países menos ricos do ponto de vista da produção, os quais se caracterizam por graus superiores de felicidade. Para além deste facto, a realidade mostra que, mesmo em tempos de crise económica, o grau de felicidade pode aumentar. São estes factos que se pretende clarificar, com o

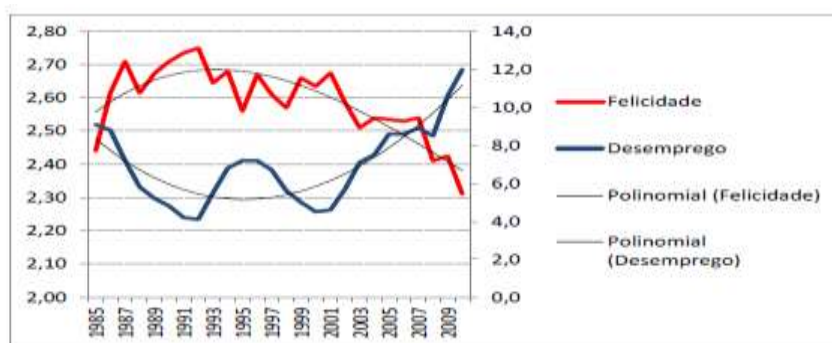


Figura 3 - A evolução da felicidade e do desemprego em Portugal no período entre 1985-2009. Fonte: Caleiro, (2011, p.8).

A partir da figura 3 podemos verificar que a felicidade e a taxa de desemprego estabelecem uma relação inversa, ou seja, à medida que o desemprego aumenta, a felicidade tende a diminuir gradualmente. A partir de 2008, o desemprego aumentou de forma significativa, enquanto que o nível de felicidade teve tendência para diminuir.

O desemprego revela-se como um fator influenciador dos níveis de felicidade, ao envolver a perspetiva de um tempo futuro. Um indivíduo desempregado não consegue perspetivar a sua vida, devido à privação de uma remuneração, para que se consiga sustentar autonomamente, o que leva o indivíduo a não se sentir feliz.

O grau de felicidade também está relacionado com os níveis de satisfação e de qualidade de vida. Num estudo sobre a qualidade de vida em jovens desempregados, estes consideravam ter uma boa qualidade de vida (Dimas et al., 2013). Por outro lado, Lopes (2011) defende que o desemprego diminui a qualidade de vida dos desempregados. A este propósito é necessário referir o bem-estar do indivíduo, uma vez que este está dependente de vários fatores: de personalidade; contextuais e situacionais (por exemplo, o nível de saúde); demográficos; institucionais (por exemplo, o nível de democracia); ambientais; económicos (por exemplo, o nível de desemprego).

De acordo com Koen et al. (2010, citados por Fraga, 2012), o fenómeno de desemprego acarreta sentimentos negativos, que afetam o bem-estar do indivíduo. Segundo Clark e Oswald (1994, citados por Caleiro, 2011), na Grã-Bretanha, em 1991, as pessoas desempregadas apresentavam uma diminuição no nível de bem-estar relativamente às pessoas empregadas. Por outro lado, Eggers et al. (2006, citados por Caleiro, 2011) contradizem esta informação, verificando que as pessoas desempregadas

presente trabalho, para tal assumindo a perspectiva da Economia da Felicidade, através da análise da relação entre a felicidade e o desemprego em Portugal” (Caleiro, 2011, p.1).

na Rússia, em 1990, estavam mais satisfeitas com a vida, não estando este resultado relacionado com o crescimento económico, nem com a redução da taxa de emprego.

Os indivíduos que são afetados pelo desemprego tentam ultrapassar esta situação, através da procura de um novo trabalho. Por vezes, esta procura não é tão eficaz quanto o indivíduo deseja, provocando algum stress. O conceito de stress é entendido segundo diferentes perspetivas. Segundo Oliveira (2012), o stress é percebido “como um estímulo, uma resposta interna inferida ou uma resposta observável ou reação”. Para Cannon (s/d citado por Ramos, 2004), o stress é entendido como uma perspetiva biológica. Já Meyer (s/d, citado por Ramos, 2004) perspetiva o stress numa vertente ambiental ou social, defendendo que “não são apenas os acontecimentos de vida graves que podem conduzir a um estágio de perturbação mas também aquelas mudanças que fazem parte da vida quotidiana” (p.39), como por exemplo, as alterações no emprego.

Os tempos de mudança em que vivemos, quer no país, quer no mundo provocam alterações de competitividade na sociedade. A crise económica tem influenciado o aumento do número de desempregados. Esta realidade tem provocado situações de stress. A gestão de stress é um desafio atual. Tal como refere Espada (2013), o stress pode ser definido como a reação automática do nosso corpo em situações que exigem um ajustamento. Atualmente, devido às circunstâncias vividas em tempo de crise, os fatores stressantes são diversos, inclusivamente biológico, fazendo com que o organismo não tenha tempo para se refazer hormonalmente. Para Espada (2013), o indivíduo tem de estar sempre a reagir, o que pode levar a um stress crónico (um estado de excitação fisiológica que está sempre em curso, não permitindo que o sistema nervoso tenha tempo de ativar uma resposta de relaxamento) e contínuo (a longo prazo). O indivíduo é concebido para lidar com o stress agudo (curta duração), mas tem dificuldade em se adaptar a outras situações.

O stress é “como um vírus e não lhe importa a idade, o sexo, a nacionalidade, a religião e até mesmo a situação económica” (Espada, 2013, p.25). O stress pode ser vivenciado de diferentes maneiras, independentemente da situação do indivíduo. Os sintomas de stress podem ser *físicos* (dores de cabeça, cansaço permanente); *psicológicos e emocionais* (depressão, ansiedade, falta de motivação) e *comportamentais* (falta de criatividade, falar demasiado depressa).

Segundo Oliveira (2012), o stress consiste num dos fatores que mais contribui para a diminuição da qualidade de vida do indivíduo. O stress não é igual para todos os

indivíduos. Existem fatores que influenciam a situação de stresse, que dependem tanto do próprio indivíduo, como das circunstâncias de vida experienciadas. Os fatores geradores de stresse podem ser positivos (por exemplo, o início de um projeto profissional), como também podem ser negativos (*distress*), tais como, a mudança da situação económica, o risco de despedimento e a readaptação profissional.

Kinnuem e Felt (2004, citados por Dimas et al., 2013) estudaram o stresse económico na sua relação com a vida dos casais. Nesse sentido foram estudados 608 casais finlandeses, demonstrando que as circunstâncias de pobreza se associavam à tensão económica, aumentando o *distress* psicológico. Assim sendo, concluíram que a falta de recursos económicos se relacionava de forma negativa nos casais, principalmente o nível do bem-estar individual.

Os acontecimentos de vida estão associados ao stresse. Segundo Ribeiro (1998, citado por Oliveira, 2012), os acontecimentos de vida podem-se dividir em três tipos distintos: *irrelevantes* (o indivíduo não é afetado pelo acontecimento); *benignos* (quando os acontecimentos são positivos para o indivíduo); e *ameaçadores* (acontecimentos que potenciam o stresse).

Oliveira (2012) menciona que um acontecimento de vida pode ser *normativo* (como por exemplo, a promoção ou a perda de emprego) ou *não normativo* (como por exemplo, as guerras e as catástrofes naturais).

Os factores negativos do stresse podem causar no indivíduo sentimentos negativos, como a tristeza (provocada pelo desânimo, desencorajamento e isolamento); a frustração (Strongmam, 1998); a culpa (implica uma autoavaliação e a avaliação dos outros, que pode gerar a vergonha, nomeadamente a vergonha social).

O desemprego é um dos maiores fatores do stresse, tanto a nível individual como a nível profissional e social. Lipp (2001) refere que em qualquer mudança que exija adaptação por parte do nosso organismo (a nível biológico), está implícito um determinado nível de stresse.

Segundo Dimas et al. (2013), os indivíduos desempregados tendem a experienciar “níveis elevados de depressão, ansiedade, somatização, angústia e stresse, apresentando, igualmente, baixa auto-estima, baixa autoconfiança, inatividade e isolamento social” (p. 4).

No entender de Campos (2009), as consequências provocadas pelo desemprego induzem o indivíduo num mal-estar e num sofrimento psíquico, provocando um estado

depressivo. Neste sentido, o desemprego assume um impacto negativo sobre a saúde mental e o bem-estar do indivíduo desempregado.

Através de uma perspectiva psicológica, Graça (1999, citado por Campos, 2009) refere que os efeitos de depressão nos desempregados são considerados como o oitavo fator com maior influência no stresse, considerando outros quarenta e três fatores. A depressão no desempregado deve-se ao sentimento de inutilidade, de vergonha, de frustração, de medo, de culpa, entre outros, o que suscita diferentes reações, dependendo das diversas experiências de vida do indivíduo.

Mossakowski (2009, citado por Dimas et al., 2013) estudou a influência do desemprego na duração dos sintomas de depressão e concluiu que os sintomas depressivos aumentavam em relação à duração do desemprego, principalmente em indivíduos com idades entre os 29 e os 37 anos. Por outro lado, noutro estudo de Axelsson, Anderson, Edén, e Ejlertsson (2007, citados por Dimas et al., 2013), os autores revelavam que os jovens desempregados nem sempre vivenciavam a situação de desemprego como uma experiência negativa. Nas sociedades atuais, os indivíduos perdem o controlo das situações e aumentam a perceção negativa de si mesmos, perspectivando um futuro pessimista.

Segundo Loison, (2002, citado por Caleiras, 2011) Bakke (s/d) considera que os indivíduos desempregados têm tendência para se perspectivarem como “anormais”, ou seja, para se autopercecionarem como se fossem diferentes e inferiores àqueles que continuam a trabalhar

Segundo Espada (2013), uma sociedade com uma taxa elevada de desemprego é uma sociedade deprimida e doente. A mesma autora refere que para sobrevivermos à situação de desemprego, devemos dedicar algum tempo aos passatempos, praticar exercício físico para combater o sedentarismo e fazer voluntariado, entre outras atividades. Dessa forma favorecemos o sentimento de utilidade, de interação e de convívio com outras pessoas e realidades, assumindo uma atitude positiva, de otimização do tempo e de desenvolvimento da capacidade de saber escutar e de ser escutado (Espada, 2013). Contudo, nem todos os indivíduos desempregados adotam esta atitude, revelando uma tendência para se isolarem e se afastarem da sociedade.

Caleiras (2011) considera que a participação no mundo do trabalho corresponde a uma entrada para a sociedade salarial. A perda de emprego faz com que cesse essa participação, o que pode levar à perda de identidade - o indivíduo sente-se desvalorizado, humilhado e com a sua dignidade destruída. Ledrut (1996, citado por

Caleiras, 2011) refere que a falta de emprego provoca uma perda do estatuto social do indivíduo.

A perda de um emprego implica a ausência da rutina entre o tempo de trabalho e o tempo de ócio. A falta de rotina torna-se em algo novo para o indivíduo desempregado. Caleiras (2011) menciona que o tempo, ao não ser definido pela alternância do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho, faz com que o indivíduo desempregado se prive da participação social. Quando se tem um emprego, o indivíduo associa-se a certos espaços de referência (por exemplo, o café que frequentava com os seus colegas de trabalho). A ausência de um emprego faz com que o indivíduo perca esse contacto, privando-se da participação social, ou seja, o indivíduo tende a isolar-se socialmente.

Atualmente, encontrar um novo emprego constitui uma tarefa complexa. O desempregado deve ter a capacidade de se adaptar e de forma adequada a uma nova situação, mostrando-se confiante, otimista, determinado e resiliente. A resiliência é a capacidade que um indivíduo tem para se adaptar a uma nova situação, ou seja, o indivíduo pode superar a situação com sucesso que normalmente envolve algum risco, relativamente ao seu bem-estar, desenvolvimento e saúde mental (Reppold, Mayer, Almeida e Hutz, 2012).

Entendemos a resiliência como um processo de adaptação, ou seja, o indivíduo é resiliente adaptando-se positivamente a uma situação desfavorável, como por exemplo, ficar desempregado. Para se tornar resiliente é necessário ultrapassar a simples avaliação dos fatores de risco, de proteção e da autoconfiança dos envolvidos na situação (Reppold et al., 2012).

Segundo Dimas et al., (2003), alguns investigadores desenvolveram instrumentos voltados para a avaliação psicológica do grau da resiliência, de forma quantitativa, nomeadamente a *Resilience Scale* (Wagnild & Young, 1993); a *Connor-Davidson Resilience Scale* (CD-RISC; Connor & Davidson, 2003); e a *Adolescent Resilience Scale* (Oshio, Kannelo, Nagamine & Nakaya, 2003).

Segundo Dimas et al. (2013), um dos aspetos mais relevantes relacionado com a resiliência é a necessidade de análise dos seus mecanismos medidores. As estratégias de *coping* podem estar incluídas nos mecanismos medidores da resiliência, facilitando a dinâmica da adaptação do indivíduo.

Num estudo sobre a resiliência do indivíduo em contexto de desemprego, utilizando a escala de *Connor-Davidson-Resilience Scale* (CD-RISC), Dimas et al.

(2013) concluíram o seguinte: indivíduos desempregados atribuíam maior importância à relação conjugal do que os seus parceiros; a resiliência do desempregado mostrou-se associada a uma menor sintomatologia psicopatológica, a uma melhor perceção de qualidade de vida e a um melhor ajustamento diádico (Dimas et al., 2013). Segundo Moorthouse e Caltabiano (2007, citados por Dimas et al., 2013), os desempregados com qualidades resilientes (autoconfiança, independência, determinação e perseverança) e atitudes positivas pareciam adotar um comportamento assertivo na procura de emprego, o que podia facilitar a sua adaptação. Os desempregados com qualidades resilientes e atitudes positivas têm uma maior probabilidade de adaptação na procura de emprego, o que é um aspeto facilitador de adaptação para o indivíduo.

Um indivíduo com uma atitude resiliente pode aproveitar melhor as oportunidades no futuro, tornando-se num indivíduo com uma atitude flexível, que rapidamente se adapta às novas circunstâncias de vida.

Um outro conceito surge associado à resiliência - a expressão transiliência, que é atribuída a Albernathy e Clark (s/d, citados por Cruz, 2007). Este conceito resulta da contração dos termos transição e resiliência, e pretende descrever o nível ou a capacidade que uma organização possui para colocar em causa os seus recursos, os seus conhecimentos, as suas competências-base e a sua identidade. Albernathy e Clark, (1985, citados por Castells e Pasola, 2003) definem transiliência como “la capacidad de una innovación para alterar - desde mejorar hasta destruir - los sistemas existentes de producción y marketing” (p. 33).

Os desempregados resilientes são considerados como desempregados empreendedores, autodesafiando-se para a criação do seu próprio negócio. Todavia nem todos os desempregados conseguem ser inovadores, criativos e empreendedores.

Segundo Portela et al. (2008, citados por Almeida et al., 2013), a importância do empreendedorismo resulta do “reconhecimento por parte dos poderes políticos de que o autoemprego pode ser uma forma de ativar a mão-de-obra desempregada, e, logo de reduzir a sua dependência dos sistemas de proteção social” (p. 31).

O conceito de empreendedorismo é heterogéneo, sendo utilizado em diversos contextos. Ferreira (2005) refere que o conceito de empreendedorismo, inicialmente era utilizado no domínio económico. Atualmente tem vindo a ser divulgado noutras áreas social, política e institucional (Almeida et al., 2013).

Schumpeter (1968, citado por Almeida et al., 2013), introduziu um novo conceito relacionado com o empreendedorismo - a inovação. O autor caracteriza o

indivíduo empreendedor como alguém que encontra oportunidades e apresenta inovações. Carter (2004, citado por Almeida et al., 2013) refere que o empreendedor é considerado como um agente de mudança. Por sua vez, Schumpeter (1968, citado por Almeida et al., 2013) apresenta-o como alguém motivado, resiliente, orientado, inovador e que gera mudanças na economia.

Podemos considerar dois tipos de empreendedorismo: *por oportunidade* - é constituído por indivíduos que encontram uma oportunidade e procuram lucrar com ela, tornando-se empresários (Schumpeter, 1968, citado por Almeida et al., 2013); e *por necessidade* - é constituído por indivíduos sem opção, como por exemplo os desempregados, e que ousam criar uma empresa (Deli, 2011).

Por vezes, os desempregados adotam o empreendedorismo por necessidade, mas por sua vez, assumem um risco para a vida, comprometendo a sua vida económica e a dos seus familiares (o negócio pode ou não ser bem sucedido). Os indivíduos desempregados, sendo empreendedores por necessidade ou por oportunidade, estão a tentar resolver um problema - o desemprego.

Autores como Oxenfeldt (1943), Evans e Leighton (1990), Highfield e Smiley (1987, citados por Almeida et al., 2013) concluíram que o desemprego está ligado ao autoemprego. Outros autores como Garofoli (1994), Andreusch e Fritsch (1994, citados por Almeida et al., 2013) procuraram demonstrar o contrário, considerando que não existe relação entre o desemprego e o empreendedorismo. Porém, importa valorizar as situações em que o desemprego provoca no indivíduo uma atividade empreendedora. Este efeito é conhecido como “*refugee effect*” (Almeida et al., 2013, p. 41). Oxenfeldt (1943, citado por Almeida et al., 2013) defendia que os indivíduos escolhem entre o desemprego, o autoemprego e o emprego. Por vezes, os indivíduos desempregados, quando obtêm empregos com um baixo salário, optam pelo autoemprego. Nesta situação, o desemprego atua como incentivo à atividade empreendedora, definida no *Global Entrepreneurship Monitor* como empreendedorismo por necessidade (Almeida et al., 2013).

Segundo Almeida et al. (2013), as elevadas taxas de desemprego estão associadas ao baixo nível de empreendedorismo, considerando que, se diminuir o autoemprego, aumentam as taxas de desemprego. Neste caso, o desemprego está negativamente correlacionado com a criação de novas empresas. Por sua vez, o fenómeno *Schumpeter Effect* sustenta a ideia de que o aumento do empreendedorismo irá reduzir o desemprego e aumentará a empregabilidade.

Almeida et al. (2013) referem que os indivíduos empreendedores por necessidade tendem a revelar baixos níveis de capital humano, entendendo-se como o baixo nível de competências (Deli, 2011) e fracas capacidades empreendedoras.

Na Finlândia, Ritsila e Tervo (2002, citados por Almeida et al., 2013) estudaram o papel do desempregado na criação de um novo emprego e concluíram que as motivações dos desempregados para a criação do seu próprio emprego não só se devem limitar ao fator individual, mas também ao fator local e nacional. O desempregado que adota uma atitude empreendedora, ausculta o mercado (fator local e nacional) para obter sucesso com a criação do seu negócio.

Ritsila e Tervo (2002, citados por Almeida et al., 2013) verificaram que é mais fácil criar o seu próprio emprego na fase inicial do desemprego, do que quando o desemprego é de longa duração. Porém, Evans e Leighton (1990, citados por Almeida et al., 2013) mostram no seu estudo⁹ que o autoemprego aumenta, à medida que a duração no desemprego aumenta.

Hytti (2010, citado por Almeida et al., 2013) refere que a decisão de ser empreendedor não ocorre no vazio, mas num processo que emerge integrado num contexto histórico e social. Os desempregados empreendedores, mesmo sem sucesso no seu próprio emprego, preferem continuar na sua iniciativa empreendedora, do que procurar emprego por conta de outrem. Em Portugal, em outubro de 2011, do total de indivíduos inscritos no CE, menos de 1% de desempregados (0,37%) aderiu a Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (IEFP, 2011). Isto significa que os indivíduos são incentivados a tornar-se empreendedores, através da educação/formação, considerando-se a criação do próprio emprego como um instrumento de inclusão social.

De seguida, apresentamos alguns dos possíveis efeitos socioeducativos na vida de um indivíduo desempregado.

2.2. Efeitos socioeducativos na vida de um(a) desempregado(a)

Neste ponto iremos abordar os efeitos socioeducativos que o desemprego pode causar na vida do indivíduo.

⁹ Estudo sobre pequenas e médias empresas relativamente a trabalhadores empregados e desempregados (Almeida et al, 2013).

No âmbito de um trabalho desta natureza, os efeitos socioeducativos são entendidos segundo duas componentes – social, e educativa e profissional. Na componente social consideramos os seguintes efeitos: o risco de exclusão social, o isolamento social, a perda de *status*, a desagregação familiar (divórcio), as desigualdades sociais e a pobreza. Na componente educativa e profissional, são considerados como efeitos a escolaridade, a procura de novos conhecimentos e a reconversão profissional.

Segundo Dimas et al., (2013), os fatores de risco que podem levar o indivíduo desempregado à pobreza, à exclusão social e ao isolamento social, são essencialmente, os seguintes: a fraca capacidade de procura de emprego, as dificuldades financeiras e a pouca disponibilidade para o trabalho.

Sen (1999, citado por Lopes, 2011) refere que, para além da ausência de rendimentos, são várias as consequências do desemprego para o indivíduo, tais como: a *perda de liberdade e exclusão social* (a situação de desempregado faz com que se sinta privado ou em perda de liberdade); a *desigualdade racial e de género* (quando a população afetada são as minorias, principalmente comunidades imigrantes); a *perda de valores sociais e responsabilidade* (os desempregados durante um longo período de tempo podem criar uma perceção relativamente às medidas de proteção social, ficando dependentes desses apoios); a *inflexibilidade organizacional e conservadorismo técnico* (não é só a tecnologia que tem impacto no desemprego, através do desenvolvimento das tecnologias; com a falta de emprego, alguns dos indivíduos desempregados não conseguem aceder à tecnologia, por falta de recursos económicos).

Sena (2013) afirma que “um emprego, mesmo que precário e mal pago, é preferível ao desemprego” (p. 17). A impossibilidade de participar em determinadas instituições da sociedade, como por exemplo, não ter acesso a um emprego, pode acarretar consequências mais relevantes na vida do indivíduo, como por exemplo, a exclusão social. A situação de exclusão social pode ser definida como o oposto da “integração social” (Ferreira et al., 1995).

O emprego é um dos mediadores da integração social, visto que o indivíduo empregado interage com a sociedade, assumindo uma função social. Por outro lado, o desemprego pode remeter-nos para a exclusão social, uma vez que a situação de desempregado faz com que o indivíduo se sinta privado socialmente, sendo um fenómeno que se verifica nos desempregados de longa duração.

Bruto da Costa (1998) refere que o desemprego aparece como uma forma paradigmática de exclusão social na Europa. No nosso entender, o emprego é um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades contemporâneas. Segundo Bruto da Costa (2008), o desemprego é considerado como um fator de exclusão, bem como a insegurança laboral e a proteção no desemprego. Castel (2009, citado por Lopes, 2011) refere que não só o desemprego conduz ao risco social, como também os empregos precários, tais como, emprego com contrato a termo, a tempo parcial, involuntário, sem contrato ou recibos verdes, com baixos salários, sem condições de trabalho e segurança, entre outros.

As incertezas sobre o futuro criam angústias e novos problemas na sociedade. A exclusão social não só se caracteriza pela falta de emprego, mas também pelas ruturas familiares, afetivas e de amizade (Ferreira et al., 1995; Sena, 2013). Tumulo et al., (2001, citado por Lopes, 2011) referem que a família constitui um forte suporte para o desempregado, ao prestar apoio, sobretudo financeiro. Quando o desemprego gera preocupações e alterações, no relacionamento entre um casal, verifica-se uma perda na qualidade relacional, podendo levar à desagregação familiar. Nem todos os casos de desemprego provocam ruturas familiares e de amizade, mas existe uma forte tendência para estes fenómenos, o que pode provocar o isolamento social do indivíduo desempregado.

Os indivíduos desempregados podem ser um grupo vulnerável à pobreza. Contudo, a situação de desempregado não é sinónimo de pobreza. Hespanha (2007, citado por Gennari e Albuquerque, 2011) afirma que o desemprego, a pobreza e a exclusão social não se sobrepõem necessariamente, mas podem estar relacionados. O desemprego, a pobreza e a exclusão social são conceitos pertinentes para este estudo. Estando na situação de desemprego, o indivíduo aufere de menos recursos económicos, o que pode comprometer a sua socialização. O indivíduo, ao deixar de interagir com a sua rede de sociabilidade, nomeadamente com os colegas de trabalho e amigos, pode sentir-se excluído socialmente.

Segundo Caleiras (2011), “o desempregado pode-se considerar um trabalhador excluído no mercado de trabalho, enquanto que o pobre pode caracterizar-se pela escassez de recursos para a satisfação de necessidades quotidianas” (p. 47). O indivíduo, ao estar na situação de desempregado, está a ser excluído do mundo do trabalho, ficando privado da possibilidade de exercer a sua profissão. Quando nos referimos à condição de pobre, esta é frequentemente retratada como estando associada à falta de recursos

económicos, dificultando a satisfação das necessidades básicas do indivíduo. Por sua vez, e como já referido, o desemprego poderá levar o indivíduo à pobreza, mas o desempregado pode ter outras fontes de rendimento ou apoios que garantam a sua subsistência e que evitem a situação a situação de pobreza.

Apesar dos conceitos de desempregado e de pobreza serem distintos, ambos refletem realidades concretas e também elas distintas. De seguida, apresentamos alguns fatores explicativos da pobreza, que segundo Paugam (2000, citado por Caleiras, 2011) se relacionam com o desemprego (consultar Tabela 1).

Tabela 1
Fatores explicativos da pobreza

Tipo-Ideal	<u>Factor Económico:</u> Desenvolvimento económico e mercado de trabalho	<u>Factor Social:</u> Laços sociais	<u>Factor Político:</u> Sistema de Proteção Social
Pobreza Integrada	Baixo desenvolvimento económico Economia informal Desemprego oculto	Força das solidariedades familiares Proteção pelos próximos	Sistema de proteção social pouco desenvolvido Fracá cobertura social
Pobreza Marginal	Quase pleno emprego Desemprego reduzido	Diminuição gradual do recurso as solidariedades familiares	Sistema de proteção social desenvolvido Generalização da cobertura social
Pobreza Desqualificante	Aumento significativo do desemprego Instabilidade nas relações profissionais Dificuldades de inserção	Fragilidade dos laços sociais, especialmente nos casos dos desempregados e de outros segmentos desfavorecidos	Aumento significativo dos beneficiários do rendimento social de inserção Desenvolvimento de sistemas assistenciais

Fonte: Caleiras (2011, p. 42).

Segundo Gallie e Paugam (2000, citado por Caleiras, 2011) a *pobreza integrada* constitui o primeiro tipo-ideal de pobreza, ou seja, os desempregados que não são abrangidos pelos apoios institucionais de proteção social, o que contribui para o aumento desta pobreza. Assim, estão a ser duplamente excluídos, não auferindo de qualquer rendimento salarial, nem proteção social. Por vezes, a família é considerada como um recurso de sobrevivência, o que remete para o “modelo familista” de regulação social de desemprego, pela sua responsabilidade e proteção prestada aos seus membros. A pobreza integrada é caracterizada pelo suporte dado pela economia informal (Gallie e Paugam, 2000, citado por Caleiras, 2011), por exemplo, pequenos trabalhos não coletados.

A *pobreza marginal* é o segundo tipo-ideal de pobreza. Trata-se de uma pobreza “assistida”, que geralmente abrange poucos indivíduos, sendo comum nos países industrializados, onde a taxa de desemprego é reduzida. A permanência desta pobreza é normalmente justificada a nível individual. Os sistemas de proteção destes países estão bastante desenvolvidos, o que implica que a pobreza não seja encarada num coletivo (social), mas a nível individual, sendo considerada como mais severa e estigmatizada (Caleiras, 2011).

O terceiro tipo-ideal de pobreza identificado por Paugam (2005, citado por Caleiras, 2011) é a *pobreza desqualificante*. Este tipo é caracterizado por níveis elevados de desemprego e normalmente é de longa duração, o que leva à “desqualificação social”. Quanto mais tempo estiver na situação de desempregado, maior é a probabilidade de o indivíduo poder vivenciar experiências humilhantes, o que desencadeia a deterioração nos laços sociais, principalmente a nível familiar. Assim sendo, pode conduzir ao isolamento social dos desempregados. Segundo Caleiras (2011), a pobreza integrada é o tipo mais comum em Portugal.

No contexto de mudança em que vivemos surgiu nos últimos anos um novo conceito relacionado com o fenómeno da pobreza, da precariedade, da exclusão e da (des)integração social - a “nova pobreza”. Segundo Paugam (2003), a “nova pobreza” remete-nos para a deterioração do mercado de trabalho, com empregos instáveis e aumento de desemprego de longa duração. A “nova pobreza” pretende traduzir a realidade dos supranumerários e de todos aqueles cujas expectativas, processos e pressupostos de relação com o mercado de trabalho e de consumo estão fragilizados (Gennari e Albuquerque, 2011). Podemos entender que estes “novos pobres” não conseguem assegurar a sua participação na sociedade, a sua cidadania e a própria integração social. Bruto da Costa (2008) refere que o “facto de estar empregado permite reduzir a vulnerabilidade à pobreza (...) embora não seja condição suficiente” (p. 157).

Wanderley (2001, citado por Gennari e Albuquerque, 2011) insere nos “novos pobres”, os *working poor* (trabalhadores pobres¹⁰), os desempregados de longa duração e os jovens à procura do primeiro emprego. Segundo Room (1990, citado por Gennari e

¹⁰ De acordo com a definição adotada na União Europeia, os *working poor* (trabalhadores pobres) são indivíduos considerados como empregados (indivíduos que trabalharam mais de metade do período de referência, que é de 12 meses, ou seja, no mínimo trabalharam sete meses) e cujo rendimento disponível equivalente se situa abaixo de 60% do rendimento nacional. Porém, não podemos atribuir apenas a situação de pobreza ao rendimento salarial do indivíduo, pois também depende da composição do respetivo agregado familiar e da contribuição de cada elemento para o rendimento familiar, ficando excluídos todos os trabalhadores pobres que estão inseridos num agregado familiar que inclua outros elementos, com salários mais elevados ou que tenha um rendimento de outra ordem (Antunes, 2008).

Albuquerque, 2011) os “novos pobres” são indivíduos que estão impedidos de concretizar os seus direitos sociais.

O desemprego também remete para as desigualdades sociais. Segundo Ferreira et al. (1995), as desigualdades sociais ocupam uma grande parte da estrutura da sociedade. As desigualdades sociais resultam da maneira como o indivíduo tem acesso a bens, a serviços ou oportunidades, cuja explicação deve estar na própria sociedade. As desigualdades mais frequentes são as socioeconómicas, ou seja, “desigualdades de riqueza, rendimento ou nível de vida; desigualdades socioprofissionais, incluindo o tipo de profissão, posição perante a sociedade” (Ferreira et al., 1995, p. 329). Max Weber ((s/d) citado por Ferreira et al. 1995) refere três tipos de desigualdades: a de *classes* - que assenta na relação económica; o *grupo status* - definida pelos estilos de vida do indivíduo; e os *partidos* - tem a ver com o poder de autoridade.

As desigualdades também podem estar relacionadas com o género, a idade, a etnia e a categoria socioprofissional. Segundo Ferreira et al. (1995) existem desigualdades em relação ao género, ou seja, há discriminação e diferenças de oportunidades e de possibilidades em função do sexo das pessoas. Relativamente às desigualdades em relação à idade no mercado de trabalho, Ferreira et al. (1995) referem que cada vez mais se identificam jovens impedidos de ingressar no mercado de trabalho. Hespanha et al. (2000) constataram no seu estudo sobre as fragilidades das instituições de proteção social em Portugal, que a dificuldade de arranjar emprego está também relacionada com a idade e a sua situação familiar. Porém, Andrade (2010) refere que a transição para a idade adulta cada vez é mais tardia, não em termos etários, mas no que se refere à autonomia e à responsabilidade, entre outros aspetos.

Os jovens desempregados veem-se privados de ingressar no mundo de trabalho devido à sua idade. É de referir que 14 % dos jovens desempregados em Portugal são licenciados (PORDATA, 2014). Por outro lado, os jovens não conseguem ser autónomos por falta de oportunidade de emprego, o que pode levá-los à permanência em casa dos pais até mais tarde. Hoje em dia, para muitas entidades empregadoras, os indivíduos desempregados com idades a partir dos 45 anos são considerados como um entrave. Sendo considerados como indivíduos pouco ativos, é necessário requalificarem-se para conseguirem ingressar novamente no mercado de trabalho.

Os baixos níveis de educação e de formação da população ativa constituem uma vulnerabilidade para a entrada no mercado de trabalho. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) refere que em 2009, a taxa de desemprego de

licenciados situou-se em média, em 4,4%, nos países da OCDE. Em 2011, a taxa de desemprego para os indivíduos que não concluíram o ensino médio atingiu os 20,2%. Este dado contribuiu para o aumento do enorme problema do desemprego jovem, que ultrapassou os 17% na área da OCDE (OCDE, 2011).

Sena (2013) afirma que “admite-se que a educação é essencial na transmissão de valores e na preparação dos jovens para viver num universo caracterizado pela rapidez e complexidade da mudança e pela inovação, pois o mercado de trabalho é também um meio poderoso de facilitar e orientar essa mudança” (p. 6). A educação é considerada como um instrumento de acesso ao emprego, uma vez que promove o desenvolvimento intelectual, afetivo e social, alterando as oportunidades dos indivíduos relativamente ao acesso ao mercado de trabalho. Através da educação, estes indivíduos poderão estar mais preparados e ganhar alguma vantagem para encontrar emprego.

É necessário que o Estado, as empresas e o indivíduo desempregado trabalhem em conjunto para que se verifique uma diminuição do desemprego. Tal significa que não chega a formação académica do indivíduo, ou seja, os indivíduos com formação, por si só, não combatem o desemprego. Pelo contrário, um indivíduo que está no desemprego vai arriscando a diminuição ou a perda de algumas das suas aptidões. Sen (1999) refere-se a este efeito da seguinte forma: “como aprendemos fazendo também desaprendemos não fazendo”, isto é, quando não exercitamos a nossa profissão, estamos a perder conhecimentos e aptidões. É necessário que o indivíduo esteja sempre a adquirir e a atualizar conhecimentos, dependendo da situação em que se encontra, optando por diferentes alternativas (curso, formações, workshops, entre outros), no entanto, esta situação assume particular relevância quando se está no desemprego, principalmente num desemprego de longa duração.

O baixo nível de escolaridade associado a baixas expectativas poderá ser considerado como um efeito educativo do desemprego, uma vez que há indivíduos que não estão inscritos no CE. Por exemplo, devido ao seu baixo nível de escolaridade, os indivíduos não se inscrevem por terem baixas expectativas em relação à possibilidade de obterem um emprego. Quando a taxa de desemprego é elevada, é necessário enfatizar a formação como essencial para trabalhadores com baixas formações.

O relatório da OCDE de 2014 indica que, quanto menor for a escolarização, maior é a probabilidade de estar na situação de desempregado, ficando em risco de se tornar socialmente excluídos, no limiar da pobreza e sem competências para melhorar a sua situação económica (OCDE, 2014).

Assumindo a relação entre educação-formação-emprego/desemprego, os indivíduos desempregados têm a necessidade de se qualificar, de modo a facilitar o acesso a novas oportunidades de emprego. Um maior número de indivíduos qualificados para ocupar um número limitado de vagas de emprego, poderá saturar o mercado de trabalho. Se são formados profissionais em grande quantidade numa determinada área e depois existe um número reduzido de ofertas de emprego qualificado, os empregadores não terão a capacidade de empregar esses indivíduos.

O conceito de emprego para toda a vida foi substituído pela ideia de formação ao longo da vida, valorizando a educação como um processo de desenvolvimento, desde que o indivíduo nasce até ao fim da sua vida. O desemprego por vezes leva a definir novos caminhos profissionais, tornando-se a reconversão profissional numa das soluções para os desempregados. A reconversão profissional visa habilitar com uma qualificação diferente da que o indivíduo já possui para exercer uma atividade profissional, não sendo encarada negativamente por parte dos desempregados. Não podemos esperar que a formação resolva o problema de desemprego, mas poderá melhorar as oportunidades e as condições de vida do indivíduo. Segundo Sena (2013), a educação pode oferecer algumas vantagens aos indivíduos, para entrarem no mercado de trabalho, garantindo alguns benefícios perante os indivíduos com um baixo nível escolarização. Contudo, a formação não é condição única e suficiente para combater o desemprego. Não se pode esperar que o ensino/formação seja a solução para o abrandamento do desemprego, todavia pode facilitar, quando nos referimos à aquisição de competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Roldão (2000) refere que vivemos cada vez mais numa sociedade “em que o saber é vastíssimo, em que cada vez mais há acesso ao conhecimento por muitas vias, em que cada vez mais as pessoas vão precisar é de se adaptar, de ir mudando e completando a sua formação” (p.12). Isto significa que as pessoas têm que aceder ao conhecimento, incluindo os desempregados, aprendendo a se adaptar e investindo na sua formação, para uma melhor e mais rápida (re)integração no mundo de trabalho.

Guerra (1997, citado por Mateus, 2008) assume que a educação tem um papel fundamental para a construção da sociedade, “em funções, em conteúdos de aprendizagem - das cognições, atitudes, valores, etc.” (p. 46). No contexto de mudança social em que vivemos surgem novas identidades, desigualdades e perspetivas, podendo a educação ser um fator-chave para garantir a oportunidade de arranjar emprego ou fazer face aos novos desafios.

A mudança das sociedades atuais remete para a valorização da intervenção social e educativa. Segundo Ricardo (2013), a educação social “aparece como um conceito abrangente, o que leva a que a profissão do educador social seja ainda um pouco vasta e imprecisa” (p. 1).

A intervenção do educador social é necessária e fundamental, sendo este habilitado para uma intervenção na esfera social, confronta-se, no dia-a-dia, com o lado mais negro da vida e do mundo. Uma das suas tarefas é saber lidar com o sofrimento humano e construir respostas eficazes ou pontes socioeducativas que permitam a resolução pronta e eficaz para combater a indiferença, o fatalismo e a inércia (Mateus, 2012, p. 69).

Como Educadores Sociais é fundamental abordar as temáticas do desemprego e da intervenção, atendendo ao aumento do número de desempregados nos últimos anos. Esta situação tem provocado consequências de foro pessoal e social na vida dos indivíduos, tornando-se necessário proceder ao acompanhamento e intervenção nestes contextos.

Apresentamos em seguida, o segundo capítulo referente à investigação empírica.

Capítulo II - Investigação Empírica

O capítulo II é referente à investigação empírica. Inicialmente, apresentamos a formulação do problema, seguindo-se os objetivos gerais definidos para o estudo. Expomos a metodologia utilizada, apresentando a técnica de recolha de dados utilizada (entrevista semiestruturada). Posteriormente descrevemos o processo da construção das categorias, subcategorias e os respetivos indicadores. Noutro ponto apresentamos a caracterização dos participantes. Por fim, procedemos à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos, relacionando com outros estudos e autores que analisaram esta temática.

1. Formulação do problema

Após a escolha e aprofundamento teórico do tema, passamos à identificação o problema. O desemprego tem vindo a ser estudado por diversos investigadores, valorizando sobretudo a sua natureza quantitativa e a análise estatística de dados.

Neste trabalho valorizamos, sobretudo as vertentes individual e social. A questão de investigação que serve de base à formulação do problema de investigação é a seguinte: *como é que os indivíduos desempregados perspetivam a sua vida em contexto de mudança?*

A nossa investigação incide sobre as perspetivas de vida dos desempregados, por se tratar de um tema atual e com repercussões no domínio da Educação Social.

2. Objetivos do estudo

Depois de identificarmos o problema, através da formulação da questão de investigação, definimos os objetivos para este estudo.

Para Pérez-Serrano (2008), os objetivos podem ser definidos “como o enunciado dos resultados esperados ou como os propósitos que desejam alcançar (...) através da realização de determinadas ações articuladas” (p. 4). Assim sendo, estes devem ser racionais, realistas, concretos, relevantes e avaliáveis. Os objetivos gerais desta investigação são os seguintes:

- Averiguar a forma como as pessoas que vivenciam a experiência de desemprego, percebem a sua vida num contexto de mudança;
- Conhecer os sentimentos e as atitudes que o desemprego provoca no indivíduo desempregado;
- Identificar os efeitos socioeducativos que o desemprego provoca na vida dos desempregados.

De modo a concretizar estes objetivos, apresentamos a metodologia utilizada no presente estudo.

3. Metodologia

Neste trabalho optámos por realizar uma investigação qualitativa, uma vez que pretendemos saber qual o sentido que os diferentes participantes atribuem às vivências que realizam quando estão desempregados, ou seja, “aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem” (Psathas, 1973, citado por Bogdan e Biklen, 1994, p. 51).

Segundo Fortin (2009), “os estudos qualitativos têm como objetivos principais descrever um problema ainda mal conhecido e defini-lo” (p. 24). A metodologia de carácter qualitativo

serve para compreender o sentido da realidade social na qual se inscreve a acção; faz uso do raciocínio indutivo e tem por finalidade chegar a uma compreensão alargada de fenómenos. O investigador observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tais como se apresentam (...) (Fortin, 2009, p. 20).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa é definida como sendo influenciada pelo meio em que os investigadores atuam. Nesse sentido, “Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (p. 47). É a experiência humana a principal origem deste tipo de pesquisa. Neste estudo valorizamos o discurso dos participantes (indivíduos desempregados), relativamente às suas perspetivas de vida para o futuro, através da análise da percepção do momento em que se encontram e da afirmação dos seus sentimentos e atitudes.

Quivy e Campenhoudt (2003) referem que o investigador deve ser “capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real” (p. 19), mobilizando o saber teórico e o estudo da realidade concreta.

Segundo Bergano (2012), a “questão da qualidade da pesquisa não tem apenas a ver com os resultados, é uma preocupação que deve estar sempre presente durante todo o processo de investigação” (p. 192). No nosso entender, o desemprego tem sido estudado, valorizando sobretudo a vertente quantitativa. O carácter qualitativo no processo investigativo tem sido particularmente útil na investigação educacional e social tendo sido a metodologia adotada neste estudo.

No processo de conceção deste estudo, ponderámos as desvantagens e as vantagens da investigação qualitativa. Tivemos em conta as seguintes desvantagens:

a recolha de dados pode ser entediante e requerer muitos recursos; a análise e a interpretação dos dados pode ser mais difícil; é mais difícil controlar o ritmo, o progresso e os finais do processo de pesquisa; e os políticos podem dar pouca credibilidade aos resultados da pesquisa qualitativa (Silvestre e Araújo, 2012, p. 228).

Relativamente às vantagens salientamos as seguintes:

os métodos de recolha de dados são vistos mais como naturais do que artificiais; capacidade de olhar para processos de mudança ao longo do tempo; capacidade de compreender o significado das pessoas; capacidade de ajustar a novos assuntos e ideias enquanto emergem; e contribuem para gerar teoria (Silvestre e Araújo, 2012, p. 228).

A escolha de uma metodologia qualitativa foi considerada adequada para este estudo. Os resultados de uma investigação qualitativa são escritos, através de citações feitas a partir das transcrições de entrevistas, tentando respeitar todos os dados registados e transcritos (Bogdan e Biklen, 1994).

De seguida, apresentamos a técnica de recolha de dados que foi utilizada no presente estudo.

4. Técnica de recolha de dados

A recolha de dados de natureza qualitativa pode ser feita com recurso a vários procedimentos e instrumentos. Como instrumento de recolha de dados utilizámos a entrevista.

A entrevista é

um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinada assunto, mediante uma conversão de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi e Lakatos, 2003, p. 195).

A entrevista é um instrumento de trabalho importante nos vários campos de investigação das ciências sociais. Segundo Silvestre e Araújo (2012), as entrevistas podem ser classificadas em diferentes graus: de *estruturação* (entrevistas não estruturadas, entrevistas semiestruturadas, entrevista estruturada); de *profundidade* (entrevistas em profundidade ou entrevistas pouco profundas); e do *número de indivíduos envolvidos* (entrevistas individuais, entrevistas coletivas). No presente estudo utilizámos a entrevista semiestruturada, considerando que o entrevistador adotou uma atitude flexível na condução da entrevista.

A entrevista semiestruturada é considerada por Fortin (2009) como uma interação verbal e flexível. O investigador deve conduzir a entrevista, tendo por base os objetivos pretendidos e compreendendo o ponto de vista do entrevistado. A entrevista semiestruturada constitui um instrumento adequado, pois permite que o entrevistado releve os seus sentimentos e opiniões sobre o tema, neste caso concreto, a situação de desempregado(a).

A entrevista semiestruturada tem algumas vantagens e também limitações. Segundo Fortin (2009) as vantagens podem ser as seguintes: a oportunidade de estabelecer um contato direto com a experiência individual que as pessoas revelam e facilitar a aquisição de informações e de respostas detalhadas. Segundo Marconi e Lakatos (2003), as limitações podem ser as seguintes: disposição do entrevistado fornecer as informações necessárias, retenção de algumas informações relevantes, estando preocupado com a possibilidade da sua identidade ser revelada.

Em seguida, apresentamos o processo de construção e de aplicação do guião da entrevista semiestruturada.

4.1. O guião da entrevista semiestruturada - o processo de construção e de aplicação

A entrevista semiestruturada foi o instrumento de recolha de dados utilizado. Toda a investigação implica privacidade e responsabilidade ética. Deste modo, os

participantes deste estudo assinaram um termo de consentimento (Cf. Anexo I) e autorizaram a gravação em áudio, tendo sido informados sobre os objetivos do estudo e a confidencialidade dos dados recolhidos, para uso exclusivo desta investigação. Procedemos à proteção da identidade dos participantes, no que diz respeito à ocultação dos respetivos nomes no processo de transcrição das entrevistas.

O guião da entrevista foi elaborado para recolher dados, de modo a responder ao problema em análise e a alcançar os objetivos delineados para o estudo. As categorias e subcategorias foram construídas *a priori*, com base no enquadramento teórico e nos objetivos de investigação. A primeira versão do guião da entrevista foi verificada por dois especialistas, de modo a se pronunciarem acerca da sua adequação. Daqui resultou a necessidade de proceder a algumas alterações, nomeadamente de mudança de questões para outras categorias e de subcategorias, e de clarificação de alguns conceitos, no sentido de melhorar o guião. Neste processo de construção do guião, entrevistámos dois indivíduos desempregados, para verificar se as perguntas eram facilmente compreendidas.

Realizadas as devidas alterações, obtivemos a versão final do guião da entrevista (Cf. Anexo II). As entrevistas realizadas aos desempregados decorreram entre os dias 9 e 15 de setembro de 2014, tendo uma duração média de 35 minutos. As entrevistas foram transcritas na sua totalidade. A transcrição de cada entrevista contém entre 5 a 8 páginas, num total de 44 páginas.

4.1.1. Categorias, subcategorias e indicadores

As categorias e subcategorias foram elaboradas *a priori*, como referimos anteriormente, mas sofreram alterações após a realização das entrevistas. Mediante cada uma das questões e após a transcrição das entrevistas, procedemos à categorização dos dados. Para cada uma das categorias e subcategorias foram redigidos indicadores e selecionadas as unidades de registo (citações das entrevistas que revelaram a presença do indicador em questão) (Cf. Anexo III). As categorias, subcategorias e os respetivos indicadores são apresentados nas tabelas (2 a 4).

Na tabela 2 apresentamos a categoria *Ajudas e Apoios*, sendo esta composta por três subcategorias e respetivos indicadores.

Tabela 2
Organização da categoria *Ajudas e Apoios*

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Ajudas e Apoios	Estado-Proteção Social	Identificação do tipo de relação estabelecida com o Centro de Emprego; Indicação de medidas ativas (formação profissional/estágios profissionais) e de medidas passivas (subsídio de desemprego).
	Instituições Sociais	Referência a apoios institucionais.
	Procura de emprego	Testemunhos relativamente à procura de emprego; Identificação de técnicas de procura de emprego; Indicação das ajudas existentes para a procura de emprego (centro de emprego, amigos, família); Opinião acerca da condição de desemprego disponibilizada pelo IEFP e Segurança Social;

Na tabela 3 representamos a categoria *Vivência do desemprego*, considerando as três subcategorias e respetivos indicadores.

Tabela 3
Organização da categoria *Vivência do desemprego*

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Vivência do desemprego	Situação de desempregado	Valorização atribuída quando se está em situação de desemprego; Identificação de aspetos positivos e negativos do desemprego; Perceção acerca das condições de vida dos desempregados;
	Momentos de mudança	Identificação de alterações das rotinas (individual e familiar); Reação à situação de desemprego, por parte dos familiares e da rede de amigos;
	Efeitos socioeducativos	Identificação da pobreza, da exclusão social e do isolamento social como efeitos socioeducativos; Identificação de soluções para combater o desemprego (aquisição de novos conhecimentos, reconversão profissional, autoemprego e empreendedorismo).

Na tabela 4 mostramos a categoria *Perceção das mudanças de vida no futuro*, acompanhada pelas duas subcategorias e pelos respetivos indicadores.

Tabela 4
Organização da categoria *Perceção das mudanças de vida no futuro*

Categoria	Subcategorias	Indicadores
Perceção das mudanças de vida no futuro	Sentimentos/Atitudes perante a mudança	Identificação dos sentimentos e atitudes
	Perspetivas de vida no futuro	Identificação de mudanças relativamente ao emprego; Indicações da forma como os desempregados percebem suas vidas no futuro; Referência a projetos futuros.

Em seguida, apresentamos a caracterização dos participantes.

5. Caracterização dos participantes

Este estudo recorre a uma amostra não probabilística ou não aleatória. Segundo Fortin (2009), os métodos da amostragem podem ser probabilísticos e não probabilísticos. Os métodos da amostragem não probabilística, normalmente são os seguintes: amostragem acidental (ou de conveniência), amostragem por quotas, amostragem por escolha racional e amostra por redes. No presente estudo é utilizada uma amostra por conveniência, dado que é “constituída por indivíduos facilmente acessíveis e que respondam a critérios de inclusão precisos” (p. 321). A amostra por conveniência tem alguns inconvenientes, tais como, a não representatividade da população, dado que os indivíduos são poucos e não asseguram uma boa representação da população, sendo a generalização dos resultados limitada.

A amostra do presente estudo é constituída por sete participantes. Os critérios de seleção utilizados foram os seguintes: o participante encontrar-se na situação de desempregado(a) e ser desempregado(a) de curto prazo (há menos de 12 meses).

Na tabela 5 apresentamos a caracterização dos participantes do estudo, quanto ao género, idade, estado civil, habilitações académicas, local de residência e composição do agregado familiar.

Tabela 5
Caraterização sociodemográfica dos participantes

Participantes	Género	Idade	Estado Civil	Habilitações académicas	Local de residência	Composição do agregado familiar
P1	Feminino	25	Solteira	Licenciada em Secretariado	Monção	4 elementos
P2	Feminino	27	União de facto	Licenciada em Enfermagem	Melgaço	2 elementos
P3	Feminino	23	Solteira	Licenciada em Terapia Ocupacional	Monção	5 elementos
P4	Feminino	27	Solteira	Mestrado em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária	Monção	4 elementos
P5	Feminino	30	Solteira	Licenciada em Serviço Social	Monção	3 elementos
P6	Masculino	27	Solteiro	Mestrado em Engenharia Química	Monção	5 elementos
P7	Feminino	44	Solteira	12º ano	Monção	3 elementos

Os dados apresentados na tabela anterior foram retirados a partir das respostas obtidas nas entrevistas realizadas a cada um dos participantes. Através da tabela 5 podemos verificar que no total de sete participantes, seis são do sexo feminino e um é do sexo masculino. No que diz respeito à idade, os participantes têm entre os vinte e três e os quarenta e quatro anos, sendo a média de idades de vinte e nove anos. Relativamente ao estado civil, seis dos participantes são solteiros e um vive em união de facto. Quanto às habilitações académicas, quatro possuem licenciatura, dois têm mestrado e uma tem o 12.º ano de escolaridade. No que concerne ao local de residência, seis dos participantes são de Monção e um é de Melgaço. Por fim, no que se refere à composição do agregado familiar, cinco dos participantes estão a viver em casa dos seus pais, sendo o agregado familiar constituído entre 3 a 5 elementos. Um dos participantes vive com o seu companheiro e um participante vive com as duas filhas.

Na tabela 6 apresentamos a trajetória profissional dos participantes, segundo o número de empregos que tiveram ao longo da vida, indicando ainda o mais recente.

Tabela 6
Trajectoria profissional dos participantes

Participantes	Empregos ao longo da vida	Último emprego
P1	“Ajudante familiar”	_____
P2	“Enfermagem”	_____
P3	“Nenhum”	_____
P4	“Técnica superior de educação”	_____
P5	“Serviço social (...) caixeira numa loja de roupa (...) administrativa”	“Administrativa numa empresa de transportes”
P6	“Especialista químico, vendedor, funcionário de um café (...) funcionário numa adega (...)”	“Especialista químico”
P7	“Telefonista, repositora, monitora de estudos, operária fabril, auxiliar na (...) [instituição].”	“Auxiliar na (...) [instituição]”

Através da análise da tabela 6, podemos constatar que só a participante (P3) é que nunca trabalhou, encontrando-se em lista de espera para realizar um estágio profissional e estando à procura do seu primeiro emprego. Quanto a P1, P2, P4, estes tiveram apenas um emprego ao longo da vida, ao contrário de P5, P6 e P7, que já exerceram várias profissões.

Quanto à situação financeira atual de cada participante, através das seguintes transcrições, podemos verificar que é muito instável:

- “É estável. (...)” (P1);

- “Nem bom, nem mau. (...) ainda é estável para conseguirmos viver dentro de uma normalidade.” (P2);
- “Nenhuma. Não a tenho. Não há.” (P3);
- “(...) Muito má.” (P4);
- “Muito precária, porque estou a receber o subsídio de desemprego (...).” (P5);
- “(...) Pouco estável.” (P6);
- “Não estou bem. (...) O meu fundo de desemprego termina em outubro (...).” (P7).

No entanto, a precariedade da situação altera-se, quando a estrutura familiar suporta as despesas.

De seguida, iremos apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos através das entrevistas aos participantes do estudo.

6. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Neste ponto iremos proceder à apresentação, análise e discussão dos resultados. Para o efeito baseamo-nos na análise de conteúdo das respostas dos participantes atendendo às cinco categorias, subcategorias e respetivos indicadores. Adotando uma atitude reflexiva e sobretudo de carácter qualitativo, iremos proceder à interpretação dos resultados obtidos, remetendo para as ideias e posições defendidas no enquadramento teórico.

A análise e discussão dos resultados refere-se à totalidade das respostas dos sete participantes e que foram transcritas (Cf. Anexo III). Optámos por apresentar neste ponto a seleção de alguns excertos dessas transcrições de respostas às entrevistas, e por vezes de alguns participantes, de modo a facilitar a análise de conteúdo.

6.1. Análise da categoria *Ajudas e Apoios*

A categoria *Ajudas e Apoios* inclui três subcategorias: *Estado-proteção social, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Procura de emprego*. O objetivo desta categoria consiste em identificar as ajudas e os apoios a que os desempregados podem recorrer. Deste modo são analisados os resultados obtidos através das entrevistas, atendendo às conclusões de outros estudos acerca desta temática.

6.1.1. Estado-proteção social

Através da narração dos participantes analisaremos, a subcategoria *Estado-proteção social*. Relativamente à questão “Está inscrito no Centro de Emprego?” e “Há quanto tempo?”, verificamos que todos os participantes estão inscritos no Centro de Emprego, uns há mais tempo do que outros:

- “Sim. Faz um ano este mês.” (P3);
- “Sim. Desde fevereiro.” (P5);

Perante as questões “Está a receber algum subsídio?”, “O que pensa fazer quando deixar de o receber?”, destacamos os seguintes excertos das respostas:

- “Sim... (...) vou ter que recorrer aos meus pais (...) enquanto não encontrar algum emprego.” (P5);
- “Sim, estou (...) a arranjar trabalho, antes de me acabar [o subsídio].” (P6);
- “Sim. O subsídio de desemprego (...). Informaram-me que poderia dar entrada no subsídio auxiliar, que é um subsídio social, para quem está desempregado e ainda não conseguiu trabalho (...).” (P7).

Dos excertos apresentados, podemos verificar que os participantes (P5, P6, P7) encontram-se a receber o subsídio de desemprego, demonstrando uma acrescida preocupação relativamente ao fim do subsídio. Os participantes consideram que, quando deixarem de receber o subsídio de desemprego e se ainda não estiverem empregados, terão que recorrer ao apoio dos pais (P5, P6) ou recorrer a alguma prestação social, como por exemplo, o RSI (P7).

Segundo Sá (2014) o subsídio de desemprego pode remeter para dois efeitos. Por um lado, pode provocar uma fácil adaptação ao subsídio, uma vez que o subsídio pode ser encarado como um rendimento seguro, adiando a procura de emprego. Por outro lado, o efeito de substituição, uma vez que os indivíduos podem substituir o emprego pelo lazer, ao receberem um rendimento.

Relativamente à questão “Foi-lhe proposta alguma medida de apoio à criação de emprego, programa ocupacional ou formação profissional?”, destacamos os seguintes excertos das respostas:

- “(...) Estou a frequentar uma formação que pertence ao programa Vida Ativa, que é Inglês Técnico (...).” (P2);
- “Não, nunca me abordaram sobre esse assunto.” (P6).

Os participantes P1, P5, P6 e P7 nunca foram abordados sobre esse tipo de ajuda/apoio. Pela análise das respostas, identificamos a implementação de políticas ativas (por exemplo, as formações profissionais) nos restantes participantes. O IEFP oferece um leque variado de medidas de apoio ao desempregado, não só de formações profissionais, como também de apoio ao empreendedorismo, apoio à contratação, entre outros. Os participantes neste estudo que foram encaminhados pelo IEFP, para cursos de formação profissional, consideram que:

- “O apoio não é diferenciado, é tudo igual.” (P2);
- “Estou no inglês, de técnico de vendas, que não tem nada a ver com nenhum de nós.” (P3).

Neste sentido, é necessário que se faça um diagnóstico das necessidades dos indivíduos desempregados, para que as formações profissionais sejam dirigidas à sua satisfação e aos interesses formativos de cada um.

6.1.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social

No que diz respeito à subcategoria *Instituições Particulares de Solidariedade Social*, definimos como objetivo saber se os participantes recebem algum tipo de apoio institucional. Assim sendo, perante as questões “Quando ficou desempregado(a), pediu alguma ajuda a instituições particulares? Está a receber algum tipo de apoio de uma instituição particular?”, destacamos os seguintes excertos das respostas:

- “Chegas a um ponto que tanto esticas, que não dá para esticares mais. Tens que recorrer às instituições (...).” (P1);
- “Não, por acaso não (...). Não tive a infelicidade de recorrer as essas instituições.” (P2);
- “Não, porque nem conheço, nem sei se têm. As instituições são muito fechadas, eu quando fui trabalhar como auxiliar para a [instituição] pensei que aquilo ajudava (...) Mas eu não vi nada disso. (...) As pessoas vão lá,

inscrevem-se e esperam. Mas não dá tanto apoio, pelo menos do que esperava.” (P7).

Os participantes do estudo não beneficiam de qualquer apoio institucional. Pela análise das respostas, os participantes recebem apoio familiar, a nível monetário e habitacional, não considerando necessário pedir ajuda às instituições. Contudo, a P1 não afasta essa possibilidade no seu discurso.

Verificamos através das respostas às questões, que os participantes não pedem e não sentem necessidade de solicitar ajuda às instituições particulares, eventualmente por serem desempregados de curta duração (menos de 12 meses), e por beneficiarem do apoio da família, conseguindo garantir a sua subsistência.

6.1.3. Procura de emprego

Estar desempregado é uma preocupação para os indivíduos, obrigando-os a uma procura de emprego. Através do discurso dos participantes, referimos os dois motivos principais enunciados para procurar emprego: a conclusão dos estudos e a situação de desemprego.

Relativamente à procura de emprego dos participantes, constatamos que todos procuram emprego ativamente. Este dado é evidente nas respostas dadas às questões “Procurou emprego no último mês?” e “De que forma?”. Salientamos os seguintes excertos das respostas:

- “Procurei. Pela internet, a ver anúncios, a responder a anúncios, mas o que faço mais são candidaturas.” (P1);
- “Sim, todos os dias. Vou às instituições pedir emprego. Internet, estou sempre a mandar emails, currículos, todos os dias (...).” (P4);
- “Sim. (...) Levei o currículo para empresas (...). Ontem fui a uma empresa (...).” (P7).

Os participantes utilizam diversas técnicas de procura de emprego (candidaturas espontâneas, respostas a anúncios, envio de currículos, entrevistas, ente outras). Quanto à P4 e à P7, além das técnicas de procura de emprego atrás mencionadas, também recorrem ao contacto direto com as empresas, na tentativa de (re)inserção no mercado de trabalho. Recorrendo às designações adotadas por Caleiras (2011), podemos

considerar que os participantes pertencem à população desempregada mas não à população inativa, uma vez que, apesar de não terem, estão à procura de emprego. Para os participantes, a procura de emprego é vivenciada de forma ativa, persistente, constituindo uma atividade a tempo inteiro.

No que diz respeito à questão “Tem procurado emprego na mesma área profissional ou em áreas profissionais diferentes?”, salientamos os seguintes excertos das respostas dos participantes:

- “Em todas as áreas.” (P4);
- “(...) Tenho procurado na mesma área profissional (...).” (P6).

Verificamos, através da análise das respostas dos participantes, que cinco dos participantes procuram emprego na sua área profissional, sendo o investimento académico um dos grandes motivos para procurar na sua área. Relativamente à P4, não se limita à sua área profissional, aceitando outras alternativas e ambicionando o sucesso fora da sua área de formação. Para P7, que não tem uma área profissional definida, encontra-se a procurar emprego em diversas áreas.

Relativamente à questão “O que pensa acerca das ajudas existentes para a procura de emprego?”, destacamos as seguintes respostas:

- “(...) Muito escassas. Acho que não é suficiente (...).” (P2);
- “São boas, mas a verdade é que não há grande oferta de emprego (...).” (P3);
- “(...) São precárias (...).” (P5);
- “(...) São muito fraquinhas.” (P7).

Através da análise das respostas, verificamos que os participantes consideram as ajudas como insuficientes, descrevendo-as como escassas, precárias e fracas, à exceção da P3, que considera as ajudas na procura de emprego como favoráveis. Porém, esta participante considera a escassez de ofertas de emprego uma realidade evidente no dia-a-dia dos indivíduos desempregados. Os participantes do nosso estudo mantêm a sua opinião relativamente às ajudas, quando estão relacionadas com o CE. No estudo sobre desempregados, Caleiras (2011) refere que o recurso ao CE para procurar emprego é pouco usual, sendo que os desempregados consideram os serviços como pouco eficazes. Todavia alguns dos participantes do presente estudo (P4, P5, P7) recorrem à ajuda/apoio do CE, através do GIP, pedindo aconselhamento, tal como se pode constatar nos seguintes excertos das respostas dos participantes:

- “Gabinete de Inserção Profissional [GIP] (...).” (P4);

- “(...) Aconselhada pelos técnicos do IEFP (...)” (P5);
- “(...) O centro de emprego também ajuda, preocupa-se muito com as pessoas que estão desempregadas. Ele também estabelece prioridades para quem tem despesas, família (...)” (P7).

Os participantes do estudo, além dos apoios supracitados, ainda podem usufruir de outros nas suas áreas de residência que estão ligados ao IEFP, como por exemplo os Grupos de Entreatajuda na Procura de Emprego. Tal como referimos anteriormente, estes participantes realizaram uma procura de emprego que assentava em estratégias de pesquisa autónoma, através da internet, na deslocação às entidades empregadoras e ainda, de forma apoiada, recorrendo aos serviços disponibilizados pelo GIP. Atualmente, encontramos vários locais que oferecem ajuda na procura de emprego, através da divulgação das ofertas, como por exemplo, Net-Emprego, LinkedIn, colocando o indivíduo desempregado em contacto com outros profissionais. Segundo Morais, Miranda, Alves e Dias (s/d), as redes sociais podem ser orientadas para o contexto emprego/trabalho, como por exemplo, o LinkedIn, ligando os indivíduos com interesses comuns. Em Portugal, a rede mais utilizada é o Facebook, sendo este considerado como uma rede para manter contactos entre colegas de escola, de trabalho e/ou as entidades empregadoras.

Na entrevista questionámos, “Como desempregado o que pensa sobre as redes sociais? Porquê?”. Salientamos os seguintes excertos:

- “Eu acho que as redes sociais são importantes porque existem vários grupos, nomeadamente no facebook, sobre empregos (...). Às vezes há mais ofertas no facebook do que no IEFP.” (P5);
- “Ajudam um pouco [as redes sociais] (...) porque comunicamos com outras pessoas na mesma situação e acaba por indicar alguma coisa (...)” (P7).

Verificamos que os participantes utilizam as redes sociais através da Web, principalmente o Facebook, utilizando esta ferramenta de pesquisa como um motor para encontrar emprego. Entendemos que as redes sociais podem ter um papel relevante. Por um lado, podem ser consideradas como saudáveis para a procura de emprego, permitindo realizar pesquisas e estabelecer contactos. Por outro lado, podem ser prejudiciais porque implicam a perda de tempo e prejudicam a procura efetiva de emprego.

6.2. Análise da categoria *Vivências do(a) desempregado(a)*

Com a categoria *Vivências do desemprego*, pretendemos conhecer as vivências que os desempregados realizam, experienciam e percebem na sua vida, quando se encontram nessa situação. Nesta categoria incluímos as seguintes subcategorias: *situação de desempregado, momentos de mudança e efeitos socioeducativos*.

6.2.1. Situação de desempregado(a)

Na subcategoria, *Situação de desempregado*, pretendemos saber quais as consequências que o desemprego provoca na vida do indivíduo.

Mediante a questão “É a primeira vez que está desempregado ou tem alternado períodos de emprego com períodos de desemprego?”, destacamos os seguintes excertos das respostas obtidas:

- “Quando acabei o curso estive desempregada, depois arranjei emprego, agora tornei ao desemprego.” (P1);
- “É a primeira vez.” (P2);
- “(...) Quer dizer, a primeira vez que trabalhei; depois tive um período de quatro meses de desemprego.” (P5);
- “Já fiquei desempregada outra vez, mas foi por pouco tempo (...).” (P7).

Podemos verificar que quatro dos participantes (P1, P5, P6, P7) já estiveram na situação de desempregado, apesar de ter sido de curto prazo. Os restantes participantes encontram-se nesta situação pela primeira vez. Tal como referimos no ponto 1.2.1. *Tipos de desemprego* deste trabalho, Pochmann (1998, citado por Caldana e Figueiro, 2002) refere quatro tipos de desemprego: de inserção, repetitivo, de reestruturação e de exclusão. A P3 enquadra-se no tipo do desemprego de inserção, que atinge os indivíduos à procura do primeiro emprego, com menos de 25 anos.

Quando nos referimos à duração desta situação de desemprego, destacamos os seguintes excertos das respostas:

- “(...) Há cerca de um ano (...).” (P3);
- “[Há] um mês e pouco.” (P6).

Segundo a classificação do IEFEP, podemos considerar os participantes deste estudo, como sendo desempregados de curta duração (indivíduos sem emprego, mas que

procuram emprego há menos de 12 meses). Relativamente à terceira questão desta subcategoria “Já previa ficar desempregado ou foi uma situação inesperada?”, “Como se sentiu?”, salientamos os seguintes excertos das respostas:

- “Foi inesperado (...) Senti-me revoltada (...).” (P1);
- “(...) Já previa (...). Eu tomei a opção de deixar de trabalhar para tomar conta dele [pai] (...) Foi um bocado complicado (...).” (P2);
- “Não foi uma situação inesperada porque fui eu que me despedi por justa causa (...). Senti-me completamente desamparada, porque é muito difícil encontrar emprego.” (P5);
- “Inesperada. Fiz parte de um despedimento coletivo (...). Claro que não fiquei contente, mas também não desanimei (...).” (P6);
- “(...) Já esperava porque já tinha vencido o meu contrato de 3 anos. (...) Não fiquei 100% preocupada, porque sabia que ia ficar segura pelo fundo de desemprego (...).” (P7).

Verificamos pelas respostas transcritas e pelos sentimentos descritos pelos participantes, que encontrar e/ou ter um emprego é fundamental para um indivíduo.

Apesar de alguns dos participantes já preverem ficar desempregados, estes sentiram-se desamparados e preocupados. Os restantes participantes, à exceção de P3, foram surpreendidos pela situação de desemprego, considerando-a como inesperada. A P3 caracteriza a sua situação como indefinida (provisória), uma vez que se encontrava à espera da confirmação para realizar um estágio profissional.

Segundo Partilhó (2013), o desemprego provoca um conjunto de mudanças no indivíduo, podendo variar consoante o tipo de desemprego (voluntário ou involuntário), isto é, pela sua iniciativa ou da entidade patronal. Através da análise dos excertos, podemos considerar os participantes como desempregados voluntários, uma vez que foram os próprios indivíduos a rescindir o contrato com a entidade empregadora (P2, P5) e como desempregados involuntários (P1, P3, P4, P6, P7).

Relativamente à questão “Como encara a situação de desempregado?”, salientamos os seguintes excertos das transcrições das respostas:

- “Nos primeiros três «mesinhos» são férias, é uma alegria, não trabalho, estou «descansadinha» (...) depois começa-se a entrar em stresse (...).” (P1);
- “É muito desgastante a nível pessoal, a nível de rotinas; nós estamos habituados a ter a nossa rotina, o nosso trabalho, depois ficamos com muito

tempo livre (...) Ficamos mais limitados (...) Estar desempregada...eu não desejo isso a ninguém (...).” (P2);

- “É péssimo (...) não ter dinheiro para comprar nada, depender dos pais (...). ” (P3);

- “Encaro de forma positiva (...) e desde que fiquei a saber, comecei numa procura proativa (...).” (P6);

- “É difícil. (...) Quando você tem família, como eu (...) eu não tenho marido, sou mãe solteira, e tenho uma filha que é menor de idade e isso é preocupante porque você acorda e não sabe o dia de amanhã, se o dinheiro vai dar, se vai dar para superar todas as necessidades, se vai dar para pagar todas as contas. É mesmo stressante. (...).” (P7).

Após a análise da transcrição das respostas verificamos que os participantes, à exceção do P6, encaram a situação de desemprego de uma forma negativa. Apesar de serem identificados aspetos positivos e negativos, à uma tendência para valorizar mais (ou pelo menos referir mais vezes) os aspetos negativos. Segundo Chahad e Chahad (2005), a primeira fase do desemprego é sempre acompanhada pelo otimismo, como refere a P1. Porém, os mesmos autores referem que, com o passar do tempo, o indivíduo tem dificuldade em encontrar um novo emprego, o que por vezes o leva a ter que encarar a sua nova realidade, e o otimismo transforma-se em pessimismo. Para Partilhó (2013), os desempregados sofrem de uma privação das funções desempenhadas quando estavam empregados, e daí resulta uma diminuição do estatuto social. A situação de desemprego é percecionada por alguns dos participantes, como uma diminuição de rendimentos, uma alteração nas rotinas, a afetação no seu projeto de vida e nas expetativas futuras.

À questão “Na sua opinião, há aspetos positivos e negativos no facto de estar desempregado? Quais?”, obtivemos as seguintes respostas:

- “Aspetos positivos (...) ficamos com o tempo mais livre, podemos fazer o que nos apetece e não temos compromissos (...); do resto vejo tudo mal, menos o dinheiro (...); autoestima e isso tudo, vem abaixo. (...) Fica tudo (...) muito triste, muito deprimido, mesmo.” (P2);

- “Eu positivo não vejo nenhum (...); negativos (...); não tem rotinas, não tem independência, não tem dinheiro para comprar nada, não tem o gosto de fazer aquilo que aprendeste (...).” (P3);

- “(...) Um aspeto positivo é que neste momento estou a receber o subsídio de desemprego (...).” (P5);

- “(...) [Tem um] lado positivo, pode abrir outra oportunidade ainda melhor (...); negativos, ninguém gosta de estar desempregado; (...) deixamos de fazer algo produtivo (...).” (P6).

Através da análise das respostas dos participantes, identificamos aspetos positivos e negativos relativamente ao desemprego. Para alguns dos participantes (P3, P4, P7) não existem aspetos positivos no facto de estar desempregado, encarando esta situação apenas pelo lado negativo. Os restantes participantes encaram o desemprego nas duas vertentes. No que diz respeito a aspetos positivos, podemos constatar que os participantes consideram o desemprego como a oportunidade de arranjar um emprego melhor, de usufruir do tempo de ócio, de receber o subsídio de desemprego. Por outro lado, os participantes consideram como aspetos negativos: a alteração e inexistência de uma rotina diária, as consequências a nível psicológico, a diminuição dos rendimentos financeiros.

6.2.2. Momentos de mudança

A mudança está presente na vida do indivíduo desempregado. Na subcategoria *Momentos de mudança* pretendemos identificar reações vivenciadas em contexto de mudança pelo indivíduo desempregado, bem como dos seus familiares e da sua rede de amigos.

Relativamente à questão “De uma maneira geral, o que é que se alterou na sua vida depois de estar desempregado?”, salientamos os seguintes excertos das respostas dadas pelos participantes:

- “(...) [Falta] Aquele dinheiro fixo ao fim do mês (...).” (P1);

- “Alterou-se me muito o humor (...) deixei de comer muitas menos vezes fora (...). A minha relação (...); Isolei-me um bocado (...); (...) irritada, sem paciência, não me apetecia muito dialogar (...).” (P2);

- “Como nunca trabalhei, não alterou nada, fiquei na inércia.” (P3);

- “A rotina em si (...).” (P6);

- “(...) Uma pessoa corta os gastos (...) até mesmo na alimentação você vai cortando (...).” (P7).

A vida no desemprego é vivenciada pelos indivíduos como uma mudança individual e social. Para os participantes, estar no desemprego corresponde a uma transformação nas suas vidas. Identificamos algumas alterações na vida dos participantes: a mudança da rotina, o excessivo tempo de ócio, a diminuição da rede de conhecimentos, o isolamento, a diminuição dos rendimentos económicos, a limitação no acesso a alguns bens essenciais para satisfazer as necessidades básicas.

Relativamente à pergunta “É o único elemento do seu agregado familiar que se encontra no desemprego?”, salientamos a seguinte transcrição:

- “Eu e a minha mãe.” (P4).

Com exceção de P4, os restantes participantes são os únicos elementos que se encontram na situação de desemprego, relativamente ao seu agregado familiar.

Quando confrontados com a questão “Qual a reação da sua família quando ficou desempregado?”, obtivemos diversas respostas. De seguida apresentamos alguns excertos:

- “A minha mãe é pessimista (...) O meu pai não diz nada. A minha irmã pergunta-me (...) «mandaste currículos?».”(P2);

- “Ninguém concordou (...); toda a gente criticou a minha saída, e não aceitaram.” (P4);

- “(...) Os meus pais apoiaram-me (...).” (P5);

- “É preocupante. Eu tenho a minha filha que já tem 25 anos e para ela é difícil, porque é uma responsabilidade que ela está a ter agora, que ela não tinha antes. (...) E é mais difícil para ela trabalhar tanto e privar-se de tantas coisas. Na realidade ela priva-se de muita coisa.” (P7).

Os participantes demonstraram que, no início, a família foi tolerante relativamente à situação de desemprego, nos casos de autodespedimento (P2), de despedimento por justa causa (P5), e de despedimento coletivo (P6). A P3, que procura o primeiro emprego, considera que existe uma enorme pressão da família, descrevendo a mãe como uma “pessimista”. Já a família de P4 não aceitou a saída da filha do seu local de trabalho, como podemos constatar na transcrição acima citada. Contudo, alguns

dos participantes revelam que a família reage, pressionando-os, mas também assume um papel protetor, tanto a nível afetivo como financeiro. Assim sendo, foi questionado “Teve ajuda da sua família depois de ficar desempregado(a)?”. Salientamos os seguintes excertos retirados das repostas dos participantes:

- “Sim tive.” (P1);
- “(...) Monetária sim (...). Do resto não, não tive nada.” (P4);
- “Sim, em termos habitacionais (...).” (P5);
- “(...) Principalmente a nível habitacional (...). E emocional também, também me deram apoio.” (P6);
- “A minha filha tem me ajudado imenso.” (P7).

Os participantes afirmam que tiveram ajuda da sua família e que é fundamental, principalmente a nível habitacional e monetário, tendo P6 acrescentado o apoio a nível emocional. Este suporte familiar é essencial para combater algumas das consequências do desemprego (por exemplo, o isolamento social, a depressão, o sentimento de culpa, entre outros). Tumulo et al. (2000, citado por Lopes, 2011) afirmam que a família é um suporte para o desempregado, prestando principalmente apoio financeiro.

Relativamente à questão “Sente alguma pressão por parte das pessoas que lhe estão mais próximas para arranjar trabalho?”, realçamos os seguintes excertos das respostas:

- “No início a minha mãe (...), às vezes os tios (...).” (P1);
- “(...) Sinto pressão (...); (...), o meu namorado quer que eu comece a trabalhar, por que ele vê que eu realmente assim não sou a mesma pessoa de quando estava a trabalhar. (...) Mas sinto mais pressão (...) pela minha sogra. Mas é para o meu bem.” (P2);
- “Sim muita [pressão]. Todos os dias. E quando vais trabalhar, e devias estar a trabalhar, isto não está fácil, mais a nível psicológico.” (P4);
- “(...) Às vezes o meu pai e a minha mãe diziam: tens que tentar encontrar alguma coisa porque esta situação não pode continuar.” (P5);
- “Às vezes parece que sim, não sempre. Porque as pessoas perguntam: (...) Ainda está desempregada? (...) É esse tipo de comentário que entristece uma pessoa.” (P7).

Verificamos que quatro dos participantes são pressionados pelas pessoas que lhe estão mais próximas (pais, irmãos, tios, sogros). A pressão vivenciada pelos participantes verifica-se através da interpelação persistente, ou seja, perguntam-lhes se já têm trabalho ou se o têm procurado. Esta preocupação por parte dos familiares é para que haja mudanças positivas, relativamente ao bem-estar do indivíduo, bem como de todo o agregado. O desemprego pode gerar ruturas familiares e de amizade, provocando por vezes, alterações na vida do indivíduo desempregado.

Relativamente a ajudas por parte de outra pessoa das suas relações pessoais, destacamos a seguinte transcrição:

- “Alguns amigos e amigas perceberam o ponto da situação e apoiaram-me.”
(P4).

A P4 é a única participante que realçou o apoio dos amigos e amigas, referindo que o seu maior apoio baseia-se na rede de amizades. Os restantes participantes não receberam qualquer ajuda, para além da sua família. Porém, verificáramos que a P4 não obtém apoio afetivo por parte da família, ao contrário dos outros participantes.

6.2.3. Efeitos socioeducativos

Com base no desenvolvimento do enquadramento teórico deste trabalho valorizámos a componente social nos efeitos socioeducativos. Atendendo às respostas dos participantes identificamos os seguintes efeitos: a pobreza, a exclusão social e o isolamento social. Nos efeitos socioeducativos também valorizámos a componente educativa e profissional. Tendo em conta as respostas dos participantes, identificámos os seguintes efeitos: o autoemprego, o empreendedorismo, a aquisição de novos conhecimentos e a reconversão profissional.

O desemprego provoca efeitos na vida do indivíduo, que podem ser prejudiciais. Partindo neste pressuposto, analisaremos alguns dos efeitos socioeducativos, a partir dos testemunhos dos participantes.

Relativamente à questão “Na sua opinião, em que medida o desemprego se pode tornar numa fonte de pobreza?”, destacamos os seguintes excertos:

- “(...) Quando estás sozinha, quando não tens um apoio, quando não tens uma família (...).” (P1);
- “(...) Depende um bocado da retaguarda de cada pessoa (...).” (P2);

- “(...) Ao não haver rendimentos (...).” (P6).

Os participantes referem que o desemprego pode levar à pobreza, na ausência de rendimentos e de apoio familiar. No seu discurso, a P7 destaca a ausência de recursos económicos, o que remete os indivíduos para a diminuição do acesso a produtos para a satisfação das suas necessidades básicas. Segundo Partilhó (2013), os indivíduos desempregados sofrem a nível económico, não auferindo de nenhum rendimento. Isso implica uma tendência para reduzir a aquisição de alguns produtos, o que pode comprometer a satisfação das necessidades básicas, que mais tarde poderão resultar em situações de pobreza. Assim sendo, consideramos a pobreza como efeito socioeducativo vivenciado pelo indivíduo de forma negativa.

Para Caleiras (2011) a pobreza e o desemprego podem estar relacionados. Porém, nem todos os desempregados são considerados pobres, pois varia em função da sua situação financeira. Por exemplo, o indivíduo pode estar na situação de desempregado mas auferir de um suporte financeiro elevado, devido a heranças familiares. A retaguarda financeira do indivíduo é relevante quando o indivíduo se encontra na situação de desempregado, podendo gerar uma situação de pobreza mais rápida para uns do que para outros.

O desemprego, a pobreza e a exclusão social estão relacionados, apesar de serem conceitos diferentes. Neste sentido, questionamos “Considera o desemprego como um dos principais mecanismos de exclusão social?”, salientamos os seguintes excertos das respostas dadas pelos participantes:

- “Eu não me sinto [excluída]. Mas considero [como um dos principais mecanismos de exclusão social] (...).” (P1);

- “(...) Eu estou desempregada; nunca me senti excluída; acho que era ao contrário, eu é que me excluía das pessoas (...).” (P2);

- “É um dos mecanismos, talvez não o principal (...). Porque eu acredito que há muitos casais desempregados com filhos que são obrigados a roubar comida em supermercados.” (P5);

- “Eu acho que sim. Porque as pessoas sentem-se excluídas. Elas não vão mais aos mesmos lugares. Não podem ter o que as outras pessoas têm (...). Principalmente os jovens, os filhos dos pais desempregados, acabam por se ir privando mais das coisas, não podendo ir para uma universidade, não podendo ter algum equilíbrio financeiro.” (P7).

Os participantes, à exceção da P3 e do P6 consideram o desemprego como uma das formas de exclusão social, porém não se sentem excluídos. Podemos afirmar que estes conceitos estão interligados, principalmente quando o desemprego começa a ser prolongado (desemprego de longa duração). Segundo Caleiras (2011) a ausência de um emprego pode levar o indivíduo à exclusão social.

Relativamente à questão “O facto de se encontrar sem emprego leva-o a não participar socialmente?”, salientamos os seguintes excertos:

- “Sim, sim. Fico muito mais isolada.” (P2);
- “Sim, a certas coisas que me “proíbo” (...), porque sei que não posso gastar tanto dinheiro (...).” (P4);
- “Não.” (P5).

Constatamos que, para alguns dos participantes, existe uma mudança significativa relativamente à sua participação social, considerando a ausência de rendimentos como a causa para não poderem participar socialmente. Estes participantes (P2, P4 e P5) referem ter tendência para o isolamento, principalmente quando existem atividades que implicam recursos económicos, levando-os à não participação em algumas atividades do quotidiano. Por outro lado, os restantes participantes não consideram que o desemprego seja uma situação que conduza o indivíduo ao isolamento social, continuando a viver como antes desta situação de desemprego.

O isolamento social relaciona-se com a ausência de recursos financeiros, podendo levar à exclusão social, tornando os indivíduos pouco ativos. Assim, podemos considerar que o isolamento social, a exclusão social, a pobreza estão relacionados com a situação de desemprego, sendo referidos neste estudo como efeitos socioeducativos vivenciados pelo indivíduo, de forma negativa. Porém, os efeitos socioeducativos não são referenciados por todos os participantes.

Paugam (2003) refere que quando o desemprego se prolonga, são muitos os indivíduos que, de um dia para o outro, perdem os laços que mantinham quando estavam inseridos no mercado de trabalho. Isto significa que esse distanciamento do trabalho é acompanhado, muitas vezes, pelo afastamento da vida social, eventualmente pela crise de identidade e por problemas de saúde.

Perante a questão “Considera o seu nível de escolaridade como um entrave ou uma mais-valia para arranjar emprego? Porquê?”, destacamos a seguinte resposta:

- “(...) Pode ser um entrave em termos de grandes superfícies comerciais que normalmente pedem o 12º[ano], (...) mas de resto, é sempre uma mais-valia.(...) uma pessoa tem uma licenciatura, pode ir mais longe um bocadinho; tanto pode fazer qualquer coisa, como trabalhar no supermercado, como ganhar o salário mínimo, como ter perspectivas futuras de conseguir arranjar um emprego melhor, e de tentar um salário melhor.” (P5).

Todos os participantes consideram o seu nível escolaridade como uma mais-valia, porém realçam como entrave a solicitação do 12.º ano de escolaridade quando procuraram emprego em empresas fabris e/ou em superfícies comerciais (hipermercados). Os participantes investiram na educação/formação, uma vez que só um dos participantes tem o 12.º ano de escolaridade, sendo os restantes participantes licenciados e mestres. Sena (2013) refere que não é suficiente existirem jovens formados, com elevados níveis de qualificações, para combater o desemprego. Contudo, pode ser através da educação que o indivíduo consiga ganhar alguma vantagem para encontrar emprego, principalmente quando os indivíduos investem em diferentes formações e em áreas variadas.

Quanto à questão “ O facto de estar desempregado leva-o a querer adquirir novos conhecimentos, investindo na sua formação?”, salientamos alguns dos excertos das respostas:

- “Sim, também. Neste momento encontro-me a fazer em formação noutra área, completamente diferente, massagens e se calhar, se estivesse a trabalhar, não teria aquele «clic» para formar-me noutra área. (...).” (P4);

- “Não, por enquanto não. Uma vez que já sou licenciada, não vejo que seja vantajoso, porque hoje em dia, investir numa formação fica muito caro. (...).” (P5);

- “Sim, porque você busca. Você, estando desempregada tem mais tempo ocioso e você quer preencher esse tempo. Não sei se são todos, mas você vai atrás de coisas que dá para fazer, que não são pagas, e vai atrás.” (P7).

Os participantes, à exceção da P5, consideram a aquisição de novos conhecimentos como relevantes, quando se encontram na situação de desemprego. Estes participantes veem a aquisição de novos conhecimentos como um meio facilitador para encontrarem emprego, enriquecendo a sua formação e tornando-a mais diversificada.

Roldão (2000) considera que os indivíduos devem-se adaptar à mudança, investindo na sua formação. Contudo, a P5 não valoriza a aquisição de novos conhecimentos, através de uma nova formação, porque é necessário algum fundo monetário, que por vezes os desempregados não possuem.

Questionámos “Considera que a reconversão profissional pode ser uma solução para arranjar emprego?”. Destacamos alguns excertos das transcrições das respostas:

- “A longo prazo talvez. Neste momento não (...).” (P3);
- “(...) As pessoas têm que ter uma mente aberta e não ficar só pela licenciatura ou pela área que estudaram.” (P5);
- “Sim, quem sabe, um dia.” (P6).

Os participantes consideram a reconversão profissional como uma possível solução para arranjam emprego a longo prazo.

No que diz respeito à questão “Considera o autoemprego como uma alternativa para os desempregados?”, destacamos os seguintes excertos das respostas obtidas:

- “Sim. Sim, já pensei e já abri. E já abri e já fechei (...). Lembrámo-nos de fazer um gabinete de saúde dentro desse consultório [consultório médico], para fazer um pré-consulta médica (...). Aquilo não era que corresse mal, só que as pessoas acham tudo muito caro (...).” (P2);
- “É uma alternativa, mas para se ter um autoemprego é preciso algum poder económico, o que a maior parte das vezes não se tem. O que é o meu caso e é impossível.” (P4).

Verificamos que os participantes consideram a criação do próprio emprego como uma alternativa ao desemprego. Porém, salientam a ideia que o autoemprego acarreta recursos económicos. Para alguns dos desempregados torna-se impossível investir num negócio, devido à ausência desses recursos. Outro obstáculo à criação do autoemprego é o receio de ter insucesso, podendo acarretar consequências mais negativas, em relação à situação em que já se encontram. O indivíduo desempregado pode, por exemplo, recorrer ao IEFP, que disponibiliza medidas e incentivos de apoio à criação do próprio emprego, tendo por base financiamentos, tais como o Microcrédito, COOPJOVEM e entre outros (IEFP, 2014b).

6.3. Análise da categoria *Perceção das mudanças de vida no futuro*

Neste estudo considerámos que a categoria *Perceção das mudanças de vida no futuro* é constituída por duas subcategorias: *sentimentos e atitudes perante a mudança e perspectiva de vida no futuro*.

Nesta categoria pretendemos identificar os sentimentos e as atitudes que um indivíduo desempregado pode adotar e saber como este perspectiva a sua vida no futuro.

6.3.1. Sentimentos e atitudes perante a mudança

Na subcategoria *Sentimentos e atitudes perante a mudança*, pretendemos identificar sentimentos e atitudes dos desempregados nessa situação. Para identificar os sentimentos, baseamo-nos nas narrações dos participantes.

Relativamente à questão “Na sua opinião qual/quais o(s) sentimento(s) que um desempregado adota perante a situação de desemprego?”, destacamos os seguintes excertos:

- “Otimismo (...) revolta, (...) desespero, stresse (...) depressão, (...). Há pessoas também resilientes (...) perde-se a confiança (...) Há uns que decidem «vamos ter esperança» e ficar mais um bocadinho. Há outros que imigram.” (P1);
- “(...) Isolamento, (...) depois stresse, depressão, mesmo. Depois há aquelas pessoas que são otimistas, que tentam sempre fazer formações, procurar; tentam-se manter ativos e até são otimistas. Vamos conseguir, vamos arranjar. Isso também difere um bocadinho da personalidade, eu já não sou assim. A raiva (...). É um bocado frustração. (...) Não andam felizes, nem confiantes.” (P2);
- “Frustração; desleixo, a inércia, pessimismo, raiva às vezes, revolta. O mau humor constante; irritada, porque não estás cá para «fazer nenhum» e isso irrita-te.” (P3);
- “Começa a ser frustrante, stressante, deprimente; deprimida, triste.” (P4);
- “(...) Esperança (...); começam-se a sentir inúteis, uma mistura de raiva com ódio, culpa (...); é uma mistura de sentimentos; bastante stresse, depressão, as pessoas ficam depressivas.” (P5);

- “(...) De impugnação, de irritação, de mal-estar, num estado deprimente e de otimismo; há sempre aquela parte de «vou conseguir algo melhor»; acho que é um pouco de tudo.” (P6);

- “Mais fechado (...). A gente já não tem tanta disposição para sair, de conviver. A gente exclui-se da sociedade, fica-se dentro de nós mesmos. Até porque não temos condição financeira de socializar. Você sente-se revoltada. A frustração, porque você está ganhando um dinheiro e você não está fazendo nada para ganhar esse dinheiro, e eu não gosto muito.” (P7).

Os participantes referem sentimentos e atitudes muito variados: esperança, otimismo, revolta, desespero, stresse, depressão, resiliência, isolamento, raiva, frustração, desleixo, inércia, pessimismo, mudança de humor, tristeza, inutilidade, ódio, culpa, impugnação, a preocupação e mal-estar. Os sentimentos mais vezes referidos nas afirmações dos participantes são o stresse, a depressão, a raiva e a frustração.

Verificamos que os participantes consideram que os desempregados encontram-se num estado depressivo, principalmente quando o desemprego se prolonga por muito tempo. Chahad e Chahad (2005), no seu estudo sobre os impactos psicológicos do desemprego, referem que os desempregados acabam por se sentir inseguros, surgindo a irritabilidade, a insónia, as oscilações de humor e a angústia. Surgem sentimentos de culpa, de desânimo, de tristeza, ocorrendo por vezes o isolamento social. Na pesquisa de Tumolo e Tumolo (2004, citados por Chahad e Chahad, 2005), os dados apontam para o aparecimento de sentimentos desagradáveis, tais como: o desespero, a perda de esperança, o desamparo, a tristeza, a revolta e a desorientação. Moura (2001, citado por Chahad e Chahad, 2005), no seu estudo sobre a subjetividade e desemprego, apresenta os seguintes sentimentos: desespero, choque, pavor, pânico, vergonha, fracasso, inutilidade, incompetência, abandono e impotência.

Relativamente à questão “Considera que o desemprego afeta o nível de felicidade?”, destacamos os seguintes excertos:

- “Completamente. (...) Não conheço desempregados felizes (...).” (P1);

- “Sim, muito. Porque é assim, ao não ter emprego, não se está 100% bem; ao não se estar bem, não se está feliz (...).” (P4);

- “Sim. Uma pessoa que se sinta inútil para a sociedade, (...) não pode andar feliz. É impossível” (P5).

Os participantes referem a ausência de rendimentos, como a causa para a diminuição da felicidade, estando impedidos de fazer o que mais gostam. Contudo, P7 não considera que o desemprego afeta o seu nível de felicidade. Caleiro (2011) afirma a existência da relação entre a felicidade e o desemprego, uma vez que, à medida que aumenta o desemprego, diminui o nível de felicidade.

No que diz respeito, à questão “Na sua opinião, o desemprego afeta o nível de confiança? Se sim, porquê?”, salientamos os seguintes excertos:

- “Eu não me sinto menos confiante por estar no desemprego (...).” (P3);
- “Isso sim, uma pessoa perde um bocado a confiança. Até na hora de procurar um trabalho ou entregar um currículo, a gente pensa: será que eu sou capaz de desempenhar esta função? Será que eu vou conseguir? Você fica tanto tempo parada, que acha que não sabe fazer mais nada.” (P7).

Os participantes, à exceção de P3, concordam que o desemprego afeta o seu nível de confiança. Os participantes consideram o isolamento social como uma das causas para a diminuição da confiança. O facto de ir às entrevistas de emprego e não conseguir o emprego, leva-os a pensar que não são capazes. Santos, Costa e Loureiro (1998) referem que o desempregado sente-se atingido na sua autoconfiança e autoestima. Também Partilhó (2013) considera que o desemprego afeta o nível de confiança, pois o sentimento de inferioridade e a vergonha social levam à diminuição da confiança.

Quando questionados “Considera a sua situação atual como uma fatalidade que se irá manter ou, pelo contrário, considera que se trata de uma situação que conseguirá ultrapassar? Porquê?”, destacamos os seguintes excertos das respostas:

- “(...) Vou ultrapassar. Porque se não arranjar na minha área, arranjo noutra. Senão emigro (...).” (P3);
- “(...) Irei ultrapassar porque (...) não tenho medo de procurar em qualquer sítio, e qualquer área.” (P5);
- “Eu sou um otimista, por isso acho que é uma situação que vou ultrapassar (...).” (P6).

Todos os participantes consideram que estar na condição de desempregado será uma situação que conseguirão ultrapassar. Porém, para superar o desemprego, os participantes referem como soluções, a emigração e a procura de emprego noutras áreas.

Os participantes, principalmente o P6, tenta ser otimista, tendo esperança de que rapidamente irá obter um emprego.

Deste modo, foi perguntado “Considera o empreendedorismo uma solução para o desempregado?”, destacamos os seguintes excertos:

- “(...) É uma solução ser-se empreendedor e criar-se emprego. Tem é que se acertar. (...) Mas não é para todos, porque abrir um negócio, abre-se; sustentá-lo (...) E não somos todos empreendedores.” (P2);
- “Sim (...), mas temos que ter posses económicas para conseguir fazer alguma coisa.” (P4);
- “Eu acho que sim. Mas os recursos económicos são o mais complicado, depois ficamos de novo desempregados e com dívidas, ainda por cima.” (P7).

Os participantes referem o empreendedorismo como uma solução para a questão do desemprego. Contudo referem que nem todos os indivíduos são empreendedores. Os participantes ainda realçam a questão dos recursos financeiros, uma vez que os participantes não têm como investir numa ideia, se não tiveram dinheiro. O P6 salienta que tanto o empreendedorismo, como o autoemprego, podem levar a uma situação mais problemática do que aquela em que já se encontram, pois se o negócio criado tiver sucesso, terá custos mais elevados, e por vezes isso acarreta endividamentos. Atualmente, as motivações dos participantes para o empreendedorismo são reduzidas, com o país em crise, estes tendem a abandonar a atitude empreendedora, com receio do insucesso.

6.3.2. Perspetiva de vida no futuro

Nesta subcategoria designada como *Perspetiva de vida no futuro*, pretende-se saber se o indivíduo desempregado perspetiva a vida de forma diferente e como os participantes perspetivam a sua vida face ao futuro, estando a vivenciar no presente a experiência do desemprego.

Ao longo da entrevista, nas respostas dos participantes fomos constatando a vontade de arranjar um novo emprego. Neste sentido foi questionado aos participantes “Pensa que será difícil encontrar emprego outra vez? Como pensa fazê-lo?”, salientamos os seguintes excertos pertencentes às respostas:

- “(...) Se não fosse difícil, eu já estaria empregada, porque mando currículos todos os dias e depois o facto de ver no currículo que estou “parada”, prejudica um bocadinho, embora eu vá fazendo voluntariado; vou fazendo formação. (...) Neste momento temos que recorrer ao conhecimento, «cunhas».” (P4);
- “Não, penso que está melhorando. (...) É bater às portas, mandar currículos e capacitar-me.” (P7).

Para os participantes é muito importante encontrar novamente um emprego. Para duas participantes (P1 e P4) encontrar emprego atualmente é uma tarefa difícil. Porém, os participantes tentam manter a esperança e a expectativa que rapidamente encontrarão emprego.

Perante as respostas destes participantes, verificamos que a persistência na procura de emprego é notória, sendo considerados acima de tudo como otimistas, pensando num futuro melhor. Todavia reconhecem que o país está a tentar ultrapassar uma fase de crise, apesar o aumento do número de desempregados.

Perante a questão “O que pensa que irá mudar na sua vida quando voltar a estar empregado?”, salientamos os seguintes excertos:

- “(...) Vou-me sentir mais realizada. Vou ter menos tempo livre. (...). A rotina vai mudar (...). Vou conhecer novas pessoas, novas amizades, vai ser diferente. Isso tudo vai mudar.” (P2);
- “(...) Uma pessoa que esteja empregada consegue fazer planos futuros (...). Agora limito-me a viver. Evito planos futuros (...).” (P5).

Os participantes perspetivam o (re)ingresso no mercado de trabalho, considerando que a sua vida irá mudar. Quando estes indivíduos têm um emprego, sentem-se incluídos e ativos na sociedade, e realizados a nível pessoal e profissional. Verificamos ainda que o facto de ter emprego leva os participantes a sentirem-se mais independentes e confiantes, quando usufruem de um salário. Relativamente ao P6, afirma que ainda não notou diferenças por estar desempregado, talvez por se encontrar no desemprego há muito pouco tempo (um mês e quinze dias). Por exemplo, através do excerto da P5, verificamos que um indivíduo empregado consegue fazer planos a longo prazo, ao contrário de um desempregado que só se «limita a viver».

Quando colocámos aos participantes a seguinte questão “Considera que um desempregado perspectiva a vida de forma diferente? Porquê?”, as respostas que obtivemos foram as seguintes:

- “Sim, sim, no fundo deixamos muitas coisas para trás porque não conseguimos a nível económico. (...) e isso afeta muito (...).” (P4);
- “(...) Claro que os planos a curto prazo, mudam consideravelmente de forma diferente, por exemplo, eu estava a contar de comprar um carro, mas é claro que eu não vou me por numa despesa dessa, agora se tivesse empregado, já possivelmente sim. Isso muda um bocado a figura, o panorama geral.” (P6).

Verificamos que todos os participantes consideram que os desempregados perspectivam a vida de forma diferente, uma vez que a inexistência de recursos económicos implica que alguns dos planos dos desempregados possam ficar adiados.

Através de um estudo realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, com indivíduos com mais de 50 anos e utilizando uma escala com 5 níveis de resposta (muito satisfeita - nível 5 a muito insatisfeito - nível 1), comparam-se indivíduos empregados com indivíduos desempregados. Constatou-se que os indivíduos desempregados não manifestaram expectativas em relação ao futuro.

Perante a questão “Como perspectiva a sua vida no futuro?”, os participantes responderam da seguinte forma:

- “Eu no futuro penso pouco. É um dia de cada vez. (...) Eu neste momento nem tão cedo, não quero constituir família, (...) quero é um emprego (...).” (P1);
- “(...) não vou desistir da ideia de emigrar (...) gostava de ir para a Suíça [trabalhar num hospital] (...) conseguir ter a minha casa, conseguir ter o meu carro e viver descansada (...) Uma estabilidade económica e ter uma família, porque eu ainda não consegui (...) não tenho condições de ter um filho, eu não tenho emprego.” (P2);
- “Eu conto no futuro estar a trabalhar, estar a viver fora da casa dos meus pais. (...) Ter o meu carro, no fundo, ser independente é o principal.” (P3);
- “Espero arranjar emprego para breve, e a partir daí acho que as coisas vão melhorar. Apesar dos salários não andarem muito bons, e não dar para fazer grande vida, mas espero que sim.” (P4);
- “No momento não sei, mas espero conseguir encontrar um trabalho, ser independente, constituir família, sair de casa dos meus pais.” (P5);

- “Eu acho que vou arranjar trabalho, um trabalho melhor (...).” (P6);
- “Eu vim para Portugal, sou emigrante, com a perspetiva de conseguir trabalhar, e ganhar um pouquinho melhor que no Brasil e continuo com essa perspetiva. Continuo acreditar que vai melhorar, que vou conseguir um trabalho melhor, mesmo que não seja aqui, eu emigro também.” (P7).

Constatamos, através da análise das respostas supracitadas, que os participantes referem perspetivas relativamente ao seu futuro. Porém, a sua perspetiva direciona-se para obtenção de um emprego e principalmente de um salário, para que mais tarde consigam concretizar os seus projetos/planos de vida. Podemos salientar alguns desses projetos, tais como a constituição de família, comprar um automóvel, obter a sua independência (saindo da casa dos pais), emigrar (com o objetivo de alcançar algo melhor) e alcançar a estabilidade económica.

Alguns dos participantes, quando perspetivam a vida no futuro, não abandonam a questão da emigração. Sá (2014) refere que muitos indivíduos estão a emigrar, não por opção própria, mas porque não veem outra solução para encontrarem emprego. Por um lado, perspetivam a emigração como uma solução para ter emprego e auferirem de um salário razoável, podendo assim investir nos seus planos de vida. Por outro lado, por exemplo, a P2 refere-se à emigração, através de uma realização pessoal e profissional, dado que perspetiva um dia trabalhar num hospital no estrangeiro.

Estes participantes perspetivam o seu futuro, na condição de conseguirem obter um trabalho, sendo prioritário para os participantes auferirem de um salário, para posteriormente conseguirem realizar o seu projeto de vida. Assim consideramos que perspetivam a sua vida a curto prazo e de forma faseada: primeiro, procurar emprego; segundo, obter emprego; terceiro, juntar dinheiro; quarto, ter um carro, etc.).

Em suma, o contexto de mudança que os desempregados vivenciam é entendido como um período de vida caracterizado por dificuldades e que os indivíduos desejam ultrapassar. Ao viverem momentos prejudiciais para o seu bem-estar, referem sobretudo sentimentos negativos, tais como: o desespero, a depressão, a tristeza, a raiva, a frustração, entre outros. Os participantes deste estudo referem o autoemprego, empreendedorismo, a capacitação em novas áreas profissionais, como possíveis soluções para o combate ao desemprego. Porém consideram que estas atitudes são arriscadas, necessitando de recursos financeiros. Os participantes ambicionam a

mudança nas suas vidas, e a obtenção de um emprego permitirá construir o seu projeto de vida a longo prazo.

Assim sendo, a intervenção do educador social é necessária, uma vez que este profissional procura responder a diversas problemáticas sociais, inclusivamente em novos contextos, como por exemplo, o contexto empresarial. A intervenção socioeducativa dirigida aos desempregados deve estimular o seu desenvolvimento pessoal e social, tendo como objetivo a (re)integração dos indivíduos no mercado de trabalhos e na sociedades.

Considerações Finais

Os indivíduos desempregados e as suas perspectivas de vida foram o principal foco de análise deste estudo. O desemprego é geralmente vivido pelos desempregados de forma negativa. Este conceito foi entendido como uma problemática social relevante para a compreensão e realização deste trabalho.

Enquanto um indivíduo estiver na situação de desempregado(a), confronta-se com diversos desafios, podendo usufruir de diferentes apoios e incentivos. Atualmente, vivemos num contexto de mudança, o que implica que o indivíduo se torna capaz de adaptar a uma nova realidade. A educação/formação assume particular destaque no desenvolvimento intelectual, afetivo e social e na promoção dessa capacidade de adaptação. Ter emprego é fundamental para a inclusão na sociedade. Estar empregado torna os indivíduos ativos, de modo a beneficiarem de um determinado estatuto social e a usufruírem de um rendimento salarial, que possa garantir a sua subsistência.

Atendendo à importância que o emprego assume para o indivíduo desempregado, apresentamos algumas conclusões do estudo realizado e procurando verificar se os objetivos da investigação foram alcançados.

Relativamente ao primeiro objetivo definido neste estudo, nomeadamente, averiguar a forma como as pessoas que vivenciam a experiência de desemprego percecionam a sua vida num contexto de mudança, verificamos o seguinte: os desempregados perspetivam a sua vida a curto prazo, mas são capazes de projetar alternativas de futuro, embora inalcançáveis na ausência de um emprego. A necessidade de re(integração) no mercado de trabalho é uma prioridade fundamental para estes participantes, no sentido de obterem uma ocupação e auferirem de uma remuneração salarial. Nesta fase de mudança, a procura de emprego é realizada de forma ativa e autónoma. Apesar do uso de diversas técnicas de procura de emprego, ainda não concretizaram essa finalidade. Esta situação pode provocar, por vezes, sentimentos negativos, como por exemplo, a frustração.

Verificamos ainda que os desempregados passam a perspetivar a sua vida de forma diferente. A ausência de rendimentos leva o indivíduo a interromper, a adiar e/ou a abandonar alguns dos seus projetos. Os participantes criam expectativas que querem realizar quando obtiverem um emprego. O condicionamento das suas perspectivas de vida e a manifestação de alguns sentimentos negativos.

No que diz respeito ao segundo objetivo, nomeadamente, identificar os efeitos socioeducativos que o desemprego provoca na vida dos desempregados, constatamos o seguinte: para os estes participantes o desemprego pode conduzir à pobreza, embora os indivíduos do estudo não se considerem pobres. O desemprego pode levar os indivíduos à pobreza quando esta situação se prolonga, e se não usufruírem de algum suporte financeiro, conforme confirmam os participantes deste estudo.

Constatamos ainda que a exclusão social é referida no discurso dos desempregados. Sendo este fenómeno relacionando com a privação de acessos a bens e serviços, nota-se uma mudança significativa no que diz respeito à participação social. Os desempregados consideram-se menos participativos, por vezes isolando-se, devido à ausência de recursos económicos, o que implica a privação de certas atividades, que acarretam gastos. Assim sendo, verificamos que a pobreza, a exclusão e o isolamento social relacionam-se com o desemprego. Estes fenómenos valorizam a componente social dos efeitos socioeducativos considerados neste estudo.

Os entrevistados apresentam níveis de escolaridade e qualificações elevadas (desde o 12.º ano até ao grau de mestre). Os entrevistados consideram as habilitações literárias como uma mais-valia para encontrar emprego. Contudo, verifica-se que as habilitações literárias, embora sejam consideradas como imprescindíveis para a inserção no mercado de trabalho, podem atualmente ser entendidas como um entrave, ao implicarem um aumento do salário.

Verificamos ainda que, quando desempregados, os indivíduos tentam investir na sua formação, no sentido de encontrarem soluções e de diversificarem as suas competências, pretendendo combater o desemprego e alcançar uma oportunidade de reingressar no mercado de trabalho. Constatamos ainda que o autoemprego e o empreendedorismo poderão constituir soluções para (re)entrarem no mercado de trabalho. Os desempregados referem a falta de recursos económicos e a insuficiência de ajudas como entraves. Assim sendo, consideramos que nem todos os desempregados pretendem e têm condições para criar o seu próprio negócio, ou seja, nem todos são empreendedores. Os participantes ainda consideram a emigração como solução, mas esta é encarada com algum receio. Como alternativa é valorizada a componente educativa e profissional dos efeitos socioeducativos, designadamente, a aquisição de novos conhecimentos, o autoemprego e o empreendedorismo.

Perante o terceiro objetivo enunciado para esta investigação, nomeadamente, conhecer os sentimentos e as atitudes que o desemprego provoca na vida do indivíduo

desempregado, verificamos o seguinte: os participantes realçam no seu discurso sentimentos como a frustração, o otimismo, o stresse, a depressão e a raiva. Os entrevistados salientam a atitude empreendedora como solução para ultrapassar esta situação, embora receiem adotá-la.

Assume particular destaque a existência de programas sociais e educativos de intervenção dirigidos aos desempregados. Neste contexto, o educador social pode assumir um papel essencial. Segundo Santos (2009) os educadores sociais “revelam um perfil multifacetado, dinâmico e flexível, dominando conhecimentos e práticas necessárias para o exercício de diversas funções” (p. 1). Os desempregados devem desenvolver competências individuais, demonstrando-se ser proativos, resilientes e empreendedores, para que a sua (re)inserção no mercado de trabalho seja facilitada. Segundo Ricardo (2013) a intervenção socioeducativa “torna-se significativa quando este consegue que os indivíduos façam uma introspeção acerca da sua vida e da sua condição humana (pessoal e social) e que mudem esta mesma realidade, caso não seja do seu agrado” (p. 44). Nesse sentido, o acompanhamento técnico e a intervenção mediadora do educador social são fundamentais.

Ao refletirmos sobre a temática do desemprego, pretendemos contribuir para o desenvolvimento da educação social. Com a realização deste trabalho, reconhecemos outras áreas de intervenção, como por exemplo, o contexto empresarial. Outros aspetos podem também ser salientados, como por exemplo, a necessidade de repensar a adequação de cursos de formação profissional para indivíduos desempregados; o acompanhamento e as ajudas disponibilizadas na procura de emprego; e a divulgação/sensibilização de outras medidas e apoios para a criação do próprio emprego.

Como principal limitação deste trabalho, podemos referir a impossibilidade de generalização dos resultados, uma vez que os dados correspondem apenas aos participantes deste estudo.

O fenómeno do desemprego provoca efeitos na vida do indivíduo, a nível pessoal, profissional, social, económico e psicológico. Com este estudo foi possível refletir e aprofundar conhecimentos acerca desta realidade e ainda suscitar pistas para futuras investigações, como por exemplo, analisar as implicações do desemprego na vida de um casal e da sua família, investigar a forma como o desempregado constrói projetos de vida e estudar a relação entre a qualidade de vida e o desemprego.

Referências Bibliográficas

- Afonso, J. (2013). *Competência emocional nos fisioterapeutas da rede nacional de cuidados continuados integrados*. Trabalho de projeto para obtenção de grau de Mestre, Instituto Politécnico de Bragança. Obtido em 20 de outubro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10198/9187>.
- Almeida, J., Santos, E., Albuquerque, C., & Ferreira, J. (2013, janeiro). Desemprego e empreendedorismos: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. *Plural*. v.20. 1., 31-56. Obtido em 27 de janeiro de 2014, de <http://revistas.usp.br/plural/article/view/69562>.
- Andrade, C. (2010). Transições para a idade adulta: das condições sociais às implicações psicológicas. *Revista Análise Psicológica*, 2, 255-267. Obtido em 10 de dezembro de 2013, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v28n2/v28n2a02.pdf>.
- Antunes, M. (2008). *Novos empregos, novos pobres, trabalhadores pobres: uma visão económica*. Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos. Obtido em 6 de junho de 2014, de <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/ma>.
- Bergano, S. (2012). *Ser e Tornar-se Mulher: Gerações, Educação e Identidade(s) Feminina(s)*. Tese de Doutoramento em Ciências de Educação, Universidade de Coimbra. Obtido em 19 de setembro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10198/9113>.
- Bettencourt, R. (2012). *A abordagem das políticas educativas para a empregabilidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa. Obtido em 13 de novembro de 2013, de <http://hdl.handle.net/10400.2/2526>.
- Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Fundação Mário Soares. Gradiva Publicações Lda.
- Bruto da Costa, A. (2008). *Um olhar sobre a pobreza- Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

- Caldana, A., & Figueiro, M. (2002). Desemprego e subjectividade: estratégias de inclusão social e sobrevivência. *Paidéia*, 12, 19-26. Obtido de 14 de novembro de 2014, de <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2002000100003>.
- Caleiras, J. (2011). *Para além dos números- As consequências pessoais do desemprego*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Obtido em 12 de fevereiro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10316/16439>.
- Caleiro, A. (2009). *Um teste à relação entre os níveis de confiança e de desemprego em Portugal*. Documento de trabalho n.º 2009/09, Universidade de Évora, Departamento de Economia. Obtido em 9 de fevereiro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10174/8465>.
- Caleiro, A. (2011). *Desemprego e Felicidade em Portugal*. Documento de trabalho n.º 2011/05, Universidade de Évora, Departamento de Economia, 1-10. Obtido em 9 de fevereiro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10174/8476>.
- Campos, A. M. (2009). *Depressão e Optimismo: Uma visão do desemprego, sob o prisma da Psicologia da Saúde*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Alentejo. Obtido em 13 de novembro de 2013, de <http://hdl.handle.net/10400.1/268>.
- Castells, P., & Pasola, J. (2003). *Tecnología e innovación en la empresa*. Barcelona: Ediciones UPC. Obtido em 3 de janeiro de 2014, de <http://www.etsit.upm.es>.
- Chahad, C., & Chahad, J. (2005). Os impactos psicológicos do desemprego e suas consequências sobre o mercado de trabalho. *Revista da ABET*, V.5, n.º 1, 179-218.
- Cruz, C. (2007). *A gestão da identidade como suporte de mudança nas organizações*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro. Obtido em 13 de novembro de 2013, de <http://hdl.handle.net/10773/1569>.
- Decreto-Lei n.º 119/1999. (1999). Medidas de reparação do desemprego. Diário da República, I Série, n.º 87 (14-04-1999), 1997-2008.
- Decreto-Lei n.º 220/2006. Proteção no desemprego. Diário da República, I Série., n.º 212 (03-11-2006), 7689-7706.
- Deli, F. (2011). Opportunity and Necessity Entrepreneurship: Local Unemployment and the Small Firm Effect. *Journal of Management Policy and Practice*, 12 (4), 38-57.

- Dias, M. C., & Varejão, J. (2012). *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego*. Estudos e Sondagens. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Dimas, I., Pereira, M., & Canavarro, M. (2013). Ajustamento psicossocial, ajustamento diádico, e resiliência no contexto de desemprego. *Análise Psicológica*, 3-16. Obtido em 6 de junho de 2014, de <http://hdl.handle.net/10316/23438>.
- EUROSTAT. (2014a). *Estatísticas de emprego*. Obtido em 9 de setembro de 2014, de http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Employment_statistics/pt.
- EUROSTAT. (2014b). *Taxa de desemprego*. Obtido em 9 de setembro de 2014, de <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1>.
- Espada, C. (2013). *Gerir o Stresse em tempo de crise- Não deixar que a crise desgaste os seus recursos mentais e emocionais*. (1.^a ed.). Lisboa: Pergaminho.
- Fernandes, L. (2011). *Desemprego e Acção Colectiva: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa. Obtido em 19 de dezembro de 2013, de <http://hdl.handle.net/10071/5264>.
- Ferreira, J., Peixoto, J., Carvalho, A. S., Raposo, R., Graça, J. C., & Marques, R. (1995). *Sociologia*. Lisboa: McGRAW-HILL.
- Fischer, G. (1994). *A Dinâmica Social. Violência, Poder, Mudança*. Lisboa: Planeta ISPA.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fraga, S. (2012). *Adaptabilidade e Empregabilidade numa perspetiva construtivista*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa. Obtido em 19 de dezembro de 2013, de <http://hdl.handle.net/10451/7701>.
- Gennari, A., & Albuquerque, C. (2011). Globalização, desemprego e (nova) pobreza: Estudo sobre impactes nas sociedades portuguesas e brasileiras. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92, 51-73. Obtido em 1 de fevereiro de 2014, de <http://rccs.revues.org/3970>.
- Giebels, P. (2013). *Otimismo, bem-estar psicológico e estratégias de coping em desempregados*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. Obtido em 9 de setembro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10400.1/3557>.

- Hespanha, P., Monteiro, A., Ferreira, A. C., Nunes, M. H., Hespanha, M. J., Madeira, R., . . . Portugal, S. (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das instituições de proteção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto.
- Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu [IGFSE]. (2014). Fundo Social Europeu. Obtido em 9 de julho de 2014, de www.igfse.pt.
- IEFP. (2014a). *Centros de Emprego. Estatísticas Mensais*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
- IEFP. (2014b). *Apoios*. Disponível em <https://www.iefp.pt/apoios>, obtido em 9 de setembro de 2014.
- IEFP. (2014c). *Emprego*. Disponível em <https://www.iefp.pt/emprego>, obtido em 9 de setembro de 2014.
- IEFP. (2014d). *Estatísticas*. Disponível em <https://www.iefp.pt/estatisticas>, obtido em 9 de setembro de 2014.
- IEFP. (2014e). *Formação*. Disponível em <https://www.iefp.pt/formacao>, obtido em 9 de setembro de 2014.
- IEFP. (2014f). *Subsídio de Desemprego*. Disponível em <https://www.iefp.pt/subsidio-desemprego>, obtido em 10 de janeiro de 2014.
- INE. (2014). *Dados estatísticos*. Disponível em www.ine.pt, obtido em 9 de setembro.
- Kovács, I., Casaca, S., Ferreira, J., & Sousa, M. (2006). *Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsia, Documento de trabalho n.º 2006/08*, Instituto Superior de Economia e Gestão-SOCIOUS. Obtido em 28 de junho de 2014, de <http://hdl.handle.net/10400.5/1996>.
- Lipp, M. (2001, 12 de novembro). Estresse emocional: A contribuição de estressores internos e externos. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 28 (6), 347-349. Obtido em 12 de março de 2014, de <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol28/n6/artigos/art347.htm>.
- Lopes, S. (2011). *Impacto do desemprego na qualidade de vida da população do concelho de Felgueiras*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra. Obtido em 13 de novembro de 2013, de <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/180>.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. V. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Mateus, M. N. (2008). O estudo do meio social como processo educativo de desenvolvimento local. *Série Estudos*: Instituto Politécnico de Bragança.

- Mateus, M., N. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *Eduser: Revista de educação*. ISSN 1645-4774. 4:1.
- Morais, C., Miranda, L., Alves, P., & Dias, P. (s/d) Actividades desenvolvidas nas redes sociais para estudantes do ensino superior. *VII Conferência Internacional de TIC na Educação* (pp. 1536-1546). Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- OCDE. (2011). *Education: crisis reinforces importance of a good education, says OECD*. Obtido em 14 de outubro de 2014, de OECD: <http://www.oecd.org/newsroom/educationcrisisreinforcesimportanceofagoodeducationsaysoecd.htm>.
- OCDE. (2014). *Education at a Glance 2014: OECD indicators*. Obtido em 14 de outubro de 2014, de OECD Publishins: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/education-at-a-glance-2014_eag-2014-en#page4.
- Oliveira, C. M. (2012). *Dor Crónica, Vinculação e Acontecimentos de vida stressantes*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Obtido em 27 de janeiro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10284/3662>.
- Partilhó, T. (2013). *"Remar contra a maré"- O desemprego: impactos na vida quotidiana e no funcionamento institucional*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. Obtido em 9 de setembro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10451/3167>.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação Social- Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pereira, A., & Fernandes, P. (2008). Identidade profissional e susceptibilidade ao burnout em educadores sociais em formação. *XII Congresso Internacional de Investigación en Ciencias Administrativas* (pp. 13-16). Cetys, Universidad de Baja California.
- Pérez-Serrano, G. (2008). *Elaboração de Pojectos Sociais. Casos Práticos*. Porto: Porto Editora.
- PORDATA. (2014a). *Portugal. Emprego e Mercado de Trabalho*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Emprego+e+Mercado+de+Trabalho-3>, obtido em 9 de setembro de 2014.
- PORDATA. (2014b). *Educação*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Educacao-17>, obtido em 9 de setembro de 2014.

- PORDATA. (2014c). *Europa. Emprego e Mercado de Trabalho*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Tema/Europa/Emprego+e+Mercado+de+Trabalho-29>, obtido em 9 de setembro de 2014.
- Quivy, R., & Compenhoudt, L. V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, R. (2004). *Acontecimentos de vida na Infância e Percepção de Stresse na Aduldez*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga. Obtido em 9 de fevereiro de 2014, de <http://hdl.handle.net/1822/3262>.
- Regado, L. (2012). *Anos de Ouro da vida activa- 35 aos 45 anos: vidas quebradas, sonhos adiados*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga. Obtido em 28 de junho de 2013, de <http://hdl.handle.net/1822/23324>.
- Reppold, C., Mayer, J., Almeida, L., & Hutz, C. (2012). Avaliação da Resiliência: Controvérsia em torno do uso das escalas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25, 248-255. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1822/21241>.
- Ricardo, R. (2013). *A(s) Realidade(s) do Educador Social no Algarve*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve. Obtido em 10 de julho de 2014, de <http://hdl.handle.net/10400.1/3363>.
- Rodrigues, E. (2012). *Dimensões psicológicas do desemprego: relações entre a adaptabilidade, esperança, bem-estar e saúde*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. Obtido em 19 de novembro de 2013, de <http://hdl.handle.net/10316/23460>.
- Roldão, M. (2000). *Currículo e Gestão das Aprendizagens: as Palavras e as Práticas*. CIFOP. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Sá, V. (2014). *O Desemprego Jovem em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. Obtido em 10 de outubro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10316/25429>.
- Santos, E., Costa, A., & Loureiro, R. (1998). Desemprego: O Problema e Perspetivas de Intervenção num contexto de Educação de Carreiras. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 61-65.
- Santos, G. (2004). *Desenvolvimento profissional de professores: uma abordagem a partir da construção, desenvolvimento e avaliação do currículo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Obtido em 29 de Outubro de 2014, de <http://hdl.handle.net/10198/4446>.

- Santos, G. (2009). A pertinência de projetos de intervenção sócio-educativa no âmbito do estágio: um estudo a partir de um grupo de ex-estagiários da licenciatura de Educação Social da ESE-IPB. In livro de atas do *X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Escola Superior da Educação, Instituto Politécnico de Bragança. Obtido em 20 de Maio de 2014, de <http://hdl.handle.net/10198/4440>
- Segurança Social, (2014). *Desemprego*. Disponível em <http://www4.seg-social.pt/desemprego>, obtido em 2 de junho de 2014.
- Sen, A. (Fevereiro de 1999). O desemprego-consequências do desemprego. *Economia Pura*. Obtido em 10 de março de 2014, de http://www.cef.pt/cr/16/pdf10/fp123_desemprego_ec10.pdf.
- Sena, S. (2013). *A situação do desemprego e as estratégias relacionadas com a educação em Portugal: o caso do concelho de Vila Franca de Xira*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Obtido em 10 de junho de 2014, de <http://hdl.handle.net/10362/10208>.
- Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (2012). *Metodologia para a Investigação Social*. Lisboa: Escolar Editora.
- Strongman, K. (1998). *A Psicologia da Emoção. Uma perspectiva sobre as teorias da emoção*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Woodward, S., & Hendry, C. (2007). Leading and coping with change. *Journal of Change Management*, 4 (2), 155-183. DOI:10.1080/146970104200022168.
- Valente, A. C., Soares, M. C., & Fialho, J. S. (2013). Empregabilidade, mercado de trabalho e políticas ativas de emprego. *Semana de Responsabilidade Social*, 8. Fundação Cidade de Lisboa. Obtido em 10 de outubro e 2014, de http://www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/ESAP_WP1_03.pdf.

Anexos

Anexo I - Termo de consentimento

Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação Mestrado em Educação Social

Termo de Consentimento

Eu, Ana Rita Caldas Rodrigues, mestranda do curso de Educação Social, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança, encontro-me a desenvolver uma dissertação cujo tema é “*Desempregados - As perspetivas de vida em contexto de mudança*”.

Para o efeito, necessito de realizar uma entrevista que tem como objetivo principal: averiguar a forma como as pessoas que vivenciam a experiência de desemprego percecionam as perspetivas de mudança de vida.

Esta entrevista é anónima e confidencial, e será gravada, em áudio, assegurando que todas as informações recolhidas serão confidenciais. Os dados obtidos serão exclusivamente para uso desta investigação, tendo o entrevistado o direito de não responder a questões que considere serem de âmbito mais pessoal.

Face ao exposto e tendo em atenção que me foram explicados os objetivos principais deste estudo; compreendo que a minha participação é voluntária, anónima e confidencial, pelo que concordo com os termos que constam neste protocolo de consentimento informado.

Autorizo que a minha entrevista seja gravada a nível de áudio e com o uso dos dados recolhidos para os fins desta investigação.

Assinatura do (a) Participante,

Anexo II - Guião de entrevista dirigida aos desempregados

- **Tema:** Desempregados - perspetivas de vida dos desempregados em contexto de mudança
- **Objetivo geral:** averiguar a forma como as pessoas que vivenciam a experiência de desemprego percecionam as perspetivas de mudança de vida
- **Blocos:** **A** - Legitimação da entrevista; **B** - Caracterização dos entrevistados; **C** - Ajudas/Apoios; **D** - Vivência do desemprego; **E** - Perceção das mudanças de vida no futuro.
- **Estratégia:** Entrevista semiestruturada.

Categories	Subcategorias	Questões
A Legitimação da entrevista	Finalidade e objetivos Apresentação/ Confidencialidade Autorização para gravar a voz	Autoriza a realização da entrevista? Podemos gravar a sua voz?
B Caracterização dos entrevistados	Sexo Idade Estado Civil Habilitações académicas Local de Residência Composição do agregado familiar	Qual é a sua idade? Qual é o seu estado civil? Qual é o seu nível de escolaridade? Qual é a sua residência atual? Por quantos elementos é constituído o seu agregado familiar?
	Trajectoria profissional	Teve uma ou várias profissões ao longo da vida? Se só teve uma, qual foi? Se teve várias, quais? Qual foi a sua última profissão?
	Situação financeira atual	Como caracteriza a sua situação financeira atual?

Categorias	Subcategorias	Questões
C Ajudas/Apoios	Estado-proteção social	Está inscrito no Centro de Emprego? Há quanto tempo? Está a receber algum subsídio? Se sim, o que pensa fazer quando deixar de recebê-lo? Foi-lhe proposta alguma medida de apoio à criação de emprego, programa ocupacional ou formação profissional? Se sim, qual?
	Instituições particulares de Solidariedade Social	Quando ficou desempregado(a), pediu alguma ajuda (financeira, alimentar, vestuário ou outras) a instituições particulares? Está a receber algum tipo de apoio de uma instituição particular? Se sim, que tipo de apoio?
	Procura de emprego	Procurou emprego no último mês? De que forma? Tem procurado emprego na mesma área profissional ou em áreas profissionais diferentes? Teve algum tipo de ajuda na procura de emprego? O que pensa sobre as ajudas existentes para a procura de emprego? O que pensa sobre a informação disponibilizada por diversas entidades (Instituto de Emprego e Formação Profissional, Segurança Social, entre outras) sobre as condições do desempregado? Como desempregado, o que pensa sobre as redes sociais (saudáveis ou prejudiciais) Porquê?
D Vivência do desemprego	Situação de desempregado	É a primeira vez que está desempregado ou tem alternado períodos de emprego com períodos de desemprego? Há quanto tempo está desempregado? Já previa ficar desempregado ou foi uma situação inesperada? Como se sentiu? Como encara uma situação de desemprego? Na sua opinião, há aspetos positivos e negativos no facto de estar desempregado? Quais?

Categorias	Subcategorias	Questões
<p style="text-align: center;">D Vivência do desemprego (cont.)</p>	<p style="text-align: center;">Momentos de mudança</p>	<p>De uma maneira geral, o que é que se alterou na sua vida depois de estar desempregado? É o único elemento do seu agregado familiar que se encontra no desemprego? Qual foi a reação da sua família quando ficou desempregado? Teve ajuda da sua família depois de ficar desempregado(a)? Para além da sua família, recebeu ajuda de alguma outra pessoa das suas relações pessoais? Se sim, de quem? Sente alguma pressão por parte das pessoas que lhe estão mais próximas para arranjar trabalho? Se sim, pode especificar de que forma?</p>
	<p style="text-align: center;">Efeitos socioeducativos</p>	<p>Na sua opinião, em que medida o desemprego se pode tornar numa fonte de pobreza? Considera o desemprego como um dos principais mecanismos de exclusão social? Porquê? O facto de se encontrar sem emprego leva-o a não participar socialmente? Considera o seu nível de escolaridade como um entrave ou uma mais-valia para arranjar emprego? Porquê? O facto de estar desempregado leva-o a querer adquirir novos conhecimentos, investindo na sua formação? Considera que a reconversão profissional pode ser uma solução para arranjar emprego? Considera o autoemprego como uma alternativa para os desempregados?</p>

Categorias	Subcategorias	Questões
<p style="text-align: center;">E Perceção das mudanças de vida no futuro</p>	<p>Sentimentos/attitudes perante a mudança</p>	<p>Na sua opinião qual/quais o(s) sentimento(s) (otimismo, confiança, culpa, raiva, stresse, depressão, resiliência, empreendedorismo) que um desempregado adota perante a situação de desemprego? De uma maneira geral, quais os sentimentos que os desempregados adotam? Considera que o desemprego afeta o nível de felicidade? Se sim, porquê? Na sua opinião, o desemprego afeta o nível de confiança? Se sim, porquê? Considera a sua situação atual como uma fatalidade que se irá manter ou, pelo contrário, considera que se trata de uma situação que conseguirá ultrapassar? Porquê? Considera o empreendedorismo uma solução para o desemprego?</p>
	<p>Perspetiva de vida no futuro</p>	<p>Pensa que será difícil encontrar emprego outra vez? Porquê? Como pensa fazê-lo? O que pensa que irá mudar na sua vida quando voltar a estar empregado? Considera que um desempregado perspetiva a vida de forma diferente? Porquê? Como perspetiva a sua vida no futuro?</p>

Anexo III – Análise de conteúdo das entrevistas

Questões	Unidades de Registo
Categoria: Legitimação da entrevista	
Subcategoria: Finalidade e objetivos Apresentação/ Confidencialidade; Autorização para gravar a voz	
Autoriza a realização da entrevista? Podemos gravar a sua voz?	“Sim” (P1); “Sim” (P2); “Sim” (P3); “Sim” (P4); “Sim” (P5); “Sim” (P6); “Sim” (P7).
Categoria: Caracterização dos entrevistados	
Subcategoria: Género	
Qual é o seu sexo?	“Feminino” (P1); “Feminino”(P2); “Feminino” (P3); “Feminino” (P4); “Feminino” (P5); “Masculino” (P6); “Feminino” (P7).
Subcategoria: Idade	
Qual é a sua idade?	“25 Anos” (P1); “27 Anos”(P2); “23 Anos” (P3); “27 Anos” (P4); “30 Anos” (P5); “27 Anos” (P6); “44 Anos” (P7).
Subcategoria: Estado Civil	
Qual é o seu estado civil?	“Solteira.” (P1); “União de facto.” (P2); “Solteira.” (P3); “Solteira.” (P4); “Solteira.” (P5); “Solteiro.” (P6); “Solteira.” (P7).
Subcategoria: Habilitações Académicas	
Qual é o seu nível de escolaridade?	“Licenciatura em Secretariado.” (P1); “Licenciatura em Enfermagem.” (P2); “Licenciatura em Terapia Ocupacional.” (P3); “(...) Mestrado em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária.”(P4); “Licenciatura em Serviço Social.” (P5); “Mestre em Engenharia Química.” (P6); “12º Ano.” (P7).
Subcategoria: Local de residência	
Qual é a sua residência atual?	“Monção.” (P1); “Melgaço.” (P2); “Monção.” (P3); “Monção.” (P4); “Monção.” (P5); “Monção.” (P6); “Monção, mas de nacionalidade brasileira.” (P7).
Subcategoria: Composição do agregado familiar	
Por quantos elementos é constituído o seu agregado familiar?	“Quatro elementos.” (P1); “Dois elementos.” (P2); “Cinco elementos.” (P3); “Quatro elementos.” (P4); “Três elementos.” (P5); “Cinco elementos.” (P6); “Três elementos.” (P7).

Subcategoria: Trajetória Profissional	
Teve uma ou várias profissões ao longo da vida?	“Uma profissão.” (P1); “Tive uma.” (P2); “(...) Nenhuma.” (P3); “Não. Só tive uma.” (P4); “Várias.” (P5); “Várias profissões.” (P6); “Várias.” (P7).
Subcategoria: Situação financeira	
Como caracteriza a sua situação financeira atual?	“É estável. (...)” (P1) “Nem bom, nem mau (...) ainda é estável para conseguirmos viver dentro de uma normalidade.” (P2) “Nenhuma. Não a tenho. Não há.” (P3) “(...) Muito má.” (P4) “Muito precária, porque estou a receber o subsídio de desemprego (...)” (P5) “(...) Pouco estável.” (P6) “Não estou bem (...) O meu fundo de desemprego termina em outubro (...)” (P7)
Se só teve uma, qual foi? Se teve várias, quais?	“Fui ajudante familiar.”(P1) “Técnica superior de educação.” (P4) “Enfermagem.” (P2) “Fiz um estágio profissional em serviço social, trabalhei como caixeira numa loja de roupa e trabalhei como administrativa numa empresa de transportes.” (P5) “Especialista químico, vendedor, funcionário de um café, no ramo de hotelaria, funcionário numa adegas, num trabalho sazonal.” (P6) “Como telefonista, como repositora, como monitora de estudos, como operária fabril, auxiliar na (...) [instituição].” (P7)
Qual foi a sua última profissão?	“Administrativa numa empresa de transportes.” (P5) “Especialista Químico.” (P6) “Auxiliar (...) [instituição].” (P7)
Categoria: Ajudas e Apoios	
Subcategoria: Estado-proteção social	
Está inscrito no Centro de Emprego? Há quanto tempo?	“Sim. A quatro anos.” (P1) “Sim. Há um ano.” (P2) “Sim. Faz um ano este mês.” (P3) “Sim, estou. Ano e meio.”(P4) “Sim. Desde fevereiro.” (P5) “Sim. Um mês e quinze dias.” (P6) “Sim. Dois anos.” (P7)
Está a receber algum subsídio? Se sim, o que pensa fazer quando	“Sim (...) vou ter que recorrer aos meus pais, como já me estão a fazer agora, porque vivo com eles, enquanto não encontrar algum emprego.” (P5) “Sim, estou (...) a arranjar trabalho, antes de me acabar [subsídio].” (P6)

deixar de recebê-lo?	“Sim. O subsídio de desemprego (...). Informaram-me que poderia dar entrada no subsidio auxiliar, que é um subsidio social, para quem está desempregado e ainda não conseguiu trabalho(...)” (P7)
Foi-lhe proposta alguma medida de apoio à criação de emprego, programa ocupacional ou formação profissional? Se sim, qual?	<p>“Não, não me foi proposto nada.” (P1)</p> <p>“(…) Estou a frequentar uma formação que pertence ao programa Vida Ativa, que é Inglês Técnico (...)” (P2)</p> <p>“(…) Estou numa formação. Estou no inglês, de técnico de vendas” (P3)</p> <p>“(…) Formação de empreendedorismo (...)” (P4)</p> <p>“Não, não me foi proposto nada.” (P5)</p> <p>“Não, nunca me abordaram sobre esse assunto.” (P6)</p> <p>“ Não. Eu é que me escrevi num curso.” (P7)</p>
Subcategoria: Instituições Particulares de Solidariedade Social	
Quando ficou desempregado(a), pediu alguma ajuda a instituições particulares?	<p>“Não.” (P1)</p> <p>“Não, por acaso não(...) Não tive a infelicidade de recorrer a essas instituições” (P2)</p> <p>“Não” (P3)</p> <p>“Não” (P4)</p> <p>“Não pedi não” (P5)</p> <p>“Não, nunca” (P6)</p> <p>“Não, porque nem conheço, nem sei se tem. As instituições são muito fechadas, eu quando fui para a [instituição trabalhar como auxiliar] pensei que aquilo ajudava (...) mas eu não vi nada disso (...) as pessoas vão lá inscrevem-se e esperam. Mas não dá tanto apoio, pelo menos do que esperava.” (P7)</p>
Está a receber algum tipo de apoio de uma instituição particular?	<p>“Não. (...) Chegas a um ponto que tanto esticas que não dá para esticares mais. Tens que recorrer às instituições” (P1)</p> <p>“Não” (P2)</p> <p>“Não” (P3)</p> <p>“Não” (P4)</p> <p>“Não” (P5)</p> <p>“Não” (P6)</p> <p>“Não” (P7)</p>
Subcategoria: Procura de emprego	
Procurou emprego no último mês? De que forma?	<p>“Procurei. Pela internet, a ver anúncios, a responder a anúncios, mas o que faço mais são candidaturas,.” (P1)</p> <p>“ Sim. Procurei (...) tenho mandado algumas candidaturas espontâneas, mas nada demais, porque lá está, já tenho alguma coisa em vista.” (P2)</p> <p>“ Sim, pois. Internet, candidaturas, respostas a anúncios que não respondem..” (P3)</p> <p>“ Sim, todos os dias. Vou às instituições pedir emprego. Internet estou sempre a mandar emails, currículos todos os dias (...)” (P4)</p> <p>“ Sim. Tenho enviado currículos, principalmente por email (...)” (P5)</p> <p>“Sim procurei. Via email, internet, principalmente. Candidaturas, respostas anúncios.” (P6)</p> <p>“ Sim (...) Levei o currículo para empresas (...). Ontem fui a uma empresa.” (P7)</p>

<p>Tem procurado emprego na mesma área profissional ou em áreas profissionais diferentes?</p>	<p>“Hoje em dia, eu tenho procurado no curso (...)” (P1) “Tenho procurado unicamente na enfermagem.” (P2) Na mesma área, sempre na mesma, na terapia ocupacional.” (P3) “Em todas as áreas.” (P4) “É assim eu agora estou a tentar procurar na minha área.”(P5) “(…) Tenho procurado na mesma área profissional (...)” (P6) “Não tenho uma área específica (...) mas procurado mais na área que gosto, de operária.” (P7)</p>
<p>Teve algum tipo de ajuda na procura de emprego?</p>	<p>“Não. Fui eu que decidi procurar.” (P1) “(…) Só quando fui me inscrever no centro de emprego (...)” (P2) “Tive uma formação, Eures (...)” (P3) “Gabinete de Inserção Profissional em Monção.” (P4) “(…) Aconselhada pelos técnicos do IEFP (...)” (P5) “ Não, não. Só por minha própria decisão.” (P6) “(…) O centro de emprego também ajuda, preocupa-se muito com as pessoas que estão desempregadas. Ele também estabelece prioridades para quem tem despesas, família (...)” (P7)</p>
<p>O que pensa acerca das ajudas existentes para a procura de emprego?</p>	<p>“(…) Penso que deveria de haver mais ajudas (...)” (P1) “(…) Muitas escassas (...). Acho que não é suficiente (...)” (P2) “São boas, mas a verdade é que não há grande oferta de emprego (...)” (P3) “São muito escassas, principalmente no centro de emprego, deveriam ajudar mais (...)” (P4) “(…) São precárias (...)” (P5) “Muito vagas, muito fracas. (...)” (P6) “(…) São muito fraquinhas.” (P7)</p>
<p>O que pensa sobre a informação disponibilizada por diversas entidades (Instituto de Emprego e Formação Profissional, Segurança Social, entre outras) sobre as condições do desempregado?</p>	<p>“(…) Informação não há nenhuma (...)” (P1) “Uma porcaria. (...) as coisas que eu tenho feito é ligar para a linha de apoio, para Lisboa (...) dá a sensação que nós temos que saber tudo e mais alguma coisa e é muito complicado.”(P2) “Eu não tenho nenhuma. Nunca me falaram nisso.” (P3) “Acho que fica um bocadinho a quem das expectativas (...) deveria haver talvez sessões de esclarecimento por parte do IEFP e SS para tirara as dúvidas ao desempregado.” (P4) “(…) Informação que eles dão é muito precária, mesmo. Informam o básico (...)” (P5) “ Não, só explicam o que vamos receber e quanto tempo.” (P6) “ Não há. (...) E o que há é na internet e nem todos os desempregados tem acesso (...)” (P7)</p>
<p>Como desempregado, o que pensa sobre as redes</p>	<p>“(…) Podes procurar emprego pelo facebook (...) como tudo tem aspetos bons e maus (...)” (P1). “São um bom sítio para passar, perder o tempo. Através das redes sociais, já encontrei algumas propostas de emprego (...)” (P2) “Depende da perspetiva das pessoas. Eu só vejo facebook para jogar, não tenho nada que fazer (...) minha turma criou um grupo onde nós vemos ofertas de emprego (...)” (P3)</p>

sociais? Porquê?	<p>“Olha as redes sociais tem algumas coisas boas. Algumas ofertas de emprego, eu vou ao facebook e envio os currículos. Por outro lado, perdemos demasiado tempo nas redes sociais.” (P4)</p> <p>“Eu acho que as redes sociais são importantes porque existem vários grupos, nomeadamente no facebook, sobre empregos (...). Às vezes há mais ofertas o facebook do que o IIEFP.” (P5)</p> <p>“(…) Acaba por ser um motor de busca muito geral, onde outras páginas satisfazem de melhor forma (...)” (P6)</p> <p>“Ajudam um pouco (...) porque comunicamos com outras pessoas na mesma situação e acaba por indicar alguma coisa (...)” (P7)</p>
Categoria: Vivência do desemprego	
Subcategoria: Situação de desempregado	
É a primeira vez que está desempregado ou tem alternado períodos de emprego com períodos de desemprego?	<p>“Quando acabei o curso estive desempregada, depois arranjei, agora tornei ao desemprego.” (P1)</p> <p>“É a primeira vez.” (P2)</p> <p>“(…) A primeira vez.” (P3)</p> <p>“(…) A primeira vez.” (P4)</p> <p>“Quer dizer, a primeira vez que trabalhei; depois tive um período de quatro meses de desemprego.” (P5)</p> <p>“É a primeira vez.” (P6)</p> <p>“Já fiquei desempregada outra vez, mas foi por pouco tempo (...)” (P7)</p>
Há quanto tempo está desempregado?	<p>“Vai fazer 1 ano.” (P1)</p> <p>“Cerca de um ano” (P2)</p> <p>“(…) Há cerca de uma ano (...)” (P3)</p> <p>“ Há 1 ano e 5 meses.” (P4)</p> <p>“Desde fevereiro.” (P5)</p> <p>“[Há] 1 Mês e pouco (...)” (P6)</p> <p>“Meses, porque entretanto trabalhei na [instituição] pelo Fundo de Desemprego.” (P7)</p>
Já previa ficar desempregado ou foi uma situação inesperada? Como se sentiu?	<p>Foi inesperado (...) Senti-me revoltada (...). ” (P1)</p> <p>“(…) Já previa (...). Eu tomei a opção de deixar de trabalhar para tomar conta dele [pai] (...) Foi um bocado complicado (...)” (P2)</p> <p>“Como acabei curso, e espero a resposta de um estágio nem prévia, nem foi inesperado.” (P3)</p> <p>“(…) Já desconfiava que ia ficar desempregada. (...) Na altura senti-me aliviada (...) passado uns meses comecei a cair na realidade (...) foi um bocado frustrante.” (P4)</p> <p>“Não foi uma situação inesperada porque fui eu que me despedi por justa causa (...). Senti-me completamente desamparada porque é muito difícil encontrar emprego.” (P5)</p> <p>“Inesperada. Fiz parte de um despedimento coletivo (...). Claro que não fiquei contente, mas também não desanimei (...)” (P6)</p> <p>“(…) Já esperava porque já tinha vencido o meu contrato de 3 anos(...) não fiquei 100% preocupada, porque sabia que ia ficar segura pelo fundo de desemprego (...)” (P7)</p>
Como encara uma situação de desemprego?	<p>“Nos primeiros três «mesinhos» são férias, é uma alegria, não trabalho, estou «descansadinha» (...) depois começa-se a entrar em stress (...)” (P1)</p> <p>“É muito desgastante a nível pessoal, a nível de rotinas; nós estamos habituados a ter a nossa rotina, o nosso trabalho, depois ficamos com muito tempo livre (...) Ficamos mais limitados (...) Estar desempregada...eu não desejo isso a ninguém (...)” (P2)</p>

	<p>“É péssimo (...) não ter dinheiro para comprar nada, depender dos pais (...).” (P3)</p> <p>“É tentar dar a volta. Mandar currículos (...) conhecer pessoas, conhecer instituições e tentar de alguma forma arranjar emprego.” (P4)</p> <p>“Acho que é frustrante as pessoas querem trabalhar e não haver emprego (...).” (P5)</p> <p>“Encaro de forma positiva (...) e desde que fiquei a saber, comecei numa procura proativa (...).” (P6)</p> <p>“É difícil. (...) Quando você tem família, como eu (...) eu não tenho marido, sou mãe solteira, e tenho uma filha que é menor de idade e isso é preocupante porque você acorda e não sabe o dia de amanhã, se o dinheiro vai dar, se vai dar para superar todas as necessidades, se vai dar para pagar todas as contas. É mesmo stressante. (...).” (P7)</p>
Na sua opinião, há aspetos positivos e negativos no facto de estar desempregado?	<p>“O aspeto positivo, lá está, não fazes nada, nadinha (...) O aspeto negativo é que começas a ficar cansada (...).” (P1)</p> <p>“Aspetos positivos (...) ficamos com o tempo mais livre, podemos fazer o que nos apetece e não temos compromissos (...); do resto vejo tudo mal, menos o dinheiro (...); autoestima e isso tudo, vem abaixo. (...) Fica tudo (...) muito triste, muito deprimido, mesmo.” (P2)</p> <p>“Eu positivo não vê nenhum (...); negativos (...); não tem rotinas, não tem independência, não tem dinheiro para comprar nada, não tem o gosto de fazer aquilo que aprendeste (...).” (P3)</p> <p>“Aspetos positivos não há. Negativos há muitos, primeiro mentalmente as pessoas não andam tão bem quanto isso, a nível financeiro também não é bom. e também estou a “perder” o estar numa profissão, o estar a apreender (...) a evoluir (...).” (P4)</p> <p>“(…) Um aspeto positivo é que neste momento estou a receber o subsidio de desemprego (...).” (P5)</p> <p>“(…) [Tem um] lado positivo, pode abrir outra oportunidade ainda melhor (...); negativos, ninguém gosta de estar desempregado; (...), deixamos de fazer algo produtivo, (...).” (P6)</p> <p>“Não tem nenhum aspeto positivo. É só negativos (...) Quando se tem algo para pagar e filhos é difícil, para mim é difícil.” (P7)</p>
Subcategoria: Momentos de mudança	
De uma maneira geral, o que é que se alterou na sua vida depois de estar desempregado?	<p>“(…) [Falta] Aquele dinheiro fixo ao fim do mês (...).” (P1)</p> <p>“Alterou-se me muito o humor (...) deixei de comer muitas menos vezes fora, (...). A minha relação (...); Isolei-me um bocado (...); (...) irritada, sem paciência, não me apetecia muito dialogar (...).” (P2)</p> <p>“Como nunca trabalhei, não alterou nada, fiquei na inércia” (P3)</p> <p>“(…) Deixar ir de férias, cortar um bocadinho nas saídas a noite, (...) tens cortar um bocadinho em tudo.” (P4)</p> <p>“(…) Começa com esperança(...) Vemos os dias a passar e nada(...) uma pessoa começa a ficar frustrada (...).” (P5)</p> <p>“A rotina em si (...).” (P6)</p> <p>“(…) Uma pessoa corta os gastos (...) até mesmo na alimentação você vai cortando (...).” (P7)</p>
É o único elemento do seu agregado familiar que se encontra no desemprego?	<p>“Sou. Apesar que a minha mãe estar de baixa.” (P1)</p> <p>“Sim.” (P2)</p> <p>“Sim.” (P3)</p> <p>“Eu e a minha mãe.” (P4)</p> <p>“Sim.” (P5)</p> <p>“Sim neste momento sim.” (P6)</p> <p>“Sim.” (P7)</p>
Qual foi a reação da sua família quando ficou	<p>“Primeiro, estás desempregada, paciência (...) Depois começaram a pressionar, mais a minha mãe, (...) agora deixou, porque com o passar do tempo ela vai vendo e vê nas notícias e vai vendo que a culpa não é só minha (...).” (P1)</p>

desempregado?	<p>“(…) Ninguém me opôs para deixar de trabalhar. Não fui despedida, fui eu que quis.” (P2)</p> <p>“A minha mãe é pessimista (…) O meu pai não diz nada. A minha irmã pergunta-me: tu viste as opções, visto isto, mandaste currículo? (…)” (P3)</p> <p>“Ninguém concordou (...); toda a gente criticou a minha saída, e não aceitaram.” (P4)</p> <p>“(…) Os meus pais apoiaram-me (…)” (P5)</p> <p>“Ficaram tristes, mas não houve pressão (…)” (P6)</p> <p>“É preocupante. Eu tenho a minha filha que já tem 25 anos e para ela é difícil, porque é uma responsabilidade que ela está a ter agora, que ela não tinha antes. (...) E é mais difícil para ela trabalhar tanto e privar-se de tantas coisas. Na realidade ela priva-se de muita coisa.” (P7)</p>
Teve ajuda da sua família depois de ficar desempregado(a)?	<p>“Sim tive.” (P1)</p> <p>“(…) Sim tive (…)” (P2)</p> <p>“Eu vivo a custa deles.” (P3)</p> <p>“(…) Monetária sim (...). Do resto não, não tive nada.” (P4)</p> <p>“Sim, em termos habitacionais (…)” (P5)</p> <p>“(…) Principalmente a nível habitacional (...). E emocional também, também me deram apoio.” (P6)</p> <p>“A minha filha tem me ajudado imenso” (P7)</p>
Para além da sua família, recebeu ajuda de alguma outra pessoa das suas relações pessoais?	<p>“Não. Foi a família, a casa.” (P1)</p> <p>“Não, não houve a necessidade. Por acaso não tive apoio.” (P2)</p> <p>“Nunca precisei, é mais a família.” (P3)</p> <p>“Alguns amigos e amigas perceberam o ponto da situação e apoiaram-me.” (P4)</p> <p>“Não.” (P5)</p> <p>“Não, não.” (P6)</p> <p>“Não. Para já não é muito necessário (…)” (P7)</p>
Sente alguma pressão por parte das pessoas que lhe estão mais próximas para arranjar trabalho?	<p>“No início a minha mãe, (...) às vezes os tios (...)” (P1)</p> <p>“(…) Sinto pressão (...) O meu namorado quer que eu comece a trabalhar, por que ele vê que eu realmente assim não sou a mesma pessoa de quando estava a trabalhar. (...) Mas sinto mais pressão (...) pela minha sogra (...) acredito também que seja por uma questão monetária, eles sempre gostaram de ter algum dinheiro e fazem questão que eu trabalhe. (...). Mas é para o meu bem.” (P2)</p> <p>“Sim senti no início. Mas desde que houve esta proposta do estágio. É que era frustrante,(...) eu fazia aquilo que podia e as pessoas pensavam que eu não fazia nada, e as pessoas insistem, insistem, e não há, quê que se há-de fazer.” (P3)</p> <p>“Sim muita [pressão]. Todos os dias. E quando vais trabalhar, e devias estar a trabalhar, isto não está fácil, mais a nível psicológico.” (P4)</p> <p>“(…) Às vezes o meu pai e a minha mãe diziam: tens que tentar encontrar alguma coisa porque esta situação não pode continuar.”(P5)</p> <p>“(…) Também não. Lá está isto fui há um curto período de tempo (...)” (P6)</p> <p>“Às vezes parece que sim, não sempre. Porque as pessoas perguntam: (...) Ainda estás desempregada? (...) É esse tipo de comentário que entristece uma pessoa.” (P7)</p>
Subcategoria: Efeitos socioeducativos	
Na sua opinião, em que medida o desemprego se	<p>“(…) Quando estás sozinha, quando não tens um apoio, quando não tens uma família (...)” (P1);</p> <p>“(…) Depende um bocado da retaguarda de cada pessoa (...)” (P2);</p>

<p>pode tornar numa fonte de pobreza?</p>	<p>“Ai pode, não há dinheiro.” (P3) “O facto de uma pessoa estar desempregada, não vamos comprar tantas coisas, o pais não vai evoluir (...) e o pais acaba por ficar mais pobre.” (P4) “Eu acho...há muita gente que não faz por estar desempregado, mas aproveita-se do desemprego (...) penso que a longo prazo sim (...).” (P5) “(...) Ao não haver rendimentos (...).” (P6) “Pronto é essa a situação de não ter ajuda, de não ter instituições, do governo não disponibilizar para formar pessoas (...).” (P7).</p>
<p>Considera o desemprego como um dos principais mecanismos de exclusão social? Porquê?</p>	<p>“Eu não me sinto [excluída]. Mas considero [como um dos principais mecanismos de exclusão] (...).” (P1) “(...) Eu estou desempregada; nunca me senti excluída; acho que era ao contrário, eu é que me excluía das pessoas (...).” (P2) “Não me sinto excluída (...)acho que ninguém se sente excluído.” (P3) “Pessoas isolam-se um bocadinho (...) até acabam mesmo em entrar no alcoolismo, na toxicoddependência, e tudo mais.” (P4) “É um dos mecanismos, talvez não o principal (...) porque eu acredito que há muitos casais desempregados com filhos que são obrigados a roubar comida em supermercados.” (P5) “Acho que não (...)” (P6) “ Eu acho que sim. Porque as pessoas sentem-se excluídas. Elas não vão mais aos mesmos lugares. Não podem ter o que as outras pessoas têm (...). Principalmente os jovens, os filhos dos pais desempregados, acabam por se ir privando mais das coisas, não podendo ir para uma universidade, não podendo ter algum equilíbrio financeiro.” (P7)</p>
<p>O facto de se encontrar sem emprego leva-o a não participar socialmente?</p>	<p>“(...) Às vezes leva. Pela falta de dinheiro, Ainda dizem que o dinheiro não traz felicidade. (...) Mas tipo tu não tendo trabalho, não o ganhas, logo socialmente já não sais tanto. Porque não tens dinheiro que dei-a para tudo. (...).” (P1) “Sim, sim. Fico muito mais isolada.” (P2) “se calhar não tenho dinheiro para passear, mas vou tomar café, jantar. Os meus pais ajudam.” (P3) “Sim a certas coisas que me “proíbo” (...), porque sei que não posso gastar tanto dinheiro (...).” (P4) “Não.” (P5) “Não.” (P6) “Sim.” (P7)</p>
<p>Considera o seu nível de escolaridade como um entrave ou uma mais-valia para arranjar emprego?</p>	<p>“As duas coisas. É um entrave porque hoje em dia tudo pede o 12º ano, ou cursos técnicos, porque as empresas querem é pagar menos e que o serviço esteja feito. (...) É uma mais-valia porque em princípio, tu tendo um curso superior, tens mais conhecimentos, tens mais possibilidades (...).” (P1) “(...) Não, não considero um entrave, na minha área eu não poderia, tenho que ter no mínimo uma licenciatura para exercer a minha profissão.” (P2) “(...) Se não acha-se uma mais-valia não tinha ido estudar. (...) Muito conhecimento é um entrave para as instituições de Portugal (...). Noutros países, o conhecimento é bom. Eu acho que não é um entrave.” (P3) “ É uma mais-valia sem dúvida, apreendemos sempre. Não estou arrependida de ter tirado o curso superior nem o mestrado. Mas ao mesmo tempo a certos sítios que eu coloco mesmo o 12.º porque senão já sei que não me vão chamar.” (P4) “(...) Pode ser um entrave em termos de grandes superfícies comerciais que normalmente pedem o 12º[ano] (...) mas de resto é sempre uma mais valia; (...) uma pessoa tem uma licenciatura, pode ir mais longe um bocadinho; tanto pode fazer qualquer coisa, como trabalhar no</p>

	<p>supermercado, como ganhar o salário mínimo, como ter perspectivas futuras de conseguir arranjar um emprego melhor, e de tentar um salário melhor.” (P5)</p> <p>“(…) Como eu concorro normalmente, para propostas de emprego que no mínimo é necessário a licenciatura, não vejo nenhum entrave. Agora há alguns casos, quando não interessa de todo, saber se sou licenciado ou não.” (P6)</p> <p>“É uma mais-valia. Se uma pessoa com o 12º ano não consegue trabalho, imagina quem tem o 9º ano? (….) Eu conheço pessoas licenciadas que não tem trabalho, por exemplo na [empresa] não empregam pessoas por serem licenciados. E isso acaba por travar alguma coisa, logo considero a minha escolaridade uma mais-valia.” (P7)</p>
O facto de estar desempregado leva-o a querer adquirir novos conhecimentos, investindo na sua formação?	<p>“Já me interessou ir à profissional tentar saber se posso inscrever-me em algum curso profissional. (….) No IIEFP há cursos que sim, de Alemão, gostava de aprender o francês outra vez, mas tu não podes ter, porque tu tens a licenciatura e aquilo é só para o 9ºano (….)” (P1)</p> <p>“Sim, sim.” (P2)</p> <p>“Sim, já pensei nisso.” (P3)</p> <p>“Sim, também. Neste momento encontro-me a fazer em formação noutra área, completamente diferente, massagens e se calhar se estivesse a trabalhar, não teria aquele «clic» para formar-me noutra área. (….)” (P4)</p> <p>“Não, por enquanto não. Uma vez que já sou licenciada, não vejo que seja vantajoso, porque hoje em dia, investir numa formação fica muito caro (….)” (P5)</p> <p>“Sim, neste momento é o caso estou a tirar um curso de inglês, convém fazer um «refresh».” (P6)</p> <p>“Sim, porque você busca. Você, estando desempregada, tem mais tempo ocioso, e você quer preencher esse tempo. Não sei se são todos, mas você vai atrás de coisas que dá para fazer, que não são pagas, e vai a atrás.” (P7)</p>
Considera que a reconversão profissional pode ser uma solução para arranjar emprego?	<p>“Sim. Pode sempre.” (P1)</p> <p>“Sim, sim... acho que sim. (….)” (P2)</p> <p>“A longo prazo talvez. Neste momento não (….)” (P3)</p> <p>“(…) Estou a tirar um curso de massagens, e tenho como objetivo aliar as duas áreas. (….)” (P4)</p> <p>“(…) As pessoas têm que ter uma mente aberta e não ficar só pela licenciatura ou pela área que estudaram.” (P5)</p> <p>“Sim, quem sabe, um dia.” (P6)</p> <p>“Sim, porque não são todas as portas que se fecham.” (P7)</p>
Categoria: Perceção das mudanças de vida no futuro	
Subcategoria: Sentimentos/atitude perante a mudança	
Na sua opinião qual/quais o(s) sentimento(s) que um desempregado adota perante a situação de desemprego?	<p>“Otimismo (….) revolta, (….) desespero, stresse (….) depressão, (….) Há pessoas também resilientes (….) perde-se a confiança (….) Há uns que decidem «vamos ter esperança» e ficar mais um bocadinho. Há outros que imigram.” (P1)</p> <p>“(…) Isolamento, (….) depois stresse, depressão, mesmo. Depois há aquelas pessoas que são otimistas, que tentam sempre fazer formações, procurar; tentam-se manter ativos e até são otimistas. Vamos conseguir, vamos arranjar. Isso também difere um bocadinho da personalidade, eu já não sou assim. A raiva (….) É um bocado frustração. (….) Não andam felizes, nem confiantes.” (P2)</p> <p>“Frustração; desleixo, a inércia, pessimismo, raiva às vezes, revolta. O mau humor constante; irritada, porque não estás cá para «fazer nenhum» e isso irrita-te.” (P3)</p> <p>“Começa a ser frustrante, stressante, deprimente; deprimida, triste.” (P4)</p> <p>“(…) Esperança (….); começam-se a sentir inúteis, uma mistura de raiva com ódio, culpa (….); é uma mistura de sentimentos; bastante</p>

	<p>stresse, depressão, as pessoas ficam depressivas.” (P5)</p> <p>“(…) De impugnação, de irritação, de mal-estar, num estado deprimente e de otimismo; há sempre aquela parte de «vou conseguir algo melhor»; acho que é um pouco de tudo.” (P6)</p> <p>“Mais fechado (…). A gente já não tem tanta disposição para sair, de conviver. A gente exclui-se da sociedade, fica-se dentro de nós mesmos. Até porque não temos condição financeira de socializar. Você sente-se revoltada. A frustração, porque você está ganhando um dinheiro e você não está fazendo nada para ganhar esse dinheiro, e eu não gosto muito.” (P7)</p>
<p>Considera que o desemprego afeta o nível de felicidade? Se sim, porquê?</p>	<p>“Completamente (…) não conhece desempregados felizes (…).” (P1)</p> <p>“Sim, claro que sim. Porque uma pessoa que gosta de trabalhar, não vão ficar contentes.” (P2)</p> <p>“Sim. Então eu gostava de viajar e não posso. Porque eu não tenho nada. Gostava de comprar um carro, é a minha ambição.” (P3)</p> <p>“Sim, muito. Porque é assim, ao não ter emprego, não se está 100% bem; ao não se estar bem, não se está feliz. (…).” (P4)</p> <p>“Sim. Uma pessoa que se sinta inútil para a sociedade, (…) não pode andar feliz. É impossível.” (P5)</p> <p>“De certa forma sim, hoje em dia a felicidade e um gesto um bocado, envolto do nosso conforto e do bem-estar que podemos proporcionar a nós e à nossa família, e isso bem tudo no bocado do dinheiro, porque nem tudo o amor resolve”. (P6)</p> <p>“Acho que não. Porque eu sou muito otimista, ao mesmo tempo que eu me sinto um bocado frustrada, eu acredito: eu amanhã vou encontrar, que esta situação vai passar, porque eu sei que isto vai mudar, vai melhorar. Penso assim para não ser pior, mas não afeta não.” (P7)</p>
<p>Na sua opinião, o desemprego afeta o nível de confiança? Se sim, porquê?</p>	<p>“(…) Afeta um bocado a confiança, claro que sim (…).” (P1)</p> <p>“(…) Afeta o meu nível de confiança, porque não interajo socialmente, e a certo ponto, as vezes até se tem incertezas de aquilo que se está a dizer (…).” (P2)</p> <p>“Eu não me sinto menos confiante por estar no desemprego (…).” (P3)</p> <p>“Sim, também. Uma pessoa perde um bocadinho a autoestima, não é? É complicado. Acho que uma pessoa fica como pé atrás (…).” (P4)</p> <p>“Também, um bocadinho. Às vezes pensas que és bom naquilo que fazes mas vais a uma entrevista não te corre tao bem (…). Aí a confiança diminui, como a autoestima, tudo diminui.” (P5)</p> <p>“(…) A longo prazo acho que sim. (…). Uma pessoa que está um ano, dois e não consegue [encontrar emprego] a autoconfiança vai diminuindo.” (P6)</p> <p>“Isso sim, uma pessoa perde um bocado a confiança. Até na hora de procurar um trabalho ou entregar um currículo, a gente pensa: será que eu sou capaz de desempenhar esta função? Será que eu vou conseguir? Você fica tanto tempo parada que acha que não sabe fazer mais nada.” (P7)</p>
<p>Considera a sua situação atual como uma fatalidade que se irá manter ou, pelo contrário, considera que se trata de uma situação que conseguirá</p>	<p>“(…) Eu penso que devo ter trabalho algum dia (….) hei-de ter trabalho, mesmo não sendo na área (….) mas vamos ter esperança.” (P1)</p> <p>“Agora ultrapassei. Há dois meses atrás estava na ambivalência, mas vou emigrar. Era o emigrar que me dava um bocadinho de alento (….) mas iria ultrapassar.” (P2)</p> <p>“(…) Vou ultrapassar. Porque se não arranjar na minha área arranjo noutra. Senão imigro, nem que vá para a china” (P3)</p> <p>“(…) Algum dia vai chegar a minha vez (….) há momentos, dias que uma pessoa pensa «nunca mais vou ter emprego». Mas depois há outros que (….) pensar um bocadinho positivo.” (P4)</p> <p>“(…) Irei ultrapassar porque (….) não tenho medo de procurar em qualquer sítio, e qualquer área.” (P5)</p> <p>“Eu sou um otimista, por isso acho que é uma situação que vou ultrapassar (….)” (P6)</p>

ultrapassar? Porquê?	“Eu vou ultrapassar.” (P7)
Considera o empreendedorismo uma solução para o desemprego?	<p>“O empreendedorismo pode ser uma solução para o desemprego. (...) Já pensei criar um negócio, mas pronto é uma ideia maluca. (...)” (P1)</p> <p>“(...) É uma solução ser-se empreendedor e criar-se emprego. Tem é que se acertar. (...) Mas não é para todos, porque abrir um negócio, abre-se; sustentá-lo (...) E não somos todos empreendedores.” (P2)</p> <p>“É uma solução, mas precisas de ter uma grande ideia.” (P3)</p> <p>“Sim (...) mas temos que ter posses económicas para conseguir fazer alguma coisa.” (P4)</p> <p>“Sim (...) temos que ter posses económicas para conseguir fazer alguma coisa.” (P4)</p> <p>“Sim, pode ser uma solução, mas... também depende do patamar da idade e no meio pequeno é difícil (...).” (P5)</p> <p>“Vai um bocado ao encontro do autoemprego (...) podem levar a situações piores de quando começou, claro que á sempre casos de sucesso, e ainda bem.” (P6)</p> <p>“Eu acho que sim. Mas os recursos económicos são o mais complicado, depois ficamos de novo desempregados e com dívidas, ainda por cima.” (P7)</p>
Subcategoria: Perspetiva de vida no futuro	
<p>Pensa que será difícil encontrar emprego outra vez? Porquê?</p> <p>Como pensa fazê-lo?</p>	<p>“Sim. Porque cada vez é mais difícil (...) é procurando. Enviando currículos, cada vez mais enviar e onde encaixar, pronto, onde encaixar, encaixou.” (P1)</p> <p>“Agora para mim não, porque já tenho algo em vista [Estágio profissional]. Mas se não tivesse, na minha área ia ser muito complicado. Não existe muito oferta minha área.” (P2)</p> <p>“Não. Mas é complicado. Os públicos não metem ninguém, e os privados não tem dinheiro” (P3)</p> <p>“(...) Se não fosse difícil, eu já estaria empregada, porque mando currículos todos os dias e depois o facto de ver no currículo que estou “parada”, prejudica um bocadinho, embora eu vá fazendo voluntariado; vou fazendo formação. (...) Neste momento temos que recorrer ao conhecimento, «cunhas».” (P4)</p> <p>“Tenho esperança que não seja muito difícil. (...) Estou a tentar encontrar alguma coisa na minha área, mas com o tempo a passar, vou tentar procurar aqui nas empresas locais, qualquer coisa, o que seja.” (P5)</p> <p>“Não, acredito que uma porta abre a outra, uma pessoa custa é a entrar no mercado de trabalho (...).” (P6)</p> <p>“Não, penso que está melhorando. (...) É bater às portas, mandar currículos e capacitar-me.” (P7)</p>
O que pensa que irá mudar na sua vida quando voltar a estar empregado?	<p>“(...) A gente trabalhando, distrai-se, cumpre aquele horário. (...) Estando a trabalhar (...) chegas ao fim do mês e tens aquele certinho (...).” (P1)</p> <p>“(...) Vou-me sentir mais realizada. Vou ter menos tempo livre. (...). A rotina vai mudar (...). Vou conhecer novas pessoas, novas amizades, vai ser diferente. Isso tudo vai mudar.” (P2)</p> <p>“(...) Vou fazer o que gosto de fazer. Vou ser independente, vou começar a ganhar o meu dinheiro, posso poupar o meu dinheiro, posso comprar as minhas coisas. (...).” (P3)</p> <p>“(...) As preocupações vão ser mais. (...) Vou poder fazer outro tipo de vida, se calhar vou poder sair mais, vou poder ter mais a minha liberdade, (...) não me vou proibir de tantas coisas. Posso ir passear, posso ir comprar roupa, posso sair mais, tudo isso.” (P4)</p> <p>“(...) Uma pessoa que esteja empregada consegue fazer planos futuros (...). Agora limito-me a viver. Evito planos futuros (...).” (P5)</p>

	<p>“(…) Ainda não notei muito a diferença entre desempregado e emprego (…).” (P6)</p> <p>“(…) Uma pessoa fica mais confiante. Sabe que tem mais condições (…).” (P7)</p>
<p>Considera que um desempregado perspetiva a vida de forma diferente? Porquê?</p>	<p>“Sim. A pessoa quando está desempregada começa a ver as coisas de outra maneira. Começa a ter mais preocupações.” (P1)</p> <p>“Sim, porque não tem poder monetário, que nos sustente o que eu ambicione. A rotina, (..) eu posso dar o meu exemplo e do meu namorado, ele disse quando começares a trabalhar eu vou trocar de carro, até lá não vou trocar, e ponto final, não é?” (P2)</p> <p>“Eu acho que sim (..) e estar desempregado é um abalo muito grande (..) para uma pessoa, para uma família, e isso implica muitas coisas, não há dinheiro (..)” (P3)</p> <p>“Sim, sim, no fundo deixamos muitas coisas para trás porque não conseguimos a nível económico. (..) e isso afeta muito (..)” (P4)</p> <p>“Eu acho que sim, porque o que eu acho é que um desempregado vive o dia-a-dia. Porque tens aqueles desempregados que estão a receber o subsídio e aqueles que não estão a receber nada, que perspetivas eles têm? Tentam é viver o dia-a-dia.” (P5)</p> <p>“(…) Claro que os planos a curto prazo, mudam consideravelmente de forma diferente, por exemplo, eu estava a contar de comprar um carro, mas é claro que eu não vou me por numa despesa dessa, agora se tivesse empregado, já possivelmente sim. Isso muda um bocado a figura, o panorama geral.” (P6)</p> <p>“ Não sei, não sei. Eu no meu caso é meio misto a gente fica preocupado com o amanhã, mas também penso que o amanhã vai ser melhor, que vou conseguir trabalho, que tem empresas com sucesso. Não é tudo que está ruim.” (P7)</p>
<p>Como perspetiva a sua vida no futuro?</p>	<p>“Eu no futuro penso pouco. É um dia de cada vez. (..) Eu neste momento nem tão cedo, não quero constituir família, (..) quero é um emprego (..) ” (P1)</p> <p>“(…) não vou desistir da ideia de emigrar (..) gostava de ir para a Suíça [trabalhar num hospital] (..) conseguir ter a minha casa, conseguir ter o meu carro e viver descansada (..) Uma estabilidade económica e ter uma família, porque eu ainda não consegui (..) não tenho condições de ter um filho, eu não tenho emprego.” (P2)</p> <p>“ Eu conto no futuro estar a trabalhar, estar a viver fora da casa dos meus pais. (..) Ter o meu carro, no fundo ser independente é o principal.” (P3)</p> <p>“Espero arranjar emprego para breve, e a partir daí acho que as coisas vão melhorar. Apesar dos salários não andarem muito bons, e não dar para fazer grande vida, mas espero que sim.” (P4)</p> <p>“No momento não sei, mas espero conseguir encontrar um trabalho, ser independente, constituir família, sair de casa dos meus pais.” (P5)</p> <p>“Eu acho que vou arranjar trabalho, um trabalho melhor (..)” (P6)</p> <p>“ Eu vim para Portugal, sou emigrante, com a perspetiva de conseguir trabalhar, e ganhar um pouquinho melhor que no Brasil e continuo com essa perspetiva. Continuo a acreditar que vai melhorar, que vou conseguir um trabalho melhor, mesmo que não seja aqui, eu emigro também.” (P7)</p>